



**COPPE/UFRJ**

ANÁLISE DOS ASPECTOS ECONÔMICOS DE EMPREENDIMENTOS  
SOLIDÁRIOS DE ARTESANATO NA REGIÃO METROPOLITANA DO  
RIO DE JANEIRO

Anderson Carlos Nogueira Oriente

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção.

Orientador: Michel Jean-Marie Thiollent

Rio de Janeiro  
Outubro de 2010

ANÁLISE DOS ASPECTOS ECONÔMICOS DE EMPREENDIMENTOS  
SOLIDÁRIOS DE ARTESANATO NA REGIÃO METROPOLITANA DO  
RIO DE JANEIRO

Anderson Carlos Nogueira Oriente

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO INSTITUTO ALBERTO  
LUIZ COIMBRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DE ENGENHARIA  
(COPPE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE  
DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE  
EM CIÊNCIAS EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO.

Examinada por:

---

Prof. Michel Jean-Marie Thiollent, D.Sc.

---

Prof. Fábio Luiz Zamberlan, D.Sc.

---

Prof. Sidney Lianza, D.Sc.

---

Prof. Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho, D.Sc.

RIO DE JANEIRO, RJ - BRASIL

OUTUBRO DE 2010

Oriente, Anderson Carlos Nogueira

Análise dos aspectos econômicos de empreendimentos solidários de artesanato na região metropolitana do Rio de Janeiro. – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2010.

XIV, 119 p. 29,7 cm.

Orientador: Michel Jean-Marie Thiollent

Dissertação (mestrado) – UFRJ/ COPPE/ Programa de Engenharia de Produção, 2010.

Referencias Bibliográficas: p. 96-100.

1. Economia Solidária; 2. Artesanato;  
3. Empreendimentos solidários de artesanato; 4. Análise dos aspectos econômicos dos empreendimentos solidários do artesanato. I. Thiollent, Michel Jean-Marie. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE, Programa de Engenharia de Produção. III. Título.

## HOMENAGEM

Dedico este trabalho ao meu pai Antônio Carlos Gervasio Oriente (em memória). E a mais três pessoas que me impulsionaram bastante para sua concretização. O meu avô (Basílio Nogueira) que representou o Brasil na Segunda Guerra Mundial e foi operário por mais de trinta anos no Sindicato dos Estivadores do Estado do Rio de Janeiro, a minha mãe (Marilene Nogueira Oriente) e a minha namorada (Paula Maria Cavalcante Macedo).

## AGRADECIMENTOS

À minha família: minha mãe, meu avô, minha namorada, minha irmã, meus tios e primas (tias emprestadas) e meus primos, por me passarem confiança e reconhecerem a minha capacidade.

Aos meus amigos, em especial Letícia Rebelo Pimentel, Roberta Martins e Janaína Braga, a primeira companheira do Fundo Carioca – Prefeitura do Rio, nos anos de 2004-2005, e incentivadora para o meu ingresso na academia. As outras duas companheiras da ITCP/COPPE/UFRJ, nos anos de 2006 e 2007, na replicação dos procedimentos de incubação nos municípios de Mesquita e Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro.

Ao Professor Michel Jean-Marie Thiollent, pela sua paciência e sensatez em todos os momentos da orientação, e por depositar confiança na minha pesquisa. Ao Círculo de Estudo de Orientação, com as críticas e sugestões que me motivaram nas horas que pareciam difíceis. Aos funcionários do PEP/COPPE.

Ao Núcleo de Solidariedade (SOLTEC/UFRJ): Prof. Sidney Lianza, Vicente Nepomuceno e Felipe Addor, que me deram a oportunidade de participar de uma pesquisa de Avaliação dos Impactos Sociais da Escola de Boxe Raff Giglio, na comunidade do Vidigal, no Rio de Janeiro, em companhia de excelentes pessoas.

Ao Professor Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho, meu orientador na graduação no curso de Ciências Econômicas na Universidade Estácio de Sá, que sempre me recebeu com muita flexibilidade para sanar algumas dúvidas da minha pesquisa.

Aos empreendimentos pesquisados: Grupo Fio Nobre (Eva Maria Cirino, Vera Lúcia Benevenuto, Rosilene Quirino e Rosileide Quirino); Cooperativa Trama e Raiz (Sandra Cavêdo, Nadir, Ruth, Dircéia, Rose, Lídia, Gisele, Carla e Luciene); Grupo Estação do Nó, de Nova Iguaçu, na figura de Ana Lúcia Chenoud; Ação Comunitária do Brasil; às artesãs do Cerâmica Negra (Nildes Baldeis, Glória Conceição, Edilene de Souza e Francisca Oliveira); aos integrantes do Moda Étnica (Paulo Pereira e Maria do Socorro); a Sérgio de Barros, Patrícia Lázaro e todos os seus funcionários que sempre foram cordiais em seus atendimentos; à Associação Escola de Família Ressurgir, às artesãs do Marias do Ressurgir (Vilma, Nedja, Monique, Joelma, Maria de Fátima Martins, Maria de Fátima Bezerra, Rosemary Costa, Josefa Maria da Costa, Ágata, Maria Aparecida, Regiane, Lindacy); à Dra. Albenita Leite de Barros Correia, a

Marcello Souza, Sueli Vasconcellos, Heloísa Torres, Lise Porcaro, Regina Nadai e aos outros seus funcionários que sempre foram gentis em seus atendimentos.

Resumo da Dissertação apresentada à COPPE/UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Ciências (M.Sc.).

ANÁLISE DOS ASPECTOS ECONÔMICOS DE EMPREENDIMENTOS  
SOLIDÁRIOS DE ARTESANATO NA REGIÃO METROPOLITANA DO  
RIO DE JANEIRO

Anderson Carlos Nogueira Oriente

Outubro/2010

Orientador: Michel Jean-Marie Thiollent

Programa: Engenharia de Produção

Esta pesquisa apresenta os aspectos econômicos dos empreendimentos solidários do artesanato, com base em quatro empreendimentos solidários do artesanato da região metropolitana do Rio de Janeiro, sendo dois do município de Nova Iguaçu e dois do município do Rio de Janeiro. Após a revisão da literatura relacionada ao tema, o contato com empreendimentos de artesanato e a participação em eventos da economia solidária no estado do Rio de Janeiro, considerou-se importante estruturar os cinco eixos da pesquisa, com base na realidade desses empreendimentos, são eles: 1. identificação; 2. produção; 3. comercialização; 4. contabilidade; e 5. articulação institucional. O estudo concluiu que grande parte das artesãs de três dos quatro empreendimentos pesquisados, possui outras atividades remuneradas, o que nos leva a deduzir que as atividades artesanais representam uma renda agregada para as mesmas. E nos quatros empreendimentos pesquisados o aspecto contábil é pouco organizado, mesmo sendo modelos diferentes de gestão. A articulação institucional é a melhor característica apresentada pelos empreendimentos. O que em alguns casos garante a sustentabilidade dos mesmos em períodos de baixa atividade comercial.

Abstract of Dissertation presented to COPPE/UFRJ as a partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Science (M.Sc.)

ANALYSIS OF THE ECONOMIC ASPECTS OF SOLIDARY ENTERPRISES OF  
CRAFT IN THE REGION METROPOLITAN OF RIO DE JANEIRO

Anderson Carlos Nogueira Oriente

October/2010

Advisor: Michel Jean-Marie Thiollent

Department: Production Engineering

This research presents the economic aspects of the solidary enterprises of the craft, on the basis of four solidary enterprises of the craft of the region metropolitan of Rio de Janeiro, being two of the city of Nova Iguaçu and two of the city of Rio de Janeiro. After the revision of the literature related to the subject, the contact with craft enterprises and the participation in events of the solidary economy in the state of Rio de Janeiro, were considered important to structuralize the five axles of the research, on the basis of the reality of these enterprises, are they: 1. identification; 2. production; 3. commercialization; 4. accounting; and 5. institutional joint. The study concluded that great part of artisans of three of the four searched enterprises, possess other remunerated activities, what in it takes them to deduce that the artisan activities represent an income added for the same ones. In the four searched enterprises the countable aspect little is organized, exactly being different models of management. The institutional joint is the best characteristic presented for the enterprises. What in some same cases it guarantees the sustainability of in periods of the low one trading activity.



## SUMÁRIO

1. Introdução.....	1
1.1. Justificativa do Tema.....	2
1.2. Questão de pesquisa e objetivos de estudo.....	2
1.3. Metodologia da pesquisa.....	3
1.4. Estrutura da dissertação.....	5
2. Economia Solidária.....	6
2.1. Histórico da economia solidária.....	8
2.1.1. Fórum Brasileiro da Economia Solidária.....	11
2.2. Abordagens da economia solidária.....	14
2.3. Alguns números da economia solidária .....	17
2.4. Panorama da economia solidária na pesquisa.....	27
2.4.1. Associativismo.....	27
2.4.2. Cooperativismo Popular.....	29
2.4.3. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares .....	31
2.4.4. Autogestão dos empreendimentos econômicos solidários.....	32
2.5. Aspectos Econômicos da Economia Solidária.....	33
2.5.1. Redes de empreendimentos solidários.....	35
2.5.2. Comércio justo e solidário.....	38
2.5.2.1. Princípios do comércio justo e solidário.....	38
2.5.2.2. O comércio justo no Brasil.....	39
2.5.2.3. O atual estado do comércio justo na cidade do Rio de Janeiro...40	
3. O Artesanato.....	42
3.1. As abordagens sobre o artesanato.....	43
3.2. A engenharia de produção no setor artesanal.....	45
3.3. Das oficinas às máquinas .....	47
4. Pesquisa de Campo.....	52
4.1. Metodologia.....	52
4.2. Roteiro da Entrevista.....	54

4.3. Empreendimentos solidários do artesanato.....	56
4.3.1. Grupo Fio Nobre.....	56
4.3.2. Cooperativa Trama e Raiz.....	57
4.3.3. Cerâmica Negra.....	60
4.3.4. Ressurgir Escola de Família (Marias do Ressurgir).....	61
4.4. Análise dos aspectos econômicos dos empreendimentos solidários de produção de artefatos artesanais.....	64
4.4.1. Identificação.....	65
4.4.2. Produção.....	65
4.4.3. Comercialização. ....	82
4.4.4. Contabilidade.....	85
4.4.5. Articulação Institucional.....	87
5. Conclusão.....	91
Referências bibliográficas.....	99
Apêndice I.....	104
Apêndice II.....	106
Anexo I.....	115
Anexo II.....	116

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Números de Empreendimentos Econômicos Solidários (segundo a região)...	18
Tabela 2: Números de Empreendimentos Econômicos Solidários (região sudeste).....	19
Tabela 3: Números de Empreendimentos Econômicos Solidários (região metropolitana do Rio de Janeiro).....	20
Tabela 4: Números de Empreendimentos Econômicos Solidários de Artefatos Artesanais (região metropolitana do Rio de Janeiro).....	21
Tabela 5: Números de participantes nos Empreendimentos Econômicos Solidários (segundo a região).....	22
Tabela 6: Números de participantes nos Empreendimentos Econômicos Solidários (região sudeste).....	23
Tabela 7: Números de participantes dos Empreendimentos Econômicos Solidários (região metropolitana do Rio de Janeiro).....	24
Tabela 8: Números de participantes homens e mulheres dos Empreendimentos Econômicos Solidários (região metropolitana do Rio de Janeiro).....	25
Tabela 9: Motivos da criação dos Empreendimentos Econômicos Solidários (região metropolitana do Rio de Janeiro).....	27
Tabela 10: Formas de Organização dos Empreendimentos Econômicos Solidários (região metropolitana do Rio de Janeiro).....	106
Tabela 11: Acesso à Apoio (Assessoria e Assistência Técnica) dos Empreendimentos Econômicos Solidários (região metropolitana do Rio de Janeiro).....	107
Tabela 12: Formas dos Apoios recebidos pelos Empreendimentos Econômicos Solidários (região metropolitana do Rio de Janeiro).....	108
Tabela 13: Origem dos Recursos dos Investimentos dos Empreendimentos Econômicos Solidários (região metropolitana do Rio de Janeiro).....	109
Tabela 14: Classificação dos Valores dos Investimentos dos Empreendimentos Econômicos Solidários (região metropolitana do Rio de Janeiro).....	110
Tabela 15: Formas de Comercialização dos Empreendimentos Econômicos Solidários (região metropolitana do Rio de Janeiro).....	111
Tabela 16: Classificação do Faturamento Mensal das Atividades dos Empreendimentos Econômicos Solidários (região metropolitana do Rio de Janeiro)..	112
Tabela 17: Associados que conseguem e não conseguem remuneração nos	

Empreendimentos Econômicos Solidários (região metropolitana do Rio de Janeiro)..113

Tabela 18: Classe de remuneração de salário mínimos dos Empreendimentos

Empreendimentos Econômicos Solidários (região metropolitana do Rio de Janeiro)..114

## LISTA DE QUADRO

Quadro 1: Organograma da Organização do Fórum Brasileiro da Economia Solidária.....	13
Quadro 2: Identificação dos Empreendimentos Econômicos Solidários.....	67
Quadro 3: Produção dos Empreendimentos Econômicos Solidários I.....	71
Quadro 4: Produção dos Empreendimentos Econômicos Solidários II.....	75
Quadro 5: Fluxograma de Produção Fio Nobre (produção de bolsa).....	76
Quadro 6: Fluxograma de Produção Trama e Raiz (bolsa eco-bag) .....	77
Quadro 7: Fluxograma de Produção Trama e Raiz (produto com fibra da bananeira)....	78
Quadro 8: Fluxograma de Produção Cerâmica Negra (produção de escultura).....	79
Quadro 9: Fluxograma de Produção Marias do Ressurgir Pintura em Madeira <i>decoupage</i> (produção de um porta jóia).....	80
Quadro 10: Fluxograma de Produção Marias do Ressurgir (produção de bijuteria).....	80
Quadro 11: Fluxograma de Produção Marias do Ressurgir (produção de costura com beneficiamento em crochê).....	81
Quadro 12: Fluxograma de Produção Marias do Ressurgir (produção de costura com beneficiamento em pintura) .....	81
Quadro 13: Comercialização dos Empreendimentos Econômicos Solidários.....	84
Quadro 14: Contabilidade dos Empreendimentos Econômicos Solidários.....	87
Quadro 15: Articulação Institucional dos Empreendimentos Econômicos Solidários....	90

## **LISTA DE SIGLAS**

ACB – Ação Comunitária do Brasil  
ACI – Associação Cooperativa Internacional  
ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão.  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CEDAC – Centro de Ação Comunitária  
CPF – Cadastro Pessoa Física  
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas  
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica  
DEGASE – Departamento Geral de Ações Socioeducativas  
EES – Empreendimentos Econômicos Solidários  
EFTA – Europa Fair Trade Association.  
FBES – Fórum Brasileiro da Economia Solidária  
FLO – Fairtrade Labelling Organizations International  
HMSN – Hospital Municipal Salles Neto  
IFAT – International Federation of Alternative Trade  
ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares  
JUCERJA – Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
OCB – Organização das Cooperativas do Brasil  
ONG – Organização Não Governamental  
RJ – Rio de Janeiro  
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SEDES – Secretaria de Desenvolvimento Econômico Solidário  
SEDEX – Serviço de Encomenda Expressa  
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária  
SNCJ – Sistema Nacional de Comércio Justo  
PET – Politereftalato de Etileno

# 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, nos anos 1980, com o processo de recessão econômica, muitas empresas abortaram seus investimentos dadas as altas taxa de juros cobradas pelas instituições bancárias, conseqüentemente crescimento econômico e o nível de emprego ficaram comprometido.

Nesse momento, como alternativa à geração de emprego e renda surge a economia solidária, com apoio de entidades da Igreja Católica, movimento sindical e universidades. Essa alternativa não seria passageira, ou seja, um modelo de ocupação e rendimento temporário. É também considerada um movimento de alternativa ao processo capitalista de produção.

Nos anos 1990, com o modelo neoliberal consolidado no país, principalmente no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o movimento de economia solidária ganha força como ponte de criação de empregos e também como uma nova opção de produção, diferente do modelo capitalista “a outra economia” (SINGER, 1999).

De acordo com Singer (2002), a economia solidária é o conjunto de atividades em que trabalhadores solidariamente se organizam sob a forma coletiva e de autogestão para realizar atividades de produção de bens e de serviços, créditos e finanças, trocas, comércio e consumo.

No início da década de 2000, no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, surge um grupo de trabalho de economia solidária; a partir daí é formado o Fórum Brasileiro da Economia Solidária – FBES, que começa a articular a economia solidária em todo o país. Em 2003, atendendo a uma das reivindicações do FBES, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cria a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, que, junto com o FBES, se torna a grande referência desse movimento no país. Em 2005, a SENAES e o FBES realizam o primeiro mapeamento da economia solidária no Brasil, o único no mundo. Nos dias atuais existem aproximadamente 22 mil empreendimentos econômicos solidários no país, um processo que teve início nos anos 1980 e se consolida a cada dia que passa no país.

## **1.1 JUSTIFICATIVA DO TEMA**

De acordo com o Atlas da SENAES/MTE, existem 21.859 Empreendimentos Econômicos Solidários – EES – no Brasil, desses, 3.912 estão na Região Sudeste, que, dentre as cinco regiões brasileiras, é a segunda mais importante em números de empreendimentos. Nessa região o Estado do Rio de Janeiro é o mais representativo, com 1.343 EES, dos quais 628 estão localizados na região metropolitana, o que representa 46,76%, dos EES, daí a importância dessa região para a economia solidária no Estado do Rio de Janeiro.

Dos 628 EES localizados na região metropolitana do Rio de Janeiro, 297 são empreendimentos de produção de artefatos artesanais, ou seja, 47,29%, uma importância significativa, pois são quase 50,0% da produção da região é realizada por uma única atividade, dentre as 10 existentes. Nessa atividade, como também em quase todas as estatísticas que serão apresentadas da economia solidária na região metropolitana fluminense, os municípios do Rio de Janeiro e de Nova Iguaçu se destacam. Em relação ao quantitativo de EES de artesanato, os dois municípios juntos detêm um percentual de 54,2%, da região, sendo o Rio de Janeiro com 90 (30,30%) e Nova Iguaçu com 71 (23,90%). Essa foi uma das razões que motivou a escolha dos empreendimentos de artesanato desses dois municípios para compor a pesquisa. As outras duas foram as diversidades no formato organizacional dos empreendimentos pesquisados e a experiência que adquiri com os EES, como técnico da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/COPPE/UFRJ), responsável pela reaplicação dos procedimentos de incubação nos municípios de Mesquita e Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, nos anos de 2006 e 2007.

## **1.2 QUESTÕES DE PESQUISA E OBJETIVOS DO ESTUDO**

Tendo em vista a importância das atividades de produção de artefatos artesanais na economia solidária, sobretudo na região metropolitana do Rio de Janeiro, especificamente nos municípios do Rio de Janeiro e de Nova Iguaçu, a questão que se coloca é: qual é a relevância econômica dos empreendimentos solidários do artesanato para os seus



participantes na perspectiva da economia solidária? Para responder essa questão foram pesquisados quatro EES de artesanato, sendo dois localizados em Nova Iguaçu e dois no Rio de Janeiro e contrastados os resultados obtidos, relacionando-os às demais informações captadas na pesquisa de campo e na revisão do referencial teórico.

O objetivo geral desse estudo será, dessa forma, analisar e/ou analisar quatro EES de produção de artefatos artesanais da região metropolitana do Rio de Janeiro tendo como foco o impacto econômico desses empreendimentos sobre seus associados a saber: Grupo Fio Nobre e Cooperativa Trama e Raiz (Nova Iguaçu), Cerâmica Negra e Marias do Ressurgir (Rio de Janeiro). Como objetivos específicos da pesquisa destacam-se:

- Análise do histórico dos empreendimentos:
- Análise da Viabilidade econômica dos empreendimentos, destacando o papel dos:
  - Investimentos.
  - Processo de produção.
  - Produtos.
  - Comercialização.
  - Contabilidade.
- Análise das Articulações institucionais dos empreendimentos.

### **1.3 METODOLOGIA DA PESQUISA**

Segundo Rosa (2006), qualquer que seja o problema, o referencial teórico ou a metodologia empregada, implica o procedimento de elaboração de uma pesquisa tem três requisitos básicos: a existência de um questionamento ou hipótese levantada a respeito de um determinado tema para se chegar a um objetivo inicial proposto; elaborações de procedimentos para se chegar às respostas adequadamente; inter-relação entre entrevistador – entrevistado com o intuito de confiabilidade.

Portanto, é necessário que haja um problema de pesquisa e, conseqüentemente, um procedimento que gere uma informação relevante como resposta, demonstrando-se, com fidedignidade, que essa informação é decorrente do procedimento empregado, e que as respostas produzidas por ela não são apenas algumas respostas possíveis, mas as melhores, nessas circunstâncias, incluindo-se aí o referencial teórico como respaldo.

Na pesquisa de campo, a estratégia de investigação utilizada foi o estudo de caso. Segundo Godoy (2005) o rigor no estudo de caso qualitativo atende a critérios que passam pelo entendimento do significado que se atribui aos conceitos de fidedignidade, validade e generalização na pesquisa.

Foram pesquisados quatro empreendimentos, dois do município de Nova Iguaçu e dois do Rio de Janeiro, pelo fato de esses municípios serem os mais representativos em números de empreendimentos econômicos solidários do ramo de artesanato na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro. Como o grau de interação entre pesquisador e pesquisados (empreendimentos) foi muito amistoso durante a fase de seleção dos empreendimentos, foram escolhidos Cerâmica Negra e Ressurgir, do Rio de Janeiro, e Fio Nobre e Trama e Raiz, de Nova Iguaçu.

Em cada EES pesquisado foram realizadas em média duas entrevistas presenciais, baseadas em um roteiro semiestruturado. Em Nova Iguaçu, no Grupo Fio Nobre e na Cooperativa Trama e Raiz foram entrevistados a direção, como também as artesãs. No Rio de Janeiro, no Grupo Cerâmica Negra foram entrevistadas as artesãs e a coordenadora de produto da ONG da qual o empreendimento faz parte. Já no Grupo Marias do Ressurgir foram entrevistadas algumas artesãs, o coordenador, uma funcionária e uma voluntária das oficinas que fomenta o grupo. Essas entrevistas foram importantes, pois permitiram captar diferentes perspectivas acerca dos EES pesquisados.

A construção do roteiro de entrevista foi realizada com base nos aspectos econômicos e organizacionais dos EES levantados nas pesquisas bibliográficas e na pesquisa de campo com a participação em alguns seminários e fóruns da economia solidária no estado do Rio de Janeiro, considerados importantes para caracterizar as relações organizacionais e econômicas dos EES do artesanato.

De acordo com Godoy (2005) em estudos de caso de uma organização alguns aspectos referentes à coleta de dados merecem destaque, como conhecer um pouco da história, da estrutura e do funcionamento da organização, é importante observar como o trabalho é feito e como as pessoas se comportam. Depois disso, deve-se planejar o trabalho de campo, definindo um plano de atuação que inclua todos os passos envolvidos na coleta e no registro dos dados e o tempo necessário à sua concretização.

E, finalmente, em cada EES foi realizada uma observação não participante, ou seja, sem interação entre o pesquisador e o objeto de estudo, com o objetivo de captar como é realizado o processo de produção desses empreendimentos.

#### **1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO**

Com o interesse de responder à questão de pesquisa e atingir os objetivos propostos, o estudo se desenvolverá a partir do próximo capítulo da maneira descrita a seguir.

O Capítulo 2 discute a economia solidária e a sua importância. Assim, serão apresentados: o histórico dessa atividade oriundo das lutas dos movimentos sociais; as abordagens, uma vez que é conhecida também como economia popular ou dos setores populares, a fim de entender melhor o que significa e como são utilizadas as nomenclaturas; alguns números da economia solidária, uma vez que o número de empreendimentos no país já passa dos 20 mil; o seu panorama na pesquisa, o associativismo, o cooperativismo popular, a autogestão dos empreendimentos econômicos solidários e a incubadora econômica de cooperativas populares; e os aspectos econômicos das redes de empreendimentos solidários e o comércio justo.

No Capítulo 3 a discussão se centrará sobre o artesanato. Nas abordagens dos autores, na engenharia de produção no setor artesanal. E, por último, uma apresentação das oficinas e das máquinas, essa última no passado e no momento atual.

O Capítulo 4 é iniciado com a metodologia utilizada na pesquisa de campo e o roteiro de entrevista. Em seguida são descritos os eixos pesquisados (identificação, produção, comercialização, contabilidade e articulação institucional), e são apresentados e analisados os resultados, segundo os objetivos delineados na seção 1.2.

Finalmente, o Capítulo 5 apresentará as conclusões finais em relação ao trabalho de pesquisa realizado com EES do artesanato, com o objetivo de apresentar uma ideia geral da pesquisa realizada e propor sugestões para novos estudos na temática pesquisada.

## 2. ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária não é apenas a melhoria ou ganho de renda. É uma relação de trabalho que prega a questão humana incorporando o modelo socialista de trabalho aliada às ideias utópicas de Marx, onde trabalhadores e trabalhadoras possam viver de maneira digna, com respeito as suas diversidades, na relação de trabalho inerentes ao processo produtivo. Advém de uma magnitude social, uma vez que não se limita apenas a organizar a produção. Com direito de optar por trabalhadores de maneira solidária e não pela forma competitiva do mercado, o empreendimento da economia solidária busca a relação entre produção e cidadania evitando a contradição do sistema capitalista, que desenvolve os aspectos relacionados à produção, mas esquece ou até mesmo ignora o lado humanitário ao ponto de excluir os seus trabalhadores. Porém, para que isso aconteça, requer solidariedade entre os cidadãos participantes, pois a busca de outra qualidade de vida e de consumo necessita não só de participação, mas de igualdade como condição do exercício de liberdade.

A economia solidária é um movimento de fomento à reinserção dos trabalhadores em situação de desempregos e daqueles que desejam um novo modelo de relação de trabalho pautado nas relações sociais e por conta própria, tais como: cooperativas ou pequenos empreendimentos nos moldes não convencionais. Tais iniciativas são vistas como um caminho para o crescimento econômico e a solução coletiva, em meio a um sistema econômico não favorável às camadas populares.

Segundo SENAES/MTE,<sup>1</sup>

a economia solidária não é algo que aconteceu por decreto, nem fruto de uma cabeça privilegiada que, em um momento inspirado, se deu conta de que, assim como estamos, as coisas só irão de mal a pior. A economia solidária é um movimento amplo e profundo, cujas raízes históricas se encontram nas ações e nas lutas de organizações de trabalhadores, de movimentos populares, de grupos engajados nas universidades e nas igrejas. Um movimento vivo, dinâmico, que se fortalece e se organiza cada vez mais e que começa a contar também com apoio de governos. (SENAES/TEM, 2010.)

---

<sup>1</sup> SENAES/MTE – Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br) – Acesso em: 20/07/2010.

Outra causa que faz o cidadão optar pela economia solidária em muitos casos não é só o outro modelo de produção, mas também o fato de esse cidadão estar fora do mercado de trabalho, pois nos grandes centros urbanos a segregação pode gerar desempregos provocados pela baixa escolaridade e falta de perspectiva, por isso, muitas pessoas se reúnem e formam uma atividade associativa, pela falta de opção no mercado de trabalho. E, com o passar do tempo, essa atividade pode se tornar uma cooperativa. (Daí os laços ou teorias da economia solidária poderão despontar nessas pessoas).

Dos quatros empreendimentos pesquisados que iremos conhecer no Capítulo 4, um deles não conhecia de fato a economia solidária, apesar de estar inserido nessa temática, mas a questão de geração de renda para os artesãos (trabalhadores) participantes o fez conhecer de outra maneira, ou seja, através da participação.

Com a pesquisa, percebi que a economia solidária pode apresentar diferentes óticas. Para o participante direto, que são os produtores (artesãos e pequenos empreendedores) de uma maneira geral, está muito ligado à questão da geração de trabalho e renda, claro que em alguns casos também está presente a noção de um movimento de uma “outra economia” (SINGER, 20002), mas o que predominou na pesquisa é a questão da ocupação no mercado de trabalho através da economia solidária, pois o fato de os trabalhadores poderem gerar renda a partir das atividades com que mais se identifiquem e que agregue de certa forma sua maneira de viver, como, por exemplo, o ato de desenvolverem suas atividades no seu tempo e local necessário, sem precisar deixar o convívio com a família, pois na maioria dos casos as atividades são desenvolvidas perto das suas residências, ou até mesmo em suas residências, ou em locais que possuem familiaridades, em uma jornada de trabalho não rígida e sem a pressão ou a imposição de chefes. Mesmo nas oficinas localizadas em instituições sociais que servem de base para dois empreendimentos pesquisados (Cerâmica Negra e Marias do Ressurgir), a liberdade da produção é bem visível, principalmente na primeira, pois a segunda ainda necessita de uma participação maior do coordenador e das voluntárias. E nos outros dois empreendimentos a cooperativa Trama e Raiz e a Associação (grupo de mulheres) Fio Nobre, essas características são nítidas.

A segunda visão da economia solidária é muito utilizada por pesquisadores, professores, participantes de incubadoras e intelectuais que estudam o assunto, que é a visão do movimento da economia solidária como uma “outra economia”, ou seja, uma visão de

natureza política, como uma outra forma de produzir, comercializar, e com a inserção de ideias socialistas, “... a economia solidária foi concebida pelos ‘utópicos’ como uma nova sociedade que unisse a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social.” (SINGER, 2002. p.115.)

Claro que alguns artesãos e pequenos empreendedores também pensam dessa maneira. Porém, a visão dos intelectuais e pesquisadores do assunto é de suma importância para a economia solidária, uma vez que, além de fortalecerem as bases para essa economia com a produção científica, sedimentam o movimento através dos fóruns, seminários e atividades relacionadas ao tema, para que a chamada “outra economia” tenha força e se estabeleça como uma política pública do estado, como aconteceu com a criação da SENAES, em 2003, como forma de manifestação da sociedade civil organizada (trabalhadores, pesquisadores, movimentos sociais e universidades).

O governo deve criar políticas públicas necessárias estabelecidas em conjunto com a sociedade civil organizada para tornar a economia solidária uma forma emancipatória de produção, não de assistencialismo ou de medidas compensatórias. O que está acontecendo no momento atual são políticas públicas emergenciais, mas o que deve ser feito ao longo dos anos em que a economia solidária estiver mais fortalecida no país são políticas públicas estratégicas que fortaleçam os empreendimentos solidários e a organização da economia solidária. Claro que para isso acontecer a cobrança e a produção científica desse movimento deverão ser cada vez mais pujantes, pois através dessa maneira poderemos criar um círculo de manifestações e pressões com os governantes para a criação de legislações e de recursos públicos nos orçamentos governamentais estabelecidos pelas diversas esferas públicas a favor da economia solidária, na perspectiva de atingir a autogestão desses empreendimentos.

## **2.1. HISTÓRICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Os anos 1980 foram muito significativos para o século XX; o mundo passou por diversos acontecimentos nas esferas política e econômica. No campo político a bipolaridade estava presente, vivíamos em uma Guerra Fria, que só teve fim em 1989, com a queda do muro de Berlim, e os Estados Unidos se consolidavam como “império”.

Na esfera econômica o segundo choque do petróleo,<sup>2</sup> de 1979, reflete negativamente nas economias mundiais, principalmente na primeira metade da década: o Governo de Margaret Thatcher na Inglaterra, que teve início em 1979, e adota um novo modelo de liberalismo social e econômico para conter a crise por que o país passava. Modelo conhecido como *Thatcherismo*, com a redução da intervenção do Estado na economia, privatizações das empresas estatais e com a economia controlada pelas “forças” do mercado, aos moldes do modelo econômico liberal proposto por Milton Friedman da escola Econômica de Chicago com a não intervenção do estado na economia, que também foi adotado por diversas nações e também no Brasil a partir da década de 1990.

No Brasil, a expressão “década perdida” é cunhada para explicar a estagnação econômica e social dos anos 1980. Na esfera política, essa década foi marcada pelo fim de um regime autoritário de 21 anos, que teve início em 1964 e terminou no ano de 1985, sem o processo direto de eleição para Presidente da República, fato que só ocorreu em 1989. E os movimentos operário, sindical, intelectual com apoio de setores da Igreja Católica se solidificam e criam partidos políticos, com ideais socialistas.

Na esfera econômica, o país passava por uma crise fruto da segunda crise internacional do petróleo e da crescente dívida externa lastreada em dólar, que causou moratória<sup>3</sup> em 1987. Conseqüentemente esses acontecimentos refletiram no lado real da economia, com queda nos investimentos no setor público e no setor privado, causando desemprego. A Cáritas,<sup>4</sup> que já atuava no país desde a segunda metade da década de 1950, começou a realizar projetos alternativos comunitários, com o objetivo de gerar trabalho e renda para atenuar esse processo.

---

<sup>2</sup> A guerra civil no Irã, que culminou com a derrubada do Xá Reza Pahlevi, provocou a queda da produção iraniana de 6,5 milhões de barris/dia para 235 mil barris/dia, o que não atendia nem mesmo o consumo interno daquele país. Acarretando em sucessivos aumentos nos preços do petróleo. SANDRIONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 2002. p. 457 e 458.

<sup>3</sup> A moratória é uma declaração unilateral do devedor declarando que não pagará uma dívida nos prazos e demais condições estipuladas no contrato (SANDRIONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 2002. p. 411.

<sup>4</sup> Organização Social Católica criada em 12 de novembro de 1956, com atuação social na defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável solidário na perspectiva de políticas públicas, com uma mística ecumênica. Faz parte da Rede Cáritas Internationalis, rede da Igreja Católica de atuação social composta por 162 organizações presentes em 200 países e territórios, com sede em Roma. Organismo da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Disponível em: <http://www.caritas.org.br/> – Acesso em: 30/08/2010.

Nessa época a “Teologia da Libertação”<sup>5</sup> havia sido difundida na América Latina e tratava estruturas econômicas injustas e do homem pobre como sujeito de sua própria libertação. E assim começou a disseminar os primeiros passos da economia solidária no Brasil.

Na década de 1990 e no início da década de 2000, o mundo passou por outro momento muito delicado nas esferas econômica e social, em meio a uma série de acontecimentos, como iminência de guerras, bolsas de valores fragilizadas, baixas taxas de crescimento econômico mundial, aumento do desemprego, desnacionalização do capital (sem fronteiras), e com a velocidade das principais ferramentas de comunicação existentes no planeta, principalmente em países em desenvolvimento como o Brasil. Por outro lado, a força de trabalho fazia um trajeto oposto, uma vez que as novas tendências de trabalho exigiam cada vez mais tecnologia em detrimento da mão de obra. Esse processo cíclico termina por gerar uma espécie de “bolha”, onde os mais afetados são os países em desenvolvimento que não possuem uma infraestrutura produtiva capaz de absorver as estruturas de produção cada vez mais intensivas em capital e menos intensivas em força de trabalho, deixando à margem do mercado de trabalho uma parcela maior da população com baixa qualificação. E isso se agravou em países com forte dependência de capitais estrangeiros, como é o caso do nosso país. E nesse momento o Brasil passava pelo neoliberalismo econômico, que teve início no governo Fernando Collor, em 1990, com a abertura da economia, processo de privatização das empresas estatais e os programas de demissão voluntária dos servidores públicos. E também se acentuou no governo do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, nos anos de 1995 a 2002.

Em meio a este panorama econômico e social, a economia solidária se estabelece com os mesmos objetivos da década de 1980: criar novas oportunidades de empregos para os desempregados, ou dar um trabalho sem a lógica do capitalismo está aí presente para aqueles que preferiram sair do seu modo assalariado. Os sindicatos também começaram a apoiar os trabalhadores de empresas que se encontravam em processo falimentar, pois os mesmos assumiam a gestão compartilhada dessas empresas. E outro impulso foi dado

---

<sup>5</sup> Teologia, como a palavra sugere, é o discurso sobre Deus e de todas as coisas vistas à luz de Deus. A Teologia colabora na libertação dos oprimidos, que são nossos cristos crucificados hoje e como a teologia ajuda a preservar a memória de Deus para que não se perca o sentido e a sacralidade da vida humana, ameaçada por uma cultura da superficialidade, do consumo e do entretenimento. Disponível em: <http://leonardoboff.com> – Acesso em: 30/08/2010.



pelo sociólogo Herbert de Souza, que, após a Campanha do Natal sem Fome,<sup>6</sup> atentou para que a própria vítima da fome poderia conseguir o seu sustento através de outras formas de trabalho. E a Ação da Cidadania, com o apoio do IBASE e do CEDAC, implanta 14 projetos de geração de trabalho e renda, com a expectativa de gerar 170 empregos diretos e indiretos. E assim surgiu a economia solidária,

... onde as atividades que a compõem fundamentam-se em organizações sociais do trabalho, caracterizadas por serem iniciativas associativas, nas quais os laços solidários constituem o princípio básico e em geral, prima-se pela não mercantilização das relações de trabalho e fala-se em lucro social. (SINGER, 2002.)

### **2.1.1 FÓRUM BRASILEIRO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA<sup>7</sup>**

Com origem no I Fórum Social Mundial de Porto Alegre em 2001, na oficina de “Economia Popular Solidária e Autogestão”, onde propiciou a criação de um Grupo de Trabalho de Economia Solidária, com diversas representações dos movimentos sociais de diversos estados da federação, foi assim criada uma identidade no campo da economia solidária, respeitando as adversidades e os saberes de cada instituição participante, construindo uma articulação de dimensão nacional, cujo principal objetivo é a economia solidária. Com diversas reuniões nos anos de 2001 e 2002, o Grupo de Trabalho – GT – se estruturou no final desse mesmo ano, e, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva no processo eleitoral de 2002, o movimento elaborou uma carta com o nome de “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”, que apresentava as diretrizes da economia solidária e reivindicava a criação da SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária. Essa carta foi aprovada durante a I Plenária de Economia Solidária, realizada nos dias 9 e 10 de dezembro de 2002, que contou com a participação de mais de 200 pessoas, sendo trabalhadores, pesquisadores, representantes de movimentos sociais, universidades e gestores públicos.

---

<sup>6</sup> A campanha Natal Sem Fome foi criada em 1993, pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, através da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, também fundada por ele em abril deste mesmo ano. Teve como principal objetivo garantir que as famílias abaixo da linha de pobreza tivessem uma refeição digna para comer no dia de Natal. Disponível em: <http://www.acaodacidadania.com.br> – Acesso em: 30/08/2010.

<sup>7</sup> Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Disponível em: <http://www.fbes.org.br> – Acesso em: 23/07/2010.

A II Plenária Nacional da Economia Solidária, em janeiro de 2003, no Fórum Social Mundial, contou com a presença de mais de 800 participantes (trabalhadores, pesquisadores, representantes de movimentos sociais, universidades e gestores públicos), o que legitimou o GT Brasileiro de Economia Solidária como o “promotor do processo de mobilização da Economia Solidária no Brasil”.

A III Plenária aconteceu em junho de 2003, com a mobilização de 17 estados e mais de 900 pessoas de diversas partes do país. Nesse evento a SENAES já havia sido constituída meses antes, como uma vitória desse movimento. Em paralelo, a denominação Fórum Brasileiro da Economia Solidária – FBES –, onde estão articulados os empreendimentos econômicos solidários, assessorias, instituições de ensino e pesquisa e gestores públicos, foi constituída. Outras conquistas dessa III Plenária são as denominações das diretrizes e articulações da economia solidária com a SENAES, e a criação dos fóruns estaduais e regionais da economia solidária, que subsidiaram o I Encontro Nacional de Economia Solidária, com mais de 2.500 participantes nos dias 13, 14 e 15 de agosto de 2004.

Os outros momentos importantes na história do FBES foram: as participações no Fórum Social Mundial (2001-2007); as oficinas regionais e nacional de formação de economia solidária (2005-2007); o mapeamento da economia solidária e a implantação do Sistema de Informação de Economia Solidária – SIES (2005-2007); a I Conferência Nacional e implantação do Conselho Nacional de Economia Solidária (2006).

Nos dias atuais, as principais referências do Fórum são: a Carta de Princípios da Economia Solidária; a Plataforma da Economia Solidária; os Anais da Conferência Nacional de Economia Solidária e; o Atlas da Economia Solidária. Quanto à organização e ao seu funcionamento, está organizado em três segmentos: empreendimentos de economia solidária, entidades de assessorias e gestores públicos de níveis municipal e estadual organizados em redes.

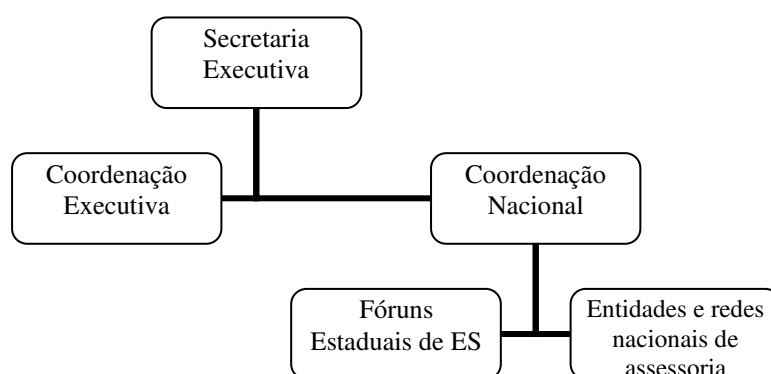
A estrutura do FBES está organizada da seguinte forma.

Coordenação Nacional:

- 97 representações;
- Fóruns Estaduais e microrregionais/municipais/locais (mais de 2.600 EES e aproximadamente 460 entidades de assessoria);

– Entidades e Redes Nacionais: representantes de empreendimentos (Unisol, Unicafe, Anteag, Concrab, Abcred, Ecosol); universidades (Redes de Incubadoras composta por 100 ITCPS e Rede Unitrabalho); igrejas (Cáritas Nacional e IMS); ONGs (IBASE, Fase e PACS); Sindicatos (ADS e CUT) e; redes (Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária<sup>8</sup> e Rede de Gestores Públicos, sendo 80 gestores municipais e 6 gestores estaduais).

### Quadro 1: Organograma: Organização do Fórum Brasileiro da Economia Solidária



Fonte: Fórum Brasileiro da Economia Solidária

Segundo Daniel Tygel<sup>9</sup> uma das principais reivindicações da Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada entre os dias 16 a 18 de junho de 2010, foi a proposta de lei elaborada pelo Conselho Nacional de Economia Solidária, que cria a Política Nacional de Economia Solidária, o Sistema e Fundo Nacionais de Economia Solidária, que são necessários em virtude das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores e trabalhadoras de empreendimentos que não são reconhecidos pelo Estado Brasileiro, no direito ao trabalho associado. Segundo Tygel, a respectiva lei proposta pelo FBES é “dar oportunidade para os trabalhadores que estão envolvidos com outros modelos econômicos que não visam o lucro, como nas grandes empresas que causam tanto mal

<sup>8</sup> A Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária integra empreendimentos de produção, comercialização e serviços, organizações de consumidores e de desenvolvimento solidário, escolas de trabalhadores, núcleos de estudos ligados a universidades, outras redes afins e incubadoras de cooperativas com o objetivo de promover uma prática solidária, autogestão dos meios, espírito de cooperação e colaboração e contra o modelo econômico capitalista.

<sup>9</sup> TV NBR – Empresa Brasileira de Comunicação – EBC Serviços. Disponível em: <http://www.ebcservicos.ebc.com.br/veiculos/nbr/nbr-ao-vivo> – Acesso em 22/07/2010.

para o mundo”, porque a grande maioria dos empreendimentos solidários funcionam à margem da lei, ou seja, estão no setor informal da economia.

## **2.2 ABORDAGENS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Segundo Singer (2002) entende-se como empreendimentos econômicos solidários: cooperativas; associações coletivas de trabalhadores; grupos de produção; empreendimentos autogestionários; clubes de trocas; cooperativas de crédito popular; bancos do povo; incubadoras tecnológicas e outras formas de relação que estão pautadas na construção de princípios solidários. Para o autor, a economia solidária está inserida no âmbito de um processo histórico de revolução social, isto é, a transformação social se dará em consequência de um processo histórico que se iniciou com as primeiras cooperativas surgidas da Revolução Industrial. Nessa visão, as experiências de economia solidária, especialmente as cooperativas, seriam embriões de formas socialistas de produção nos interstícios do grande capital.

Para Lisboa (2004) o aspecto central da economia solidária não é a lucratividade, pois ela está no mercado sem a subordinação do lucro máximo, mas suas operações pautam pelo respeito aos valores éticos e humanistas. Ele trata com uma outra economia que se confronta com interesses do capital dominante e do poder voltada para o âmbito interno, reduzindo o custo de produção pela ampliação das possibilidades de desenvolvimento das forças produtivas (trabalho) e das relações humanas, ou seja, integrada a sociedade ao contrário da economia capitalista que é excludente e multiplica as desigualdades. Segundo o autor o contraste com a economia dominante é fundamental para explicar a economia solidária, pois é preciso construir uma nova economia e romper com a política econômica vigente que privilegia o setor financeiro.

Segundo a SENAES/MTE (2007), a economia solidária é

um jeito de produzir, vender, de consumir produtos, de oferecer e receber crédito, onde as pessoas não são movidas pela ganância, mas pelo desejo de que não haja ninguém excluído, de que todos possam viver. Uma outra economia, onde em vez de individualismo, há união; em vez de competição, há cooperação; em vez de indiferença, há solidariedade; onde, no lugar da devastação do ambiente, há o cuidado com a natureza; e no lugar do

autoritarismo de chefes ou patrões, há democracia com todos decidindo juntos e compartilhando igualmente o que se ganha ou se perde. (SENAES/MTE, 2007. p. 5 e 6.)<sup>10</sup>

De acordo com Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social da SENASE/MTE (2007. p. 32 e 33),<sup>11</sup> a economia solidária está baseada em 10 princípios, são eles:

- 1) Autogestão: decisões coletivas e participativas, sem a presença de um patrão.
- 2) Democracia: o trabalho com a ausência de subordinação do capital, com as decisões estabelecidas pelos trabalhadores.
- 3) Cooperação: a união dos empreendimentos, instituição que promovem a economia solidária em prol do movimento da economia solidária.
- 4) Centralidade do ser humano: a importância da atividade econômica pela necessidade das pessoas envolvidas não em prol do lucro econômico.
- 5) Valorização da diversidade: não há discriminação sexual, racial ou de cunho religioso.
- 6) Emancipação: a economia solidária cria a liberdade na forma do homem ou da mulher produzir suas atividades econômicas.
- 7) Valorização do saber local: o respeito ao saber popular.
- 8) Valorização da aprendizagem: valorização da formação permanente e da replicação dessa formação.
- 9) Justiça social na produção: eliminação das desigualdades na produção e no bem-viver.
- 10) Cuidado com o Meio Ambiente: eficiência social aliada a questão ambiental.

Segundo Kraychete (2007) a economia solidária possui diversas denominações, mas a sua essência, ou seu objetivo é o mesmo.

---

<sup>10</sup> Economia solidária, outra economia acontece: Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social – Brasília: SENASE/MTE, FBES, 2007.

<sup>11</sup> Economia solidária, outra economia acontece: Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social – Brasília: SENASE/MTE, FBES, 2007.

Existe uma diversidade de denominações para definir, supostamente, o mesmo fenômeno. Fala-se, por exemplo, em economia solidária, economia popular, economia do trabalho, economia popular e solidária e socioeconomia solidária. (KRAYCHETE, 2007.)

Na visão de Kraychete (2007), a economia popular resulta em um processo de acumulação da economia de países emergentes, típico da economia brasileira,

... a economia dos setores populares interage com os mercados e atividades econômicas situadas no andar superior da economia, em relação ao qual ocupa uma posição subordinada. Possui, entretanto, uma lógica econômica peculiar, que a distingue da empresa capitalista. O que move a produção capitalista é a maior expansão possível do próprio capital. No caso dos empreendimentos econômicos populares, não existem os pressupostos da acumulação. Em outras palavras, esta economia dos setores populares não acumula capital, mas resulta de um processo mais geral de acumulação capitalista característico de uma economia como a brasileira. (KRAYCHETE, 2007.)

Para França (2006) a economia popular diz respeito a um conjunto de atividades de produção, comercialização ou prestação de serviços efetuados coletivamente pelos grupos populares, principalmente no interior de bairros pobres e marginalizados das grandes cidades, em geral, de modo informal e ao mesmo tempo uma forma de enfrentamento de desemprego e engajamento do cidadão. O autor enfatiza a importância das entidades de apoio e fomento e também as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP –, que para ele constituem um componente importante da economia solidária no Brasil, dentro das universidades, das redes, dos fóruns e de espaços públicos que ajudam a fomentar e fortalecer a economia solidária. Segundo o autor, o campo da economia popular e solidária no Brasil revela-se complexo ao articular iniciativas inovadoras em diferentes níveis, entre empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio/fomento e formas de auto-organização política (redes e fóruns).

Embora Coraggio (2002) utilize o termo economia popular ou do trabalho, de uma maneira mais crítica para dizer que a economia solidária não é um mundo de valores solidários, até porque ela se encontra, em parte, subordinada culturalmente ao sistema capitalista, essa abordagem possui uma importância que precisa ser refletida para aqueles que apoiam e simpatizam com a economia solidária, uma vez que o termo “a outra economia” é muito utilizado pelos membros da economia solidária (movimento da economia solidária, cooperativas, intelectuais, pesquisadores etc.), pois muitas vezes

tratam a economia solidária de forma isolada das outras atividades mercadológicas. O autor afirma que a economia popular deverá ser capaz de ocupar os excluídos, como também gerar trabalho e renda para que os mesmos se articulem com a economia e ampliem as suas bases de sustentabilidade.

### **2.3 ALGUNS NÚMEROS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

O Brasil é o único país do mundo em que a economia solidária possui um mapeamento, chamado de Atlas da Economia Solidária, realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego – SENAES/MTE<sup>12</sup> (2005 a 2007) com a participação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Segundo a SENAES/MTE, essa pesquisa cobriu 52% dos municípios da federação e mapeou cerca de 21.859 Empreendimentos Econômicos Solidários – EES –, o que representou a participação de 1.687.496 pessoas e movimentou cerca de R\$ 6 bilhões na economia nacional no ano de 2007. Nesse Atlas os EES são:

- a) coletivas, suprafamiliares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, redes e centrais etc.;
- b) cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadores(as) dos meios rural e urbano que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
- c) permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;
- d) com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sob o registro legal e;
- e) que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. (SENAES/MTE, 2005 a 2007.)

---

<sup>12</sup> SENAES/MTE. Disponível em: <http://www.mte.gov.br> – Acesso em: 22/07/2010.

De acordo com os dados do Atlas, os EES estão divididos nas seguintes atividades: prestação de serviços; produção agropecuária, extrativismo e pesca; produção de artefatos artesanais; produção de fitoterápicos, limpeza e higiene; produção e serviços de alimentos e bebidas; produção de serviços diversos; produção industrial (diversos); produção mineral (diversas); produção têxtil e confecção; serviço de coleta e reciclagem de materiais; e serviço relativo a créditos e finanças materiais.

A tabela 1 mostra como estão divididos os 21.859 EES nas cinco regiões brasileiras. Dentre as regiões, a que apresentou o maior número de empreendimentos foi a Nordeste, com 9.488, e com o menor número a Centro-Oeste, com 2.210. A Sudeste contribui com 3.912 EES, o que a colocou como a segunda região em números de EES do país.

**Tabela 1: Números de Empreendimentos Econômicos Solidários (segundo a região)**

Regiões	Quantidade
Região Nordeste	9.498
Região Sudeste	3.912
Região Sul	3.583
Região Norte	2.656
Região Centro-Oeste	2.210
Total	21.859

Fonte: MTE/SENAES – Atlas da Economia Solidária, 2007.

Já os dados da tabela 2 mostram que o estado do Rio de Janeiro, no qual se encontra os empreendimentos pesquisados para essa dissertação, que conheceremos no Capítulo 4, apresentou 1.343. EES, o que corresponde a um percentual de 34,33% dos EES da região, que qualificam o estado como o mais representativo da região no quesito números de empreendimentos. O outro extremo dessa tabela é o estado do Espírito Santo, com 520 EES, o que corresponde a 13,29% dos EES da região.



**Tabela 2: Números de Empreendimentos Econômicos Solidários (estados da Região Sudeste)**

Estados	Quantidade
Rio de Janeiro	1.343
Minas Gerais	1.236
São Paulo	813
Espírito Santo	520
Total	3.912

Fonte: MTE/SENAES – Atlas da Economia Solidária, 2007.

Podemos observar na tabela 3 que, dos 1.343 EES do estado do Rio de Janeiro, 628 são da região metropolitana. O que corresponde a 46,76%, uma parcela significativa de EES. Em posse desses dados podemos até deduzir que no estado do Rio de Janeiro a economia solidária possui características urbana e rural, pois os números de empreendimentos no estado estão bem divididos.

**Tabela 3: Números de Empreendimentos Econômicos Solidários (região metropolitana do Rio de Janeiro)**

Municípios da Região Metropolitana do RJ	Quantidade
Rio de Janeiro	201
Nova Iguaçu	154
Duque de Caxias	88
São Gonçalo	26
Mesquita	22
São João de Meriti	22
Niterói	16
Belford Roxo	16
Tanguá	11
Itaboraí	11
Magé	9
Itaguaí	8
Nilópolis	7
Seropédica	7
Maricá	6
Japeri	5
Guapimirim	5
Queimados	5
Mangaratiba	5
Paracambi	4
Total	628

Fonte: MTE/SENAES – Atlas da Economia Solidária, 2007.

Dos 628 EES da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, segundo os dados da tabela abaixo, 297 são de produção de artefatos artesanais, ou seja, 47,29%, quase próximo a um total de 50%. Esses números traduzem o alto grau de significância das atividades artesanais na economia solidária das 11 mapeadas pela SENAES/MTE.

Dos 20 municípios que compõem a região, o Rio de Janeiro apresenta 90 empreendimentos, cerca de 14,33%, e Nova Iguaçu 71, cerca de 11,30%. Juntos concentram 25,63% dos EES de artefatos artesanais da região metropolitana do Rio de Janeiro.

**Tabela 4: Números de Empreendimentos Econômicos Solidários de Artefatos Artesanais (região metropolitana do Rio de Janeiro)**

Municípios da Região Metropolitana do RJ	Quantidade
Rio de Janeiro	90
Nova Iguaçu	71
Duque de Caxias	48
São Gonçalo	11
Belford Roxo	11
Mesquita	10
São João de Meriti	10
Itaboraí	8
Magé	6
Nilópolis	5
Itaguaí	4
Tanguá	4
Niterói	4
Seropédica	3
Guapimirim	3
Mangaratiba	3
Queimados	3
Maricá	2
Japeri	1
Paracambi	0
Total	297

Fonte: MTE/SENAES – Atlas da Economia Solidária, 2007.

Em relação aos participantes envolvidos nesses empreendimentos, os dados da tabela 5 mostram que esses números são significativos, pois chegam a um total de 1.687.496 pessoas, sendo que a região que apresentou o maior número de participante mais uma vez foi a Nordeste, com 645.504 pessoas, o que corresponde a 38,25% do total de participantes dos EES. Já a Região Centro-Oeste representa o outro extremo com 126.834 pessoas envolvidas, o que significa aproximadamente 7,52% do total de participantes dos EES nacionais.

**Tabela 5: Números de participantes nos Empreendimentos Econômicos Solidários (segundo a região)**

Regiões	Quantidade
Região Nordeste	645.504
Região Sul	542.300
Região Norte	195.721
Região Sudeste	177.137
Região Centro-Oeste	126.834
Total	1.687.496

Fonte: SENAES-MTE/2007.

De acordo com os dados da tabela 6, a Região Sudeste apresentou um total de 177.137 participantes, sendo o estado do Rio de Janeiro o mais representativo em números de EES, com 64.846, o que corresponde a 36,61%, do total dos participantes da região.

**Tabela 6: Números de participantes nos Empreendimentos Econômicos Solidários  
(estados da Região Sudeste)**

Estados	Quantidade
Rio de Janeiro	64.846
Minas Gerais	43.811
Espírito Santo	39.442
São Paulo	29.038
Total	177.137

Fonte: SENAES-MTE, 2007.

Os dados da tabela 7 mostram que a região metropolitana contribui significativamente com cerca de 27.980 (43,14%) pessoas envolvidas. Porém, o município que mais chamou a atenção nos números de participantes da região é Niterói, que contribui com cerca de 13.453 participantes (48,08%) desse total. Nem a soma dos participantes dos quatro próximos municípios alcançou o número de pessoas dos EES da cidade de Niterói. Os outros três municípios que também merecem destaques são: São Gonçalo, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, com uma grande quantidade de participantes; proporcionalmente falando os três municípios possuem um maior número de pessoas envolvidas nos EES do que o Rio de Janeiro, se compararmos com a população da cidade (ver Anexo I).

**Tabela 7: Números de participantes dos Empreendimentos Econômicos Solidários  
(região metropolitana do Rio de Janeiro)**

Municípios da Região Metropolitana do RJ	Quantidade
Niterói	13.453
Rio de Janeiro	3.455
São Gonçalo	3.307
Duque de Caxias	2.325
Nova Iguaçu	2.065
Maricá	384
Tanguá	309
Nilópolis	300
Japeri	258
São João de Meriti	247
Paracambi	238
Mesquita	237
Itaguaí	230
Mangaratiba	230
Itaboraí	228
Seropédica	212
Guapimirim	172
Magé	133
Belford Roxo	119
Queimados	78
Total	27.980

Fonte: MTE/SENAES – Atlas da Economia Solidária, 2007.

De acordo com a próxima tabela, dos 27.980 participantes dos EES da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, 65,53% são do gênero masculino, atingindo um total de 18.336 pessoas. Esses números inflaram por causa do município de Niterói, que concentra a maior participação de pessoas na economia solidária, e, no caso do número dos homens, chegou a um percentual de 88,96% dos participantes. O que não tira

o mito de que a grande maioria dos envolvidos nos empreendimentos solidários são mulheres, uma vez que 9.644 do total dos participantes dos EES são do gênero feminino, cerca de 34,47%. Outra afirmação que reforça essa ideia é que dos 20 municípios que compõem a região, em 14 o número de mulheres nos empreendimentos é maior do que os dos homens. Os homens predominam apenas em Niterói, São Gonçalo, Maricá, Paracambi, Itaguaí e Magé.

**Tabela 8: Números de participantes homens e mulheres dos Empreendimentos Econômicos Solidários (região metropolitana do Rio de Janeiro)**

Municípios da Região Metropolitana do RJ	Homens	Mulheres	Total
Niterói	11.968	2.092	14.060
São Gonçalo	2.101	1.485	3.586
Rio de Janeiro	1.363	1.470	2.833
Duque de Caxias	855	1.353	2.208
Nova Iguaçu	712	1.206	1.918
Maricá	218	263	481
Paracambi	158	225	383
Itaguaí	149	186	335
Japeri	128	178	306
Tanguá	123	166	289
Seropédica	91	165	256
Mangaratiba	89	141	230
Magé	84	130	214
Guapimirim	68	121	189
Itaboraí	63	104	167
Mesquita	59	102	161
Nilópolis	37	81	118
Queimados	31	80	111
São João de Meriti	22	49	71
Belford Roxo	17	47	64
Total	18.336	9.644	27.980

Fonte: MTE/SENAES – Atlas da Economia Solidária, 2007.

A tabela 9 mostra os motivos da criação dos EES. A maioria dos empreendimentos foram criados como “alternativas ao desemprego”, isso foi constatado principalmente nos municípios do Rio de Janeiro, com 83 EES, e de Nova Iguaçu, com 79 EES, o que mostra que a economia solidária está ainda muito relacionada com uma das causas que foram a base da sua construção na década de 1980, ou seja, a questão do desemprego. Outro número que também é bem expressivo é a questão de complementação de renda, com 26 EES no Rio de Janeiro, e 30 em Nova Iguaçu, condizente com os resultados da pesquisa dessa dissertação que conheceremos no Capítulo 4.



**Tabela 9: Motivos da criação dos Empreendimentos Econômicos Solidários (região metropolitana do Rio de Janeiro)**

Municípios da Região Metropolitana do RJ	Alternativas ao desemprego	Obter maior ganho	Complementar a renda	Trabalho associado	Acesso a financiamento	Recuperação de Empresa
Rio de Janeiro	83	9	26	5	0	0
Nova Iguaçu	79	8	30	6	1	0
Duque de Caxias	41	2	20	5	0	1
São João de Meriti	17	1	1	1	0	0
Mesquita	14	1	5	0	0	0
São Gonçalo	4	4	6	4	1	0
Magé	3	0	1	0	0	0
Guapimirim	1	4	0	0	0	0
Itaboraí	2	2	3	0	0	0
Niterói	4	4	3	3	0	0
Maricá	1	4	1	0	0	0
Japeri	3	0	0	1	0	0
Queimados	3	0	1	0	0	0
Itaguaí	4	1	3	0	0	0
Nilópolis	1	2	1	0	0	1
Seropédica	2	1	0	0	1	0
Belford Roxo	15	0	0	0	0	0
Mangaratiba	2	1	0	0	0	0
Paracambi	3	0	0	0	0	0
Tanguá	6	1	2	0	0	0
Total	288	45	103	25	3	2

Fonte: MTE/SENAES – Atlas da Economia Solidária, 2007.

## 2.4 PANORAMA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PESQUISA

### 2.4.1 ASSOCIATIVISMO

Associativismo é a união de duas ou mais pessoas que partilham ideias e unem esforços em torno de um objetivo comum sem finalidade lucrativa e com reconhecimento da sua personalidade jurídica por parte dos órgãos. Segundo o *Dicionário Aurélio*, associação é:

“1. Ato ou efeito de associar (-se). 2. Combinação, união. 3. Sociedade.” (FERREIRA, 2001. p. 69.)

Segundo Pinto (2004), no contexto inicial da industrialização, na primeira metade do século XIX, trabalhadores se associavam em cooperativas de consumo para fazer frente às dificuldades de acesso ao mercado de produtos essenciais. Ao mesmo tempo, operários em greve criavam sua própria cooperativa de produção para competirem com seus empregadores.

Para o autor a “forma associativa do empreendimento implica na preocupação com a cooperação e a gestão compartilhada, de modo a favorecer uma distribuição eqüitativa da riqueza produzida ou trocada. Nesse sentido, destaca-se o exemplo da cooperativa de consumo dos Pioneiros Eqüitativos de Rochdale, criada em 1844, que estabeleceram princípios que ainda hoje referenciam o cooperativismo” (PINTO, 2004).

Já o associativismo no Brasil, definido por Pinto (2004), não está ligado à ideologia de trabalho, mas como forma de superação à crise do trabalho assalariado, pois os trabalhadores se organizam muitas vezes sem qualquer regulação pública para as atividades de artesanato, confecção, reciclagem e alimentação, e são crescentes no Brasil, segundo dados oficiais do governo. De maneira geral, atividades que não demandam recursos técnicos e financeiros, na maioria das vezes não pela vontade de ter o seu negócio próprio, mas pelo fato de possuir um trabalho e gerar renda. Em muitos casos, o trabalho desprotegido deixa de ser algo transitório para ser algo permanente, que ele chama de “instalação da precariedade”. Isso se deve à questão do emprego formal e uma forma de inclusão frente ao desemprego existente.

De acordo com Pinto (2004), na França os empreendimentos associados são uma experiência bem-sucedida, pois apresentam exemplos que norteiam essa veracidade, como o microcrédito e o comércio justo. No caso do Brasil, a visão apresentada é menos otimista; segundo ele, o trabalho associativo tende a ser restringido pelo ambiente da economia capitalista, do mercado competitivo. A economia solidária proporciona com grandes dificuldades uma sustentabilidade mínima, ou seja, uma sobrevivência dos trabalhadores nelas implicados, mesmo no quadro de relações capitalistas em que estão inseridos. O que também poderemos identificar mais adiante no capítulo 4 da respectiva pesquisa.

## 2.4.2 COOPERATIVISMO POPULAR

Cooperativa<sup>13</sup> é uma sociedade civil e comercial, sem fins lucrativos, constituída por no mínimo 20 membros de determinado grupo social para viabilizar atividades de consumo, produção, crédito, prestação de serviços, comercialização e benefícios para os seus associados, tais como: assistência técnica e educacional, capacitando-os para o trabalho e para a vida em comunidade.

Quando se fala das origens do cooperativismo uma das experiências mais destacadas é a da chamada “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”. Criada em 1844, por 28 operários – 27 homens e 1 mulher –, em sua maioria tecelões, no bairro de Rochdale, Manchester, na Inglaterra, e reconhecida como a primeira cooperativa moderna, a “Sociedade dos Probos de Rochdale” (*Rochdale Quitable Pioneers Society Limited*) forneceu ao mundo os princípios morais e de conduta que são considerados, até hoje, a base do cooperativismo autêntico (SINGER, 2002).

Estes operários enxergaram o associativismo como uma forma de contornar, por meio da compra e venda comum de mercadorias, os efeitos perversos do capitalismo sobre a condição econômica dos trabalhadores assalariados, tendo alugado, com o capital inicial de 1 (uma) libra, um armazém para estocar produtos que, adquiridos em grande quantidade, poderiam ser consumidos a preços mais baratos. Mas seu grande feito foi ter redigido um estatuto social que estabelecia objetivos mais amplos para o empreendimento e definia normas igualitárias e democráticas para a constituição, manutenção e expansão de uma cooperativa de trabalhadores. As normas estabelecidas pela organização pioneira de Rochdale para orientar sua estrutura e funcionamento foram analisadas e debatidas em dois congressos internacionais promovidos pela Associação Cooperativa Internacional – (ACI), em 1937 e 1966, e foram adotadas universalmente como *princípios cooperativistas*. (Portal do Cooperativismo Popular.)<sup>14</sup>

O cooperativismo popular surgiu no Brasil, no início do século XX, no Sul, com o trabalho de padres jesuítas junto a pequenos agricultores, visando uma melhoria nas condições de vida dessas famílias. A experiência da construção de uma cooperativa de crédito com agricultores do Rio Grande do Sul foi um marco neste período. O trabalho

---

<sup>13</sup> A Lei que hoje orienta a constituição e o funcionamento das cooperativas é a nº 5.764, de 1971. Existem quatro Projetos de Lei tramitando no Congresso para alterar essa Lei. Três desses projetos são de deputados e senadores, e um foi enviado pelo Governo Federal, construído junto com a SENAES/MTE. Entre as principais mudanças está a diminuição do número de pessoas necessárias para registrar uma cooperativa e a não obrigatoriedade de associação à Organização das Cooperativas do Brasil (OCB).

<sup>14</sup> Portal do Cooperativismo Popular – Disponível em [www.cooperativismopopular.ufrj.br](http://www.cooperativismopopular.ufrj.br) – Acesso em: 30/08/2010.

desenvolvido com os pequenos agricultores da região possibilitou, além de uma melhoria de qualidade de vida, a organização de grupos em outras regiões do país.

Na região urbana o processo se deu mais recentemente. Na década de 1980, com a lei de parcelamento do solo e o fechamento do Banco Nacional de Habitação (BNH), houve um aprofundamento da crise habitacional. Os movimentos de luta pelo direito à habitação adotaram o modelo de mutirão, como principal ferramenta de construção habitacional e organização política. Com o seu crescimento e com a possibilidade de ampliação da perspectiva desta luta, foram criadas cooperativas populares habitacionais, garantindo o acesso a financiamentos públicos (onde havia políticas públicas de habitação popular) e buscando o fortalecimento do movimento. Este processo possibilitou o conhecimento e a apropriação do cooperativismo pelo movimento popular.

Na década de 1990, com o aumento dos índices de desemprego e da precarização do trabalho formal, a economia informal cresceu em todo o país. Fruto da política econômica vigente no país e da ausência de políticas públicas voltadas para o emprego, o número de postos formais de trabalho decresce, e a privatização das empresas estatais faz subir de forma significativa o número de trabalhadores que buscam formas alternativas de sobrevivência. “A pobreza nas cidades médias brasileiras está relacionada à falta de acesso a algum padrão de vida considerado essencial ou mínimo para uma via adequada em sociedade”. (THOMPSON, 2001.)

É neste contexto que grupos organizados passam a ver no cooperativismo, organização autogestionária e solidária de trabalhadores, um instrumento capaz de responder as suas necessidades. Surgem, de forma ainda incipiente, e em diversas regiões do país, experiências pontuais de cooperativas populares.

As cooperativas populares são organizações de ajuda mútua formadas por trabalhadores economicamente marginalizados, desempregados ou subempregados, os quais visam a geração de trabalho e renda, se associam voluntariamente e contribuem igualmente para a composição do capital necessário à formação da sociedade cooperativa, sendo a força de trabalho o principal capital de que dispõem. Além de ser uma forma de produzir atraente e solidária, por permitir aos trabalhadores associados gerarem renda e reinvestirem parte dela em benefício do grupo, o trabalho em cooperativas populares possui também um caráter transformador. As interações entre as pessoas possuem maior relevância e os critérios de valor igualitários, democráticos e “humanos” são

privilegiados em relação aos critérios de racionalidade (produtividade, lucro e crescimento) da economia capitalista.

Possuem preocupações em frisar sua distinção das demais cooperativas pela existência evidente de falsas cooperativas – denominadas “coopgatos”, que se caracterizam por burlar a legislação vigente e servir para pessoas inescrupulosas explorarem o trabalhador, precarizando a situação de trabalho e eliminando os direitos trabalhistas conquistados, sem oferecer um instrumental de remuneração equivalente a estes direitos e sem equalizarem os lucros obtidos entre direção e associados, tornando-se este tipo distorcido de cooperativismo vantajoso para quem detém o poder nessas falsas cooperativas.

### **2.4.3 INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES**

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP) são mecanismos de intercâmbio de conhecimentos que visam inserção social, econômica e de tecnologia em cooperativas populares. São constituídas por pesquisadores, estudantes, técnicos e professores universitários que prestam assessorias e acompanhamentos a grupos populares na formação de cooperativas e empreendimentos autogestionários.

Pode também ser definido como um processo prático educativo de organização e acompanhamento sistêmico a grupos de pessoas interessadas na formação de empreendimentos econômicos solidários, tendo em vista a necessidade de dar suporte técnico a esses empreendimentos. Esse processo valoriza o saber acumulado das pessoas e do grupo com vistas à inclusão social e econômica, acrescenta conhecimentos básicos de trabalho cooperativo e técnicas específicas de produção e gestão administrativa, orienta para o mercado e inserção em cadeias produtivas e/ou planos e arranjos produtivos locais etc.

Trata-se, portanto, de unir o “saber popular” e o “saber científico” numa tentativa de transformação da prática cotidiana inter-relacionando as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Um processo educativo que modifica as circunstâncias, dos homens e das mulheres na sua maneira de ser e agir. De maneira geral, um processo de construção e reconstrução de conhecimentos para os atores envolvidos em vários aspectos.

Com base na visão de Thompson (2001), a incubadora tecnológica de cooperativas populares está inserida na “abordagem da participação”, ou seja, o problema de pobreza é visto pela falta de recursos necessários aos indivíduos para a sua participação social ou interação, entendidos de forma bastante ampla, isto é, como acesso a um nível de consumo de bens e fruição de atividades que estejam em conformidade com um padrão costumeiro na sociedade daqueles indivíduos.

#### **2.4.4 AUTOGESTÃO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**

A autogestão é a gestão coletiva e democrática do empreendimento por todos os seus sócios, pelo sistema de cada pessoa, um voto. Surgiu na Europa no início da industrialização, como forma de superar a oligarquia empresarial dominante. Tem se difundido mais intensamente à medida que o modelo empresarial predominante no capitalismo globalizado passou a gerar desemprego maciço, precarização do trabalho assalariado e enfraquecimento das organizações dos trabalhadores.

No Brasil, a metodologia de assessoria, a autogestão foi assumida pela ANTEAG<sup>15</sup> – Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão –, em parcerias com universidades mobilizando professores de áreas ligadas à gestão, à tecnologia entre outras áreas, “a organização econômica e social pela autogestão é uma alternativa viável e capaz de promover relações mais justas, humanas e comprometidas com o desenvolvimento sustentável.” (ANTEAG, 2010.)<sup>16</sup>

Apesar de ser uma forma solidária de se administrar democraticamente é preciso que todos os membros do empreendimento solidário saibam o que está ocorrendo e tomem as providências e decisões cabíveis. A maior ameaça é o desinteresse dos sócios, que acabam delegando suas responsabilidades para um pequeno grupo que detém a direção.

---

<sup>15</sup> A ANTEAG é uma entidade sem fins lucrativos, com sede em São Paulo, formada por ex-sindicalistas do Sindicato dos Químicos de São Paulo, que, junto com técnicos do Dieese, o economista Paul Singer, o sociólogo Betinho, o fundo de greve da Associação Comunitária de São Bernardo do Campo e outros abraçaram a causa da autogestão. Disponível em: [www.anteag.org.br](http://www.anteag.org.br) – Acesso em: 20/08/2010.

<sup>16</sup> ANTEAG. Disponível em: [www.anteag.org.br](http://www.anteag.org.br) – Acesso em: 20/08/2010.

Segundo Lisboa (2004), para ter a autogestão é preciso existir a coesão social independente das atividades profissionais. E para isso acontecer deve-se incorporar o espírito da solidariedade, com visão anticapitalista. O autor ainda chama atenção sobre o caráter inesgotável de emancipação humana da atividade coletiva. Por exemplo: na gestão econômica de um empreendimento solidário são admitidas diversas formas e princípios, podendo ocasionar um desafio à sustentabilidade dos investimentos, uma vez que um membro, mesmo sem capacitação na área de gestão, utiliza princípios simplórios para a gestão do pequeno negócio, como, por exemplo, o agrupamento de suas finanças pessoais com as do empreendimento.

Segundo Lianza e Addor (2005) existe uma falta de organização dos empreendimentos na gestão dos negócios e nas dificuldades técnicas que são encontradas no processo produtivo que são decorrentes da falta de experiência em organização e administração dos negócios coletivos, uma vez que a formação escolar dos trabalhadores é em geral baixa, por isso tende-se a ocasionar esses fatores.

Essas colocações são extremamente pertinentes, uma vez que esses empreendedores estão “enfrentando” empresas organizadas administrativa e tecnicamente, que não são meros amadores do mercado. Se a economia solidária tem a intenção de construir uma nova realidade para a vida econômica desses empreendedores, ela tem de ser organizada e produtiva, tanto quanto o capitalismo, claro que respeitando as limitações dos atores envolvidos e se utilizando de meios que tragam benefícios sociais para os mesmos. As colocações de Lianza e Addor (2005) estão relacionadas com o capítulo 4 dessa dissertação, mais precisamente no item 4.2.4, onde é apresentada a gestão contábil dos empreendimentos solidários pesquisados.

## **2.5 ASPECTOS ECONÔMICOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Segundo (SINGER 2002), a economia solidária consiste em um sistema econômico especialmente projetado para maximizar as chances de sucesso dos novos pequenos empresários, tendo como principal característica a solidariedade entre seus integrantes. De acordo com Farid Eid (2003), pelo lado da microeconomia, a economia solidária não capitalista, aliada taticamente com empresas que promovem a responsabilidade, pode significar a implantação coletiva de novos atores econômicos.

Pelo lado da macroeconomia, além de promover a melhoria da qualidade de vida, através do desenvolvimento econômico, recoloca a importância da autogestão dos trabalhadores, enquanto decisão autônoma de produção de bens e serviços, e também contribui para geração e implementação de uma nova política de desenvolvimento, pois no longo prazo, a prática da economia solidária possibilita a criação de um fundo de produtos excedentes e que proporciona o investimento em novos empreendimentos e na remontagem das cadeias produtivas.

Paul Singer enfatiza as atitudes solidárias que compreendem desde a preferência dada mutuamente pelos produtos do próprio setor por questões de subsistência dos próprios empreendedores até a prática do consumo ético, que envolve questões mais relacionadas à consciência da capacidade individual dos seres humanos de interferir e modificar o meio em que vivem.

Segundo Razeto (1998),

a economia solidária é entendida como uma economia centrada na busca de condições de satisfação das necessidades dos seres humanos, na perspectiva do bem viver de todos e para todos, a serviço do homem, e não apenas como a chamada economia de sobrevivência, marginal à economia de mercado. Assim, ela é vista como o caminho ascendente para uma nova forma de organização do trabalho na sociedade capitalista, advinda das populações pobres e marginalizadas, a partir da força da solidariedade, a qual liberta e cria vínculos de organização e de comunidade. No Brasil, os efeitos da globalização e a insuficiência do mercado de trabalho como mecanismo de alocação de mão-de-obra confluíram para a emergência de formas de organização do trabalho baseadas na solidariedade sócia. (RAZETO, 1998.)

Além de proporcionar aos pequenos empreendedores um mercado protegido, a economia solidária deverá oferecer: crédito, mesmo aos que não possam oferecer garantias; treinamento e assistência tecnológica; estimular a formação de redes econômicas que informem e orientem, maximizando a complementaridade entre as unidades integrantes. Em suma, ao quebrar o isolamento de pequenos operadores a economia solidária lhe confere condições favoráveis de sucesso.

A primeira atitude pode ocorrer de forma mais rápida, uma vez que os novos pequenos empresários contarão com um mercado protegido, formado por eles próprios possibilitando-lhes ganhar a eficiência e a credibilidade de que necessita. Os resultados aparecem no curto prazo. Já a prática de consumo ético se trata de uma mudança de longo



prazo que envolve a perda de hábitos adquiridos na sociedade de consumo de massa das últimas décadas, que são principalmente impulsionados pelo *marketing*.

A adoção de tecnologias apropriadas que priorizam o fortalecimento e os saberes locais preservando os recursos naturais qualifica os produtos e serviços da economia solidária. Uma vez que o sucesso e a sustentabilidade de um empreendimento econômico solidário dependem da capacidade de comprometimento dos participantes, em seus acordos coletivos não só das condições materiais (máquinas e equipamentos) que dispõem, claro que o uso de novas tecnologias deve melhorar o resultado do trabalho e da renda dos integrantes dos empreendimentos, pois as novas tecnologias também devem estar a serviço da economia solidária, como possibilidades de melhorar o trabalho e o bem-estar de todos os envolvidos num empreendimento, mas sem sacrificar o trabalhador com a eliminação do seu posto de trabalho.

### **2.5.1 REDES DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS**

O desenvolvimento local é o elo entre desenvolvimento sustentável e protagonismo local, é a mobilização democrática e produtiva dos territórios como via de transformação social. Segundo Pedro Hespanha... [*et al.*] (2009. p. 112), o conceito de desenvolvimento local pertence à mesma categoria do conceito de desenvolvimento participativo, ou seja, com a participação das pessoas como forma de decisão no desenvolvimento. As dinâmicas de desenvolvimento local são capazes de interagir ações e democratizar seu processo de construção.

Segundo Ana Clara Torres (2005. p. 106),<sup>17</sup> o desenvolvimento local é “um novo *locus* de esperanças de alcance da modernidade e de superação do imobilismo econômico”, porque o protagonismo local é o fenômeno pelo qual os agentes locais se reconhecem como sujeitos do seu próprio destino.

Para Eid e Pimentel (2005), “a economia solidária é de superação das dificuldades iniciais e de reivindicação de direitos e de ampliação do campo de atuação, não uma economia dos pobres” (EID; PIMENTEL, 2005. p. 133). Segundo os autores o debate sobre economia solidária tem crescido no seio das organizações populares, mas é preciso

---

<sup>17</sup> LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe (Orgs.). *Tecnologia e Desenvolvimento Social e Solidário*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. v. 1.

encontrar um elemento articulador fundante para que as diversas experiências históricas sejam potencializadas para além da resistência, pura e simples, ao modelo capitalista.

Sobre as cadeias produtivas solidárias, segundo Eid e Pimentel (2005), seria interessante articulações nas práticas dessas iniciativas, porque para eles não adianta fazer economia solidária ou popular isolada, ou seja, a ideia de “juntos seremos fortes” senão nunca poderá ser suplantada.

A falta de união dos EES é um dos grandes nós na economia solidária, principalmente nos grandes centros urbanos. Com a união das pequenas empresas e autônomos, busca-se quebrar o isolamento usual destes empreendimentos que estão submetidos na lógica competitiva do mercado capitalista. A ideia de Singer (2002) é oferecer às pequenas empresas possibilidades de intercâmbio que aumentem suas chances de êxito através da conquista de um mercado para seus produtos e uma variedade de economias externas, de financiamento, orientação técnica, legal e contábil através da solidariedade de produtores autônomos de todos os tamanhos e tipos. De acordo com Singer (1999), o mercado protegido, com crédito solidário, formação profissional, aperfeiçoamento técnico contínuo, além de serviços comunitários como instâncias de câmaras de arbitragem que facilitem o entrosamento das empresas complementares das cadeias produtivas, centros de pesquisa e de projetos de novas empresas, é o pilar da relação de parceria ou união da economia solidária.

Na visão de Manuel Castells (1999), “as redes constituem a nova morfologia social de nossas de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (CASTELLS, 1999).

A justificativa de Singer (1999) para a formação de Redes de Economia Solidária se dá pelo motivo de

... não existir uma clientela formada para seus produtos e ainda, por enfrentar uma competição desigual com as empresas capitalistas, a saída racional se dá através da formação de um conjunto de produtores e consumidores organizados para trocar seus produtos entre si. (SINGER, 1999.)

Segundo a SENAES/MTE,<sup>18</sup>

Os trabalhadores e trabalhadoras estão se unindo para fazer economia solidária porque os frutos da economia dominante são muito amargos: desemprego, falta de terra para trabalhar, destruição do meio ambiente, ricos ficando cada vez mais ricos e pobres cada vez mais pobres. É isso o que acontece quando o lucro vem em primeiro lugar. Na economia solidária, o mais importante é a vida, são as pessoas. (SENAES/MTE, 2007. p. 13.)

Segundo Mance (1999), as redes de colaboração solidária aparecem como a alternativa organizativa em vista do enfrentamento da globalização capitalista. O autor apresenta as redes em sua dimensão econômica fundamental, através da descrição exaustiva dos processos de organização em suas diversas dimensões estruturais, tendo como objetivo formulação de condições de desenvolvimento de uma economia solidária centrada na colaboração solidária. De acordo com Mance (1999) o consumo solidário pode trazer importantes efeitos demonstrativos ao transformar as pessoas e suas expectativas, criar condições para o desenvolvimento sustentado dos empreendimentos econômicos solidários, com base no potencial do processo produtivo da cooperação e numa visão de responsabilidade social e solidária com a população e o meio ambiente. Para Mance (1999) a colaboração solidária é como um trabalho e consumo compartilhados cujo vínculo recíproco entre as pessoas advém primeiramente, de um sentido moral de corresponsabilidade pelo bem-estar de todos e de cada um em particular. Esse conceito é articulado à importância da organização de espaços públicos não estatais em torno do consumo como mediação para o bem-viver.

O fundamental na formação e organização de redes de empreendimentos de economias solidárias é o fortalecimento das atividades com o intuito de estabelecer viabilidade econômica das mesmas, através da melhoria dos processos produtivos (qualidade dos produtos e serviços), estratégias e práticas de comercialização e consumo e de artigos da economia solidária.

---

<sup>18</sup> Economia solidária, outra economia acontece: Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social – Brasília, SENAES-MTE, FBES, 2007.

## 2.5.2 COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO<sup>19</sup>

O comércio justo e solidário nasceu na Europa e nos Estados Unidos há mais de meio século para proporcionar oportunidades de desenvolvimento econômico, social e político a produtores marginalizados do mercado convencional. Ainda é incipiente no Brasil, mas organizações brasileiras vêm desenvolvendo a proposta.

Em 2001, as Organizações Internacionais de Certificação de Comércio Justo (Fairtrade Labelling Organizations International – FLO)<sup>20</sup> e as redes IFAT,<sup>21</sup> News<sup>22</sup> e EFTA<sup>23</sup> criaram uma plataforma de cooperação intitulada Fine (sigla das iniciais das participantes) e estabeleceram em conjunto sua definição de comércio justo:

O comércio justo é uma parceria comercial baseada em diálogo, transparência e respeito, que busca maior igualdade no comércio internacional. Contribui para o desenvolvimento sustentável ao oferecer melhores condições comerciais e assegura os direitos de produtores e trabalhadores marginalizados, especialmente no hemisfério sul. (FLO, 2010.)

### 2.5.2.1 PRINCÍPIOS DO COMÉRCIO JUSTO E SOLIDÁRIO

A ética como ponto de partida para as relações comerciais. Transparência e solidez em parcerias economicamente justas. Assim o comércio justo se estrutura nos seguintes princípios: pagamento de preço justo; transparência nas relações comerciais e gestão democrática da cadeia: produção, distribuição e comercialização, sem o uso de intermediários vulgarmente conhecidos como “atravessadores”; organização democrática dos produtores (cooperativa e associações); garantia de apoio, treinamento e acesso dos produtores às informações de mercado; conformidade com as leis ambientais e trabalhistas; proteção do meio ambiente e manutenção do local de trabalho seguro; não

---

<sup>19</sup> SEBRAE. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br> – Acesso em 20/05/2010.

<sup>20</sup> FLO é a organização que coordena a rotulagem de Comércio Justo em nível internacional. Disponível em: [www.fairtrade.net](http://www.fairtrade.net) – Acesso em 20/05/2010.

<sup>21</sup> IFAT – International Federation of Alternative Trade – é a mais importante instituição do comércio justo mundial para as inovações, novos desenvolvimentos e serviços nas áreas de água, esgoto, resíduos e gestão de matérias-primas. Disponível em: <http://www.ifat.de/en> – Acesso em 20/05/2010.

<sup>22</sup> News – Rede europeia do comércio justo. Acesso em 20/05/2010.

<sup>23</sup> EFTA – Europe Fair Trade Association. Associação europeia de comércio justo. Disponível em: <http://www.european-fair-trade-association.org> – Acesso em 20/05/2010.

utilizar mão-de-obra escrava nem trabalho infantil; manter crianças freqüentando escolas; pregar e praticar a igualdade entre gêneros.

### **2.5.2.2 O COMÉRCIO JUSTO NO BRASIL**

No Brasil, o comércio justo despontou no ano 2000, como uma forma de resposta criativa para contornar a dificuldade da comercialização dos produtos e serviços dos empreendimentos econômicos solidários brasileiros. Segundo Paul Singer, “existe um esforço na divulgação do comércio justo. O objetivo em si tem um histórico por trás que sempre está apresentado de alguma forma. O valor dessa história é inestimável. As pessoas precisam conhecer mais. (SINGER, 2010.)

Desde quando começou até os dias atuais surgiram diversas reuniões, pesquisas, encontros e consultas públicas, e a proposta consolidada é a base conceitual pioneira no mundo na sua forma de construção compartilhada entre governo e sociedade civil, reconhecida pelo que hoje chamamos Sistema Nacional de Comércio Justo – SNCJ. O SNCJ é definido como um conjunto de parâmetros (conceitos, princípios, critérios, atores, instâncias de controle e gestão) que é organizado em uma única estratégia de afirmação e promoção do comércio justo e solidário no país. A intenção desse sistema que é compilado em um documento que traz os mecanismos de regulamentação e fomento é a consolidação de uma política pública de comércio justo, através da promulgação de uma lei que institucionalize em caráter nacional.

Consolidada como uma política pública o SNCJ terá caráter político e econômico. Político porque será reconhecido pelo estado através da lei, e econômico porque poderá atenuar as desigualdades presentes nos produtos e serviços da economia solidária, pois irá agregar valor aos produtos e assim ampliar as oportunidades de comercialização.

O consumo como mediação do bem-viver indica a possibilidade de ir construindo processualmente uma nova sociedade pós-capitalista, organizada na base da colaboração solidária. Requer o pensar do ser humano nos seus critérios de consumo, superando o consumo compulsório e os de formas alienantes.

Já o consumo solidário pode trazer importantes efeitos demonstrativos ao transformar as pessoas e suas expectativas, cria condições para o desenvolvimento sustentado dos

empreendimentos econômicos solidários, com base no potencial produtivo da cooperação e numa visão de responsabilidade social e solidária com a população e o meio ambiente.

### **2.5.2.3 O ATUAL ESTADO DO COMÉRCIO JUSTO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO<sup>24</sup>**

Como forma inovadora no estado do Rio de Janeiro, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Solidário – SEDES –, pela Diretoria de Economia Solidária e Comércio Justo, implantou em 29 de maio de 2010 um roteiro de comércio justo e solidário na cidade, chamado de circuito carioca de feiras orgânicas, que nasceu do diálogo da prefeitura com a sociedade (Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro – ABIO),<sup>25</sup> com o apoio da Subprefeitura da Zona Sul e das Regiões Administrativas. De acordo com o secretário Marcelo Henrique da Costa, da SEDES, a feira visa “atender o direito humano à alimentação adequada e a fomentar a produção, fruto de uma política pública”. Para a Coordenadora da ABIO, Cristina Ribeiro, “o circuito é um salto alto de qualidade na produção, porque o maior gargalo é o escoamento, a comercialização”. Tendo iniciado no Bairro Peixoto (Copacabana) e com a expectativa de atender outros bairros, tais como: Ipanema, Jardim Botânico, Leblon, Gávea e também o bairro da Glória com a tradicional feira que acontece há mais de 15 anos, com alimentos saudáveis, de acordo com as normas de preservação ambiental e sem a presença do “atravessador”, ou seja, as vendas são realizadas pelos produtores. O circuito de feiras apresenta uma identidade visual, com apenas 35 barracas, uniformes padronizados, placas de instalações e banheiros químicos. Os preços dos produtos ficam abaixo dos valores cobrados pelos grandes supermercados. As feiras são apoiadas pelo SEBRAE, pela Fundação Banco do Brasil,<sup>26</sup> pela San Chef (grife carioca de uniformes), que produzem os aventais em algodão, que possuem

---

<sup>24</sup> SEDES – Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário. Disponível em <http://www.rio.rj.gov.br/web/sedes> – Acesso em 30/05/2010.

<sup>25</sup> Com 200 associados, a ABIO articula 11 núcleos no Estado do Rio de Janeiro: Cachoeiras de Macacu, Itaboraí, Nova Friburgo, Paty do Alferes, Petrópolis, Teresópolis, Região Noroeste (Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, Miracema e Itaperuna), São José do Vale do Rio Preto, Seropédica, Valença e Rio da Prata, no bairro de Campo Grande, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, região que a Prefeitura do Rio, através da SEDES, quer consolidar como forte produtora de orgânicos.

<sup>26</sup> Disponível em: <http://www.fbb.org.br> – Acesso em 22/07/2010.

materiais PET, na sua composição e a Tabaruba Design, responsável pela identidade visual da feira. Segundo a SEDES, a intenção é a instalação de feiras em outros bairros da cidade, para que essa iniciativa fique ao alcance de todos os cidadãos cariocas.

... se o papel dos políticos e das instituições é criar um ambiente favorável a orientação da inovação rumo à sustentabilidade, para os designers, empresas e também para os cidadãos comuns em suas comunidades e organizações, a possibilidade de ação recai na sua capacidade de dar uma orientação estratégica às próprias atividades, em outras palavras, na sua habilidade e definir objetivos que combinem suas próprias necessidades e exigências com os critérios da sustentabilidade que estão gradualmente vindo à tona. (MANZINI, 2008. p. 28.)

A iniciativa da prefeitura é de grande valor, uma vez que a agricultura orgânica privilegia a ecologia, a biodiversidade e a qualidade de vida humana, porém, existe na cidade do Rio de Janeiro, de acordo com o Mapeamento da Economia Solidária (2005-2007) 90 EES do ramo do artesanato. A SEDES poderia impulsionar também esses empreendimentos, através de feiras, para que esses artesãos pudessem se aproximar dos consumidores gerando mercado e também uma forma de divulgação dos seus trabalhos.

De uma maneira geral o artesanato passa pelo mesmo problema da produção dos alimentos orgânicos, que é a “comercialização”. Segundo os artesãos que foram entrevistados na pesquisa dessa dissertação, há interesse por parte da população em seus trabalhos, mas falta local estabelecido pelo poder público para realizarem tal atividade. É preciso que haja interesse por parte do Poder Executivo em apoiar esses EES em locais onde há um mercado consumidor, como acontece no “Circuito Carioca de Feiras Orgânicas”, não fomentar feiras em locais isolados, ou seja, em pontos da cidade onde não há um mercado consumidor, pois é importante aproximar os EES dos bairros onde o poder aquisitivo é maior, com isso a troca é mútua, pois ganha o artesão com a comercialização e ganha o consumidor com produtos de características singulares. Algo parecido é mostrado no Capítulo 4 dessa obra, onde um empreendimento solidário que apresentou um ponto comercial no bairro da Gávea, na cidade do Rio de Janeiro, ampliou sua comercialização.

### 3 O ARTESANATO

Desde da revolução industrial, o avanço tecnológico assumiu uma realidade vigente, e a industrialização intensiva em capital cada vez mais substitui a mão de obra humana por máquina. Causando um percentual significativo de desemprego, principalmente para determinada parcela da população que não possui qualificação necessária para esse avanço tecnológico. Em muitos casos o trabalho artesanal desponta como a necessidade de geração de trabalho e renda para essa parte da população que se encontra à margem do mercado de trabalho, porque geralmente não possui qualificação necessária para ocuparem postos que requerem conhecimentos específicos, e também se encontra em uma situação de desemprego. Segundo Paulo Okamoto,<sup>27</sup> Presidente do SEBRAE Nacional:

Por mais paradoxal que possa parecer, a globalização valorizou o fazer manual. O artesanato, hoje, é a contrapartida à massificação e à uniformização de produtos, promovendo o resgate cultural e a identidade regional. O SEBRAE vê o artesanato como negócio, inclusão social, instrumentos de desenvolvimento e fortalecimento da identidade cultural. Detalhe importante: o setor é maciçamente formado por pequenos empreendedores. Existem ainda grandes desafios a vencer. É preciso incorporar mais design, ter mais cuidado com embalagens e transportes e – principalmente – conquistar mercado. Artesão do Brasil: pode contar conosco! (OKAMOTO, 2010.)

O artesanato expressa a necessidade humana de manter laços com os modos de vida que marcaram existência desde os remotos tempos pré-históricos. No Brasil pode se distinguir entre artesanato folclórico (manifestação de cultura espontânea), erudito (resultante de um aprendizado dirigido) e popular (executado num contexto comercial e de consumo). O que mais se destaca no país é o popular que se concentra no Nordeste, principalmente no sertão do Ceará, Pernambuco e Bahia, onde as feiras de Sobral, Caruru e Feira de Santana se fizeram famosas. Nessas cidades, ocupam centenas de famílias em prol da geração de trabalho e renda, seus trabalhos reproduzem tipos populares regionais e imagens sacras, confeccionados principalmente por cera, barro e madeira<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> Disponível no Centro de Referência do Artesanato Brasileiro, catálogo disponível em: [www.centrodoartesanato.com.br](http://www.centrodoartesanato.com.br) – Acesso em 10/08/2010.

<sup>28</sup> *Nova Enciclopédia Barsa*. São Paulo: Encyclopædia Britannica do Brasil Publicações Ltda., 1998. v. 1, p. 92 e 93.



O artesanato que iremos tratar nessa dissertação trata-se do popular, realizado por empreendimentos solidários com produção de objetos, artefatos de uso pessoal, de uso doméstico e de decoração, executados manualmente e com o auxílio de máquinas por um grupo de pessoas, que se organizam em oficinas, associação e cooperativa, para geração de trabalho e renda, ou seja, “empreendimentos sociais difusos” (MANZINI, 2008), produzindo resultados específicos para o artesanato e para qualidade social das pessoas que fazem parte dos mesmos. Com produtos que contêm em si marcas de uma cultura determinada, afinidades e relação com o meio ambiente, deste modo atestam a ligação do homem com o meio social em que vive, que, para Manzini (2008), não é fácil de ser elaborado. “A notícia ruim é que conceber e desenvolver estes novos artefatos não é simples. E, certamente, não se caracteriza como a tradição consolidada daquilo que os designers, até agora, foram capazes de fazer” (MANZINI, 2008. p. 57).

De acordo com os dados do Atlas da Economia Solidária do MTE, dos 628 empreendimentos solidários da região metropolitana do Rio de Janeiro, 297 são de produção de artefatos artesanais, ou seja, 47,29%, uma importância significativa, pois estamos falando de quase metade da produção dos empreendimentos solidários dessa região do estado. Essas atividades são bem representativas nos municípios onde estão sediados os empreendimentos pesquisados (Rio de Janeiro e Nova Iguaçu): o primeiro com 90 empreendimentos e o segundo com 71, respectivamente. O que corresponde a mais de 54,2% dos empreendimentos de artesanato da região metropolitana, uma das razões que levou à escolha dos empreendimentos de artesanato desses dois municípios para compor a pesquisa dessa dissertação.

### **3.1 AS ABORDAGENS SOBRE O ARTESANATO**

Segundo consta no *Dicionário Aurélio* (FERREIRA, 2001), “artesanato é a técnica, tirocínio, arte ou local de trabalho do artesão. Podemos também designá-lo como ofício de função utilitária, lúdica ou mágica, praticado por um artesão”,<sup>29</sup> que pode se caracterizar por qualquer tipo de trabalho realizado manualmente, em oposição aos executados por meios mecânicos ou em série. “Um homem que ordena uma matéria

---

<sup>29</sup> Indivíduo que exerce por conta própria uma arte, um ofício manual. FERREIRA (2001).

opaca ao espírito, nela encarnado uma forma, superior ao seu espírito” (VERNANT, 1973. p. 301).

Outra definição, dada por Sennett (2009), é baseada na habilidade. “O artesanato pode ser definido como uma técnica cultural de um estilo específico de vida, que é mais bem explicitado pela expressão habilidade artesanal” (SENNETT, 2009. p. 19). A tal “habilidade artesanal” pode ser considerada a capacidade de fazer bem as coisas, ou seja, uma astúcia, que, segundo D tienne e Vernnant (2008), é definida como “*m tis*”.

A *m tis*   uma forma de pensamento, de um modo de conhecer; ela implica um conjunto complexo, mas muito coerente, de atitudes mentais, de comportamentos intelectuais que combinam o faro, a sagacidade, a previsão, a sutileza de espírito, o fingimento, o desembaraço, a atenção vigilante, o senso de oportunidade, habilidades diversas, uma experiência longamente adquirida; ela se aplica a realidades fugazes, móveis, desconcertantes e ambíguas, que não se prestam nem   medida precisa, nem ao cáculo exato, nem ao raciocínio rigoroso. Ora, num quadro do pensamento e do saber que esses profissionais da inteligência, que são os filósofos, erigiram, todas as qualidades de espírito de que é feita a *m tis*, a habilidade da mão, a destreza, os estratagemas, são mais freqüentemente lançadas   sombra, apagadas do domínio do conhecimento verdadeiro e levadas, segundo os caos, ao nível da rotina, da inspiração arriscada, da opinião inconstante ou do puro e simples charlatanismo. (DÉTIENNE E VERNNAT, 2008. p. 11 e 12.)

Uma técnica oriunda de uma tradição que estimula o organismo humano o máximo possível, baseada na concentração, onde o artesão deverá aprender e repetir a sua técnica com muito cuidado para desenvolver o seu produto que não será igual ao anterior, pois uma peça desenvolvida é sempre única. A capacidade de concentração está   frente de qualquer tipo de produção artesanal, pois há um envolvimento emocional e intelectual, porque é uma técnica que contempla implicações expressivas, por isso, se aproxima muito da arte, e aliada ao uso das mãos que se “coordenam e cooperam uma com a outra” (SENNETT, 2009), pode ser o momento em que o trabalho artesanal toma a sua dimensão, pois se as mãos operam juntas desde início da produção, uma vez que as atividades artesanais são realizadas em partes, o trabalho toma uma magnitude. “O artífice explora as dimensões de habilidades, empenho e avaliação de um jeito específico. Focaliza a relação interna entre a mão e a cabeça.” (SENNETT, 2009. p. 20.)

Segundo Sennett (2009), na utilização das mãos, os polegares (técnica) são fundamentais, pois executam tarefas que outros dedos não são capazes de executar. O uso do punho-antebraço (força mínima e pressão) facilita os gestos, de forma combinada de modo a

ajudar o controle da produção. Já no uso das ferramentas “organizam experiências imaginativas com resultados produtivos” (SENNETT, 2009); ferramentas são instrumentos capazes de dar formas à imaginação do artífice, ou seja, “toque e movimento” (SENNETT, 2009), momento em que a interação do trabalho acontece. A pausa geralmente empregada ao trabalho artesanal é satisfatória, pois é o momento de reflexão do que está sendo produzido, daí traduz a percepção que o trabalho é satisfatório do ponto de vista ético, porque o tempo não pode ser referendado nesse tipo de atividade. O que referencia é a dedicação, o engajamento e a prática combinada ao aperfeiçoamento produzindo as habilidades que são evoluídas com empenho, incorporando as informações e as práticas de conhecimento tácito aliadas à criatividade.

### **3.2 A ENGENHARIA DE PRODUÇÃO NO SETOR ARTESANAL**

Na engenharia de produção o artesanato pode ser caracterizado como “processos de *jobbing*” (SLACK, 2006), porque lida com uma variedade de produtos com baixos volumes de produção, ou seja, ordem de volume crescente e variedade decrescente. Cada produto deve compartilhar os recursos da operação com diversos outros. Tais recursos processam uma série de produtos, mas, embora todos exijam o mesmo tipo de atenção que são definidos entre si pelas necessidades exatas.

Segundo Freitas (2006) os princípios e particularidades que envolvem a produção artesanal são vistos como promoção de estratégias que promovem a sustentabilidade de grupos que adotam esse tipo de produção como atividade laboral. Trata-se de um tema significativo. A autora cita o autor Javier Perez Cuella para explicar o significado dessa atividade, para ele: “Segundo dados do Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento, o artesanato representa um quarto das microempresas no mundo em desenvolvimento.” (FREITAS, 2006. p. 1.)

As capacitações se tornam necessárias no setor artesanal para que os produtos desenvolvidos possam competir de forma prioritária como os produtos industrializados.

Para Manzini (2008),

... o conhecimento e a criatividade devem ser encontrados de maneira difusa por toda a sociedade, e não limitados ao conhecimento “formal” e às firmas

criativas. Uma sociedade baseada no conhecimento pode tornar-se a espinha dorsal de uma futura sociedade sustentável baseada no conhecimento. (MANZINI, 2008. p. 70.)

O desafio, segundo Freitas (2006), reside em manter a qualidade e a competitividade dos produtos. A engenharia de produção tem o papel de tornar os produtos artesanais compatíveis com o mercado através de técnicas que integram os aspectos humanos, econômicos, sociais, ambientais no planejamento e na organização, de forma que possam suprir as necessidades dos artesãos e o seu valor no mercado. Isto pode ser concretizado na utilização das técnicas empresariais que observam itens de planejamento como: as metas de qualidade, o público alvo, as necessidades a serem supridas e o controle dos processos de produção. De acordo com Freitas (2006), a produção artesanal apresenta um problema extenso que pode ser abordado na organização do trabalho.

O problema da produção artesanal é extenso, amplo e complexo, e pode ser abordado de diversas maneiras. Além do projeto de produto, podemos destacar as áreas ligadas às condições e organização do trabalho, aspectos do desenvolvimento organizacional em função das necessidades do artesão, e a gestão, tanto no que se refere ao sistema produtivo como à mercadologia. (FREITAS, 2006. p. 3.)

Há de considerar que o artesão tem ânsia de atender a uma demanda maior que a sua produção habitual, muitas vezes diminuta devido ao processo artesanal, que pode ocasionar além de um produto mal acabado, problemas de saúde do artesão devido às intensas cargas física, psíquica e cognitiva. Para Freitas (2006) a ergonomia<sup>30</sup> apresenta-se como uma técnica capaz de minimizar esses malefícios da produção artesanal, já que, nesse tipo de produção, o artesão tem a possibilidade de fazer seu horário de labor, buscando uma máxima produção sem um planejamento estratégico.

Segundo Freitas (2006), os artesãos apresentam dificuldades e resistências à adoção de novos procedimentos de produção, e o *design* de produto tem um importante papel como profissional, pois tem a função de inovar e tornar atrativos os produtos através da análise do consumidor e das oportunidades do mercado. A estrutura metodológica deve ser revista e repensada no que tange à formulação, ao planejamento e à implementação, assumindo seu caráter de flexibilização; e a necessidade reflexiva sobre as relações que

---

<sup>30</sup> A ergonomia propõe uma abordagem diferenciada, baseada numa perspectiva antropocêntrica. O trabalho e a produção são importantes para o desenvolvimento das sociedades humanas e dos indivíduos. A importância dos outros fatores não deveria sobrepujar o humano na produção (GUÉRIN, 2001).

tangem à produção, tendo em vista a relevância do setor artesanal nos meios social, econômico e cultural.

### 3.3 DAS OFICINAS ÀS MÁQUINAS

Antes da Revolução Industrial, no século XVIII, o artesanato era o único tipo de produção existente, onde o artífice ocupava uma posição de “classe média”. As primeiras atividades foram na Europa Ocidental e estão associadas à formação dos burgos,<sup>31</sup> pois tiveram grande importância no desenvolvimento dessa sociedade, nas quais exerciam forte poder de influência, pois a principal atividade passou a ser o comércio. Segundo consta na *Enciclopédia Barsa* (1998).

Em outras partes do mundo, como no Oriente – China, Japão, Coreia e Índia – e nos países muçulmanos, o artesanato também se desenvolveu. Sua organização em corporações de ofícios, anterior à europeia, integrou-se de tal forma à vida social desses países que ele conseguiu substituir até hoje e, em alguns casos utilizar tecnologias avançadas. Nessa época em torno do desenvolvimento comercial surgiu uma série de atividades funcionais à manutenção da vida em comunidade, tais como as exercidas pelos padeiros, ourives, seleiros, marceneiros, escultores e arquitetos, entre outros. Houve também uma expansão dos trabalhos em metal, necessários à fabricação de equipamentos agrícolas, utensílios domésticos, meios de transporte e armamentos. Essa atividade assumiria no futuro uma importância fundamental na indústria manufatureira. (*Enciclopédia Barsa*, 1998. p. 93.)

As oficinas são definidas como “casa do artífice” (SENNETT, 2009. p. 95), locais significativos para os artesãos, pois mostravam a união das pessoas em prol do trabalho artesanal, são o “local em que o conflito moderno entre a autonomia e a autoridade se exaure” (SENNETT, 2009). Nesse local os artesãos eram criados, se alimentavam, criavam os seus filhos, aprendiam e desenvolviam as técnicas que lhe eram ensinadas. Para Vernant (1973) a técnica artesanal não é um verdadeiro saber, mas uma aplicação de receitas de uma tradição.

---

<sup>31</sup> Povoação menor que cidade ou vila. FERREIRA (2001).

A *techene*<sup>32</sup> artesanal não é um verdadeiro saber. O artesão não tem a inteligência de seu método, não compreende o que faz. Contenta-se em aplicar servilmente as receitas que lhe são ensinadas durante a sua aprendizagem. Sua *techene* repousa na fidelidade a uma tradição que não é de ordem científica, mas fora da qual toda inovação o entregaria desarmado às contingências do acaso. (DÉTIENNE; VERNANT, 1973. p. 298.)

No Capítulo 4 conheceremos dois empreendimentos artesanais organizados em oficinas artesanais, que apresentam ideias que remetem às propostas das oficinas definidas por Sennett (2009). “As oficinas são um local acolhedor onde o trabalho e a vida se misturavam frente a frente” (SENNETT, 2009. p. 67), pois nesses empreendimentos as oficinas são utilizadas como “casas dos empreendimentos”, ou seja, sedes dos mesmos. No caso do Cerâmica Negra, na comunidade da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, todas as artesãs que compõem o empreendimento são residentes da comunidade. E no outro empreendimento o Marias do Ressurgir, no bairro do Rio Comprido, também na cidade do Rio de Janeiro, grande parte das artesãs possui vínculos com a ONG Ressurgir, através da utilização do espaço pelos seus filhos ou familiares e algumas delas residem no bairro em que essa oficina está sediada.

As oficinas são oriundas dos servos, que, em sua quase totalidade, os artesãos foram com o passar do tempo formando suas associações profissionais, que, a partir do século XVII, assumiram a forma de corporações. O desenvolvimento das oficinas tem o formato parecido com estúdio utilizado por um artista, com um aparato de assistentes, aprendizes e mestres, que treinavam esses aprendizes com a autoridade estabelecida como uma forma de tradição. “A oficina é um esforço produtivo no qual as pessoas lidam diretamente com questões de autoridade” (SENNETT, 2009. p. 68). Atribuía um novo valor à originalidade do trabalho ali efetuado diferente das guildas medievais, porque nas guildas, “federação de oficinas autônomas” (SENNETT, 2009. p. 69), a originalidade do trabalho desenvolvido pelo artesão não era enfatizada. Definidas como local onde os mestres tomavam as decisões e fixavam as exigências e funções, tais como: jornaleiro (aquele que desempenhava a competência gerencial e merecia a confiança do líder), ajudantes temporários ou aprendizes (copiava os mestres). Formadas por homens, não

---

<sup>32</sup> Techne, ou techné, como distinguido de episteme, etimologicamente é derivada do grego a palavra τέχνη em grego antigo: [tek<sup>h</sup> nE □], grego moderno: [texni]. Frequentemente traduzido como artesanato, ofício ou arte. É o método racional envolvidos na produção de um objeto ou realizar uma meta ou objetivo. *Barsa*. São Paulo: Encyclopædia Britannica do Brasil Publicações Ltda., 1998. v. 1

aceitavam mulheres para as funções de artesão, somente para as atividades que conhecemos nos dias atuais como “serviços gerais” (serviços de cozinha e limpeza), porque, de acordo com Sennet (2009), para exercer a profissão de artesão era estabelecida a questão do gênero. “O desenvolvimento das ciências clássicas contribui para um movimento de definição das habilidades por critérios de gênero que levou à aplicação exclusiva da palavra artesão aos homens.” (SENNETT, 2009. p. 33.)

Nas oficinas, o aprendizado profissional iniciava-se aos 10 ou 12 anos de idade; o candidato em sua formação submetia-se a regras muito rígidas. De aprendiz, trabalhava por vários anos como jornaleiro, passava a oficial para posteriormente ascender a mestre, quando se tornava o patrão onipotente, juiz absoluto e guardião da ética e da qualidade profissional da corporação. Segundo Cantanhede<sup>33</sup> (1983), as corporações se tornaram percussoras nas associações de trabalho, pois exerciam controle e fixavam:

- a duração da jornada de trabalho;
- o número de jornaleiros e aprendizes de cada mestre;
- a qualidade da matéria-prima e dos produtos acabados;
- os preços;
- o acesso à matéria-prima.

Preocupados em defender o monopólio da atividade profissional contra o forasteiro ou estrangeiro, as corporações acabaram também por se tornar impermeáveis à introdução de novas técnicas. O poder das corporações foi sendo gradualmente quebrado, até a derrocada definitiva causada pelas inovações tecnológicas e pela acumulação de capital que, prenunciando a chegada da Revolução Industrial, impuseram à cooperação em larga escala no trabalho – tanto entre indivíduos da mesma profissão como de diferentes profissões – e levaram o antigo mestre a converter-se num empresário dedicado apenas aos aspectos de direção e vigilância.

Com o aperfeiçoamento da mecanização da fabricação, o artesanato perdeu espaço para a produção em série, o artesão que teve o seu apogeu entrou em derrocada e se restringiu a produção pouco conceituada na sociedade (artes menores), “corresponde a uma transformação na natureza e na função da própria atividade técnica” (VERNANT, 1973.

---

<sup>33</sup> CATANHEDE, C. *Administração e gerência: do artesanato à automação*. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

p. 299). Segundo Proença (2008), a Revolução Industrial estabeleceu a diferença entre cópia e arte.

Com a revolução industrial, iniciada no século XVIII, criaram-se as máquinas, que permitiram ao ser humano conhecer a velocidade e desenvolver a produção em série, isto é, a fabricação, em pouco tempo, de inúmeras cópias de um mesmo produto. A partir de então, estabeleceu-se uma nítida distinção entre objetos industrializados e obras de arte, um objeto com muitas cópias não pode ser considerado arte. (PROENÇA, 2008. p. 190.)

O advento da máquina no século XVIII foi um grande problema enfrentado pelo artesão. Segundo Sennett (2009), esse problema não se restringiu apenas ao artesão. “As máquinas inteligentes podem invadir universos de trabalho de colarinho-branco outrora reservados ao tirocínio humano, como os diagnósticos médicos e os serviços financeiros” (SENNETT, 2009. p. 97).

Porém nos dias atuais, na visão de Sennet (2009), as máquinas também possuem importância em certos trabalhos artesanais porque dá um maior caráter à “habilidade artesanal”, pois podem definir a qualidade do trabalho do artesão. E a maneira esclarecida de utilizá-la é “a luz de nossos próprios limites e não do potencial da máquina” (SENNETT, 2009), porque as mãos são verdadeiros instrumentos com frequência auxiliada por máquinas e ferramentas. A habilidade artesanal segundo os ensinamentos que fomentaram as bases do artesanato (aprendizado lento no hábito de realizar tal atividade) ainda vigora. Pois o trabalho artesanal pode significar uma “porta de saída” para a questão ligada ao emprego e à renda. Segundo Manzini (2008),

Os designers sempre criaram pontes entre a sociedade e a tecnologia. Até agora mantiveram seu foco principalmente na inovação técnica e, a partir das novas oportunidades que ela oferece, desenvolveram artefatos com algum significado social. Esse modo deve fazer, isto é, esse modo de cruzar essas pontes, permanece válido. (MANZINI, 2008. p. 98.)

Isso pode demonstrar que a relação de competitividade da máquina com o artesanato é muito limitada, o que acontece é uma relação de “ajuda e parceria” ou cooperação para o desenvolvimento do trabalho artesanal. As visões de MANZINI (2008) e SENNETT (2009), sobre a utilização das máquinas, são condizentes com a realidade pesquisada. Dos quatro empreendimentos artesanais que se encontram no próximo capítulo, três utilizam máquinas que os auxiliam nos seus processos de produção. Essas máquinas melhoraram o trabalho realizado por eles e em alguns casos isso refletiu no aumento da produção, e



consequentemente no faturamento. E há casos em que a não utilização de certo tipo de máquinas diminui um pouco o faturamento do empreendimento, porque para suprir essa deficiência técnica tende a realizar uma terceirização de parte da produção, e como consequência a redução da margem de lucro.

## **4 PESQUISA DE CAMPO**

O trabalho de campo foi realizado através de uma incursão nos eventos da economia solidária, no Rio de Janeiro, nas entrevistas e no processo de produção dos empreendimentos, no intuito de verificar quais os aspectos econômicos desses EES relevantes para a pesquisa, durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2009 e janeiro, abril e maio de 2010. Foram realizadas cerca de 10 entrevistas, em quatro EES. A metodologia e o roteiro utilizados nas entrevistas e os EES serão apresentados no próximos itens.

### **4.1 METODOLOGIA**

Segundo Godoy (2005), o rigor no estudo de caso qualitativo atende a critérios que passam pelo entendimento do significado que se atribui aos conceitos de fidedignidade, validade e generalização na pesquisa.

De acordo com Thiollent (2007) a fase exploratória da pesquisa é a fase da descoberta do campo de pesquisa e dos interessados, e onde os primeiros contatos são estabelecidos e se identificam os problemas da situação, as características e outros aspectos relacionados à pesquisa.

A pesquisa de campo constitui um estudo de caso múltiplo realizado com quatro empreendimentos solidários, sendo dois da cidade de Nova Iguaçu (Fio Nobre e Trama e Raiz) e dois da cidade do Rio de Janeiro (Marias do Ressurgir e Cerâmica Negra). Os quatro empreendimentos beneficiam diretamente 30 famílias, que em grande parte são chefiadas por mulheres. Ambos são divergentes no formato organizacional, porém, convergem no sentido da sua fundação, pois surgiram através de iniciativas de ONGs.

Em relação ao local de instalação, os da cidade do Rio de Janeiro apresentam semelhanças, pois funcionam no formato de oficinas e estão sediados nessas organizações. No caso dos empreendimentos da cidade de Nova Iguaçu, ambos estão instalados em sedes próprias, e alguns trabalhos são realizados nas casas das artesãs. Um ponto de convergência dos quatro empreendimentos é que todos receberam assessorias do SEBRAE e participaram de eventos promovidos pela instituição, o que também podemos considerar como uma das razões que motivaram a escolha dos mesmos para compor a

pesquisa, como também o fato de estarem situados nas cidades de Nova Iguaçu e Rio de Janeiro e serem de produção de artefatos artesanais.

O contato inicial com os EES ocorreu no momento da composição dessa pesquisa, nos meses de dezembro de 2009 e janeiro de 2010. Com exceção da Cooperativa Trama e Raiz, que já conhecia desde 2006, quando era técnico da ITCP/COPPE/UFRJ, nesse período inicial, optei por conhecer os EES e apresentar o meu projeto de pesquisa aos mesmos. Utilizei apenas um bloco de notas, pois era o primeiro contato com os empreendimentos e seus trabalhadores no intuito de realizar uma pesquisa de mestrado. Não fiz uso de gravador e tampouco de máquina fotográfica, o que em minha opinião poderia inibir os entrevistados. Dessa maneira consegui marcar as entrevistas com os empreendimentos.

Em cada EES foram feitas duas entrevistas: uma com as artesãs (produção) e a outra com a representante/direção do EES. No caso dos empreendimentos do município do Rio de Janeiro, pelo fato de serem organizados no formato de oficinas, também foi realizada uma entrevista com o coordenador das oficinas de produção (Marias do Ressurgir) e outra com a coordenadora de produto (Cerâmica Negra), com o objetivo de conhecer sob as diversas óticas os empreendimentos pesquisados.

As entrevistas tiveram o tempo de duração de 40 minutos, porém, as conversas com os artesãos e com o coordenador das oficinas (Marias do Ressurgir), coordenador de produto e mobilizador social (Cerâmica Negra – Ação Comunitária do Brasil), na Maré no Rio de Janeiro, sobre os empreendimentos e sobre economia solidária, principalmente com o último, passou de duas horas. Grande parte foi gravada digitalmente, com o conhecimento e autorização prévia dos entrevistados. Optou-se por não divulgar o nome dos entrevistados onde estão contidas as falas dos mesmos, mas algumas falas da presidente da cooperativa Trama e Raiz e da líder do grupo Fio Nobre constam dessa dissertação. Mesmo porque não foram apresentadas resistências a favor ou contra a divulgação dos nomes. Nas páginas em que estão localizadas tais falas dos entrevistados que não se identificaram são apresentadas uma letra e um número, como forma de legenda, e o seu significado encontrado na nota de rodapé.

As entrevistas foram realizadas através de um roteiro semiestruturado. Segundo Rosa (2006), as entrevistas são utilizadas em sua maioria quando temos dificuldades de obter dados que não podem ser encontrados em registros, arquivos e/ou documentos. Através

das entrevistas, visualizei as circunstâncias do trabalho dos empreendimentos. Também foi realizado um dia de observação não participante em cada EES, agendado de acordo com as datas propostas pelos empreendimentos. Nesse tipo de observação em todos os empreendimentos pesquisados assisti ao processo de produção. No caso do Cerâmica Negra e do Marias do Ressurgir, ambos no Rio de Janeiro, visitei os pontos comerciais dos mesmos, o primeiro na Feira do “Rio Antigo”, na rua do Lavradio, no Centro do Rio de Janeiro, e o segundo uma loja no terceiro piso do Shopping da Gávea, no Rio de Janeiro.

## **4.2 ROTEIRO DA ENTREVISTA**

Segundo Rosa (2006), as vantagens apresentadas nas entrevistas são: obtenção de grande riqueza informativa; oportunidades de esclarecimento junto aos segmentos momentâneos de perguntas e respostas, possibilitando a inclusão de roteiros; cumpre um papel estratégico na previsão de erros. As limitações são: o fator tempo (pois consome mais tempo do entrevistado); a informação (concretizada a partir da relação entrevistador-intervistado); a confiança (para que tudo se concretize com a devida validação); a observação (contribui com análise e verificação); a sinergia (não produz o tipo de informação que a investigação em grupo fornece).

O roteiro da entrevista foi estruturado com o objetivo de caracterizar os aspectos considerados importantes no âmbito econômico dos empreendimentos pesquisados, de acordo com os capítulos de fundamentação teórica (capítulos 2 e 3). Assim, o roteiro foi construído com base em seis tópicos, que foram considerados importantes para a análise dos empreendimentos. Cada tópico foi “desmembrado” em outras perguntas, a fim de se obter as respostas desejadas. O respectivo roteiro será apresentado no Apêndice I.

O primeiro tópico do roteiro apresenta o histórico do empreendimento, ou seja, o conhecimento do ambiente (o que é o empreendimento, o que motivou a criação, o número de participantes, o regime jurídico e o que entendem sobre economia solidária). O objetivo foi além do contexto histórico e do número de participantes, mas também o que esses empreendimentos entendem por economia solidária.

O segundo tópico do roteiro refere-se ao produto. O objetivo desse tópico é saber o que é produzido e quais são as técnicas artesanais realizadas pelos empreendimentos. Além de verificar a quantidade de artesãos participantes no processo e as quantidades produzidas por cada EES.

O terceiro tópico é a caracterização dos investimentos realizados nos empreendimentos. O primeiro objetivo é dimensionar o imobilizado de cada empreendimento pesquisado (sede, máquinas e equipamentos). E o segundo é saber quanto foi investido e quem realizou tal aporte de capital nos EES.

O quarto tópico do roteiro de entrevista foi o processo de produção, com o objetivo de mostrar como ocorre a produção (número de pessoas envolvidas direta e indiretamente, matérias-primas e quanto custam em média). Esse tópico é importante no sentido de saber quais são os aspectos e as discussões realizadas nos empreendimentos no momento em que é definida a produção, e quais são mais condizentes com as “realidades” de comercialização dos empreendimentos, conseqüentemente, dos seus aspectos econômicos.

O quinto tópico refere-se à comercialização dos empreendimentos. O objetivo foi saber o que efetivamente os empreendimentos pesquisados comercializam, como realizam tal atividade e como apresentam os seus respectivos produtos. De uma maneira geral, é o tópico que tem uma ligação com o aspecto econômico-financeiro dos empreendimentos, pois é onde o faturamento dos EES é analisado.

O sexto e último tópico do roteiro da entrevista é a organização administrativa, com o objetivo de entender os aspectos organizacionais e econômicos dos empreendimentos. Assim como o tópico anterior, é significativo para os aspectos econômico-financeiros, como também para a organização do empreendimento. O objetivo geral é saber informações relativas aos controles financeiro, de estoque e das articulações realizadas pelos empreendimentos.

De acordo com Rosa (2006), durante o desenvolvimento e na fase final da entrevista, são analisados com muita clareza os seguintes aspectos: contraste qualitativo dos resultados obtidos; facilidade para a compreensão dos mesmos; comparação da entrevista individual com a técnica de discussão em Grupo. Para a autora a entrevista qualitativa requer, portanto, a qualificação plena do pesquisador, compromisso com as atitudes éticas frente

à realidade da pesquisa. Deve-se, acima de tudo, saber visualizar as circunstâncias atuais do desenvolvimento da metodologia científica que tem favorecido esse tipo de pesquisa.

### **4.3 EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DO ARTESANATO**

Nas seções 4.3.1, 4.3.2, 4.3.3 e 4.3.4 serão apresentados os empreendimentos pesquisados, assim como o seu histórico, as características gerais e como funcionam. Além de propiciar o leitor conhecer os empreendimentos, são destacadas as divergências no processo organizacional e alguns aspectos econômicos desses empreendimentos, os quais serão levantados na seção 4.4 (Análise dos aspectos econômicos dos empreendimentos solidários de produção de artefatos artesanais). Utilizei como fonte das informações apresentadas a seguir os entrevistados e sítios da internet.

#### **4.3.1 FIO NOBRE**

O histórico do grupo Fio Nobre se confunde com o grupo Estação do Nó. O Fio Nobre é formado por quatro mulheres do bairro de Miguel Couto, em Nova Iguaçu, com idade entre 35 e 52 anos e ensino médio completo, que participaram da fundação do Estação do Nó.<sup>34</sup>

As quatro artesãs que compõem o Fio Nobre se desligaram do Estação do Nó por motivos particulares e fundaram o grupo liderado por Vera Benevenuto. No curso que realizaram no SEBRAE, aprenderam diversas técnicas de artesanatos. A que mais se destacou foi a de reaproveitamento das fibras do tronco da bananeira, que são cortadas após a geração do fruto. Através da técnica de reaproveitamento da trama, o grupo produziu esteiras, jogos americanos, braceletes, colchas de algodão com macramê<sup>35</sup> etc.

---

<sup>34</sup> Grupo criado por 14 artesãs, a partir de um curso de capacitação realizado pelo SEBRAE em parceria com a ONG Casa do Menor São Miguel Arcanjo de Nova Iguaçu, no ano de 2004. A Casa do Menor é uma das maiores instituições assistenciais existentes na Baixada Fluminense; realiza um trabalho de recuperação de menores de rua (pessoa em situação de rua), através da educação, de cursos profissionalizantes e da reintegração familiar. Projeto fundado em 1983, pelo padre italiano Renato Chiera. Disponível em: [www.casadomenor.org.br](http://www.casadomenor.org.br)

<sup>35</sup> É uma técnica de tecer fios que não utiliza nenhum tipo de maquinaria ou ferramenta. É uma forma de tecelagem manual. Disponível em: <http://www.artesanatonarede.com.br> – Acesso em 29/01/2010.

O principal trabalho do Fio Nobre são bolsas derivadas de diversas técnicas. A produção é realizada em uma jornada de trabalho não rígida e em suas próprias casas, porém, se reúnem na casa da artesã Eva Cirino, que possui um espaço utilizado como sede do grupo, para discutirem atividades do empreendimento e participações em eventos relacionados à Economia Solidária.

O grupo trabalha sobre regime de encomendas, principalmente da Rede Asta.<sup>36</sup>Só há produção quando existe uma alta demanda, como por exemplo o Dia das Mães e o Natal. As vendas diretas são realizadas pelas componentes do grupo em alguns bairros das cidades de Nova Iguaçu e do Rio de Janeiro. Não realizam no bairro onde estão localizados em virtude do baixo poder aquisitivo da população.

Para o Fio Nobre a baixa participação do empreendimento em feiras de economia solidária da cidade de Nova Iguaçu é ocasionada pelo fato da não valorização dos preços dos seus produtos pelos consumidores das feiras, por acharem “alto” no “universo” em que estão localizadas.

Para Vera, o que pode explicar esse fato é que muitas participantes comercializam produtos com técnicas artesanais não muito bem apuradas, o que não enriquece o valor agregado dos mesmos e até mesmo os deprecia. O que leva em alguns casos à não comercialização de nenhum produto por parte dos empreendimentos que trabalham de maneira mais elaborada a técnica artesanal.

Atualmente, o grupo se mantém com as vendas esporádicas. Para complementarem suas rendas as artesãs possuem outras atividades remuneradas, com variação de um a dois salários mínimos. Segundo elas, não há como sobreviver somente do trabalho do grupo, em decorrência da sazonalidade das vendas.

#### **4.3.2 COOPERATIVA TRAMA E RAIZ**

A cooperativa Trama e Raiz constituída em setembro de 2005 pode ser designada como um grupo de mulheres que tiveram sua primeira experiência de trabalho, por conta da sua condição de desigualdade socioeconômica. Presidida por Sandra Cavêdo, jovens e

---

<sup>36</sup> A Rede Asta é uma rede de venda direta (por catálogo, como Natura, Avon e Compra Fácil), que reúne pequenos produtores de artesanato, moda e decoração do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: [www.redeasta.com.br](http://www.redeasta.com.br). Acesso em 22/01/2010.

mulheres de meia idade, em sua maior parte chefes de famílias, moradoras do bairro da Cerâmica, no município de Nova Iguaçu, constituíram a cooperativa e tiveram oportunidade para crescer e mostrar seus talentos.

A iniciativa surgiu da necessidade de propor uma alternativa ao emprego formal, pelas dificuldades encontradas em virtude da baixa escolaridade, da pouca experiência e do alto custo com transporte para chegar aos locais de trabalho. Fundaram o Trama e Raiz, com o intuito de mudarem suas realidades sociais e econômicas.

Participaram do processo de capacitação nos segmentos de artesanato e costura do projeto de cooperação internacional financiado pela comissão beneficente Brasil-Itália e pelo Seop.<sup>37</sup>

O produto da cooperativa é segmentado para a linha de decoração, utilitários domésticos e acessórios. A concepção foi desenvolvida a partir de conceitos de *design* e de pesquisa das tendências de mercado, na perspectiva do desenvolvimento local sustentável com o reaproveitamento de matérias-primas, com o objetivo de criar um fluxo entre matéria-prima – produto – mercado. Os materiais utilizados são tecidos de linho puro e algodão em tons naturais que “conversam” com os fios da customização da bananeira, com a intervenção direta da costura, do bordado e dos teares manuais com diferentes padronagens e com a utilização de todas as camadas de fibras da bananeira.

Seus principais produtos são almofadas em vários modelos e tamanhos, bolsas e jogos americanos em fibras de bananeira, sacola em tecidos (*eco-bags*), que atualmente é o produto mais vendido, pela forte demanda do mercado, motivado pela preocupação ambiental.

Nos dias atuais, o Trama e Raiz conta com oito mulheres na produção, com escolaridade de ensino fundamental incompleto e 39 anos de idade, sendo que há dois extremos, uma artesã com 21 anos e outra com 76 anos. Na administração há dois membros com a média de idade de 41 anos e ensino médio completo. A presidente, Sandra Cavêdo, não possui atividades diretas ligadas à produção, uma vez que cuida especificamente de assuntos administrativos, comerciais e financeiros da cooperativa, o que segundo ela demanda um grande tempo e até supera os dias de produção, pois os realiza também nos finais de semana. Porém, a mesma dá suporte às atividades do grupo em período de alta. Parte das

---

<sup>37</sup> Serviço de Educação e Organização Popular, ONG criada em Petrópolis – RJ, que, dentre suas atividades, está a criação de cooperativas autogestionárias.



artesãs saiu da cooperativa com a queda da demanda, e as que continuaram possuem outras fontes de renda que em média giram em torno de um salário mínimo.

A cooperativa tem como parceiros: Projeto “Cooperativas de Mulheres em Rede”<sup>38</sup> cofinanciado pelas ONGs Italianas ISCOS-Emilia Romagna,<sup>39</sup> Nexus,<sup>40</sup> GVC,<sup>41</sup> junto com a instituição comunitária e beneficente Brasil-Itália e o Seop. Outros parceiros que ajudaram no fortalecimento da Cooperativa foram o SEBRAE, o SENAI e a ITCP/COPPE/UFRJ.

Para 2011 está prevista a inauguração de uma nova sede, que foi financiada com recursos das ONGs italianas, que fundaram o grupo. O novo espaço, que funcionará na mesma rua em que a cooperativa está localizada atualmente, no bairro da Cerâmica, em Nova Iguaçu, poderá ser um grande passo para a conclusão do processo de legalização do Trama e Raiz, que se “arrasta” por mais de dois anos, uma vez que não possuem um contrato de aluguel ou comodato do local que utilizam como sede. Esse motivo inviabiliza o processo na Prefeitura de Nova Iguaçu para a concessão da inscrição municipal, ou seja, o número de identificação da cooperativa no cadastro tributário do município. Pelo fato de não estarem legalizados juridicamente como cooperativa, não possuem o alvará de funcionamento da atividade, que em alguns casos impede a cooperativa de comercializar os seus produtos, principalmente para grandes empresas, e até mesmo de receber por seus respectivos trabalhos, como aconteceu com uma encomenda para uma grande grife carioca de moda praia, mesmo entregando os produtos que foram solicitados no prazo combinado.

Sandra Cavêdo também enfatiza outro fator importante com a nova sede da cooperativa;

---

<sup>38</sup> Cooperativa de Mulheres em Rede é uma iniciativa para a divulgação e produção das atividades dos grupos e cooperativas (dos estados de MG, RJ, SP e PE), com base nos princípios do desenvolvimento sustentável e solidário. A partir dos projetos mantidos pelos ISCOS-Emilia Romagna, entidade da CISL, e apoiados pelo GVC e Nexus. Disponível em: <http://www.escola7.org.br>

<sup>39</sup> O Comitê ISCOS Emilia Romagna nasceu em 1990, por iniciativa e incentivo de Enrico Giusti, sindicalista da CISL, falecido em outubro de 2007. Trabalha em rede com outras organizações não governamentais no exterior, assim como instituições e associações no território da Emilia Romagna. Disponível em: <http://iscosemiliaromagna.org>

<sup>40</sup> ONG criada pela CGil Emilia Romagna, com a qual ISCOS E. R. tem relações desde a sua fundação e cria projetos em forma de consórcios, principalmente no Brasil, em Moçambique e no Corno da África. Disponível em: <http://iscosemiliaromagna.org>

<sup>41</sup> Grupo Voluntário Civil (GVC), ONG de Bolonha com a qual a ISCOS Emilia Romana colabora há muitos anos, particularmente no Brasil, em Moçambique e no Peru. Disponível em: <http://iscosemiliaromagna.org>

de acordo com ela o local possui um espaço maior do que a sede atual, o que poderá fomentar o funcionamento de uma oficina de artesanato dentro da cooperativa, e viabilizará a capacitação de profissionais no ramo do artesanato, principalmente moradoras da região, e até mesmo a possibilidade de as mesmas se integrem ao Trama e Raiz. Outro fator ressaltado por Cavêdo é a aquisição de novos maquinários, principalmente de *silk-screen*,<sup>42</sup> que hoje a cooperativa terceiriza quando utiliza logomarcas de empresas em suas respectivas produções.

O que me chamou atenção na entrevista com as artesãs foi uma colocação crítica ao trabalho das assessorias de alguns “parceiros” do Trama, pela presidente da cooperativa. De acordo com ela, as assessorias que são utilizadas nas micro e nas pequenas empresas são as mesmas replicadas nas cooperativas: “não faz sentido comparar uma cooperativa que mal começou o seu trabalho com uma empresa”. Ela aponta que há diferenças no faturamento, na forma organizacional, como também no capital investido na formação de uma empresa com um ou mais sócios, se compararmos a um empreendimento econômico do tipo solidário, no formato de cooperativa popular, que é o caso do Trama e Raiz.

### **4.3.3 GRUPO CERÂMICA NEGRA**

O Grupo Cerâmica Negra está localizado na ONG Ação Comunitária do Brasil (ACB) como forma de projeto de uma das suas oficinas produtivas.

A ACB é uma organização da sociedade civil, fundada em 1966, por um grupo de empresários, tendo como um dos seus objetivos o fomento de polos de geração de renda, com ações direcionadas para mulheres e jovens de origem africana. As atividades na comunidade da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, começaram há pelo menos 35 anos, no Morro do Timbau, e, no ano de 1982, na Vila do João (a pedido dos moradores que fundaram aquela comunidade e necessitavam de uma instituição para a capacitação e inserção dos moradores, oriundos das palafitas, no mercado de trabalho). Possui diversos projetos divididos em quatro arcos (atividades) que são: educação; arte, estética e cultura; meio ambiente, saúde e qualidade de vida; qualificação profissional e oficinas produtivas, nesse último estão localizados os grupos Moda Étnica e Cerâmica Negra, que possuem

---

<sup>42</sup> Processo de impressão no qual a tinta é vazada – pela pressão de um rodo ou puxador, através de uma tela já preparada.

especificidades parecidas, porém, o primeiro realiza a produção no ramo de vestuários e acessórios, e o grupo pesquisado produz cerâmicas e acessórios em fornos primitivos.

Com quatro anos de existência, o nome Cerâmica Negra é oriundo da formação populacional da comunidade da Maré, com grande número de angolanos. O grupo/oficina começou com seis mulheres, mas com a evasão hoje conta com quatro, com média de idade de 40 anos, sendo que há dois extremos, uma artesã com 32 anos e outra com 52 anos. O nível de escolaridade das artesãs é o ensino fundamental incompleto.

De peculiaridade bem distinta dos outros dois empreendimentos solidários que foram pesquisados na Baixada Fluminense, o Cerâmica Negra está “abrigado” no formato de oficina, possui seus membros estabelecidos como funcionários da ONG, pelo regime da CLT, sendo assim, as artesãs são responsáveis pela produção e pela capacitação nas oficinas que são realizadas na Maré e no Centro de Capacitação dos Internos do DEGASE,<sup>43</sup> suas rotinas de trabalho acontecem de segunda a sexta, em horário comercial (das 8h às 17h). As atividades de cunho comercial, financeiro e político são geridas por um setor específico da ONG, mas há participação das artesãs em atividades institucionais, principalmente nas realizadas pelo SEBRAE e nas reuniões e eventos da Economia Solidária.

A produção utiliza técnicas primitivas de cerâmica artística e decorativa, com a argila como principal matéria-prima, produzindo objetos de decoração, acessórios e utilidades para escritórios que exploram a cultura negra e símbolos turísticos da cidade.

#### **4.3.4 RESSURGIR ESCOLA DE FAMÍLIA (MARIAS DO RESSURGIR)**

O grupo que compõe o Marias do Ressurgir está situado na Oficina da ONG Associação Ressurgir Escola de Família.

A Associação Ressurgir Escola de Família é uma instituição de apoio à família em risco social, fundada em 1995 pela psicóloga Albenita Leite de Barros Correia, que na época

---

<sup>43</sup> Departamento Geral de Ações Socioeducativas é um órgão vinculado à Secretaria de Estado de Educação, que tem a responsabilidade de **acolher, cuidar, acompanhar, atender e tratar** o adolescente em conflito com a lei, bem como seus familiares, objetivando sua reinserção na sociedade pela execução de medidas socioeducativas e o acompanhamento de egressos. Disponível em: <http://www.degase.rj.gov.br> – Acesso em: 18/05/2010.

era chefe do setor de saúde mental do HMSN – Hospital Municipal Salles Neto –, no bairro do Rio Comprido, pois fazia parte de um grupo de profissionais que apoiavam as famílias dos internos, com o objetivo de esclarecer melhor o tratamento e a doença dos seus filhos para que os mesmos pudessem colaborar com as medidas de profilaxias sugeridas no tratamento. Um trabalho diferenciado, mesmo assim não foi satisfatório devido às condições socioeconômicas das famílias beneficiadas. As crianças, mesmo após terem recebido alta, retornavam aos hospitais, e em muitos casos em até piores condições. Com a ampliação do trabalho, tendo como objetivo não só as crianças como também as suas famílias, foi fundado o Ressurgir há 15 anos, com sede própria no bairro do Rio Comprido, adquirida com recursos não reembolsáveis<sup>44</sup> do BNDES. Tem como missão “o resgate integral da saúde, da autoestima e da cidadania, da família em risco promovendo a inclusão social”.<sup>45</sup>

Ao longo do processo de formação da instituição as atividades foram divididas em três núcleos. São eles: atividades psicossociais; atividades psicopedagógicas da faixa etária de 0 a 17 anos; e atividades de capacitação para descoberta de talentos e geração de renda, onde está localizado o Projeto “Marias do Ressurgir”, que é o interesse da pesquisa na instituição.

Trata-se de uma oficina de geração de trabalho e renda, onde 13 mulheres trabalham na produção para comercialização, e outras 40 utilizam como oficinas de aprendizado objetivando geração de renda por conta própria, e até mesmo terapia. A maior parte das participantes possui familiares atendidos pela instituição, e suas remunerações estão relacionadas às suas capacidades de produção, que são realizadas em suas casas e na instituição.

Com a produção na área do artesanato, o empreendimento “Marias do Ressurgir”, que funciona no formato de oficina, é dividido em quatro ramos, que são os seguintes: *découpage* (pintura em madeira e pintura em tecido), bijuteria, costura e crochê. Para cada atividade há um voluntário ou até mesmo um funcionário da instituição responsável,

---

<sup>44</sup> Apoiar projetos de caráter social nas áreas de geração de emprego e renda, serviços urbanos, saúde, educação e desportos, justiça, meio ambiente, desenvolvimento rural e outras atividades vinculadas ao desenvolvimento regional e social. Disponível em: [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br) – Acesso em: 12/01/2010.

<sup>45</sup> Disponível em: [www.ressurgir.org.br](http://www.ressurgir.org.br) – Acesso em: 12/01/2010.

e todas as oficinas são coordenadas por Marcello Souza. O projeto contou com a parceria institucional do SEBRAE nos anos de 2007 e 2008.

A oficina de pintura em madeira é ministrada pela voluntária Sueli Vasconcellos, e a de pintura em tecido é ministrada pela artista plástica voluntária Heloísa Torres. Para a produção do Marias do Ressurgir há participação de quatro mulheres, que em média possuem o ensino fundamental completo e 32 anos de idade. As mesmas realizam suas respectivas produções uma vez por semana na instituição. Segundo Marcello Souza, um ponto alto dessas oficinas onde são produzidas parte da “almofada lap-top” e da “almofada bandeja” (produtos mais vendidos do empreendimento) é a criatividade das artesãs.

As oficinas de crochê e costura contam com o ensino e a supervisão da funcionária Regina Maria de Nadai. A primeira conta com a participação de uma artesã na produção do Marias do Ressurgir, e a segunda com quatro artesãs, que possuem em média 35 anos de idade e cujo nível de escolaridade é mais uma vez o ensino fundamental completo. Segundo Nadai, as atividades com crochê são integradas às da costura, que acontecem em média duas vezes por semana.

Por último, sob a supervisão da professora Lise Porcaro, a oficina de bijuteria, que para a produção do Marias do Ressurgir conta também com a participação de quatro mulheres, com a média de 35 anos de idade e ensino fundamental completo.

Dessa maneira é formado o Marias do Ressurgir, que se caracteriza pela diversidade de técnicas artesanais utilizadas no seu processo de produção.

A maior parte das artesãs possui outras atividades para a geração de renda e utilizam o trabalho do grupo como renda agregada, pois são remuneradas de acordo com suas respectivas produções, que em média ficam em torno de R\$ 90,00 (noventa reais) por mês. Além de receberem benefícios como: cesta básica (para as oriundas do HMSN); oficina de medicina preventiva; atendimento com assistente social; palestra odontológica; reforço escolar e lanche para os seus filhos quando estão presentes nos dias das respectivas produções. No passado, a instituição disponibilizava almoço, mas, atualmente, isso não está sendo possível. Segundo o coordenador das oficinas, as atividades são realizadas na instituição de segunda a quinta, e as artesãs que fazem parte da produção na maioria dos casos são das comunidades do entorno e do bairro onde a

instituição está localizada, o que não significa que o Ressurgir crie restrição para participantes de outras localidades, há membro que reside no bairro de Engenheiro Pedreira, no município de Japeri, na Baixada Fluminense. A maioria das artesãs possuem filhos pacientes do HMSN, e nem todas residem no bairro da instituição. Em alguns casos as participantes convidam outras mulheres, pela maneira conhecida como “boca a boca”, a participar do projeto. Para ele, além de produzirem no espaço da instituição, outro fator importante é que as artesãs podem produzir em suas casas para o grupo e por conta própria.

A comercialização dos respectivos produtos acontece em feiras e bazares de que o Ressurgir participa, mas o que representou um avanço nesse aspecto foi o fato de o Ressurgir utilizar um ponto comercial no Shopping da Gávea, pelo regime de empréstimo, sem o pagamento do aluguel do referido espaço, o que é muito importante para um empreendimento econômico solidário, cujo principal entrave é o aspecto comercial, uma vez que existe grande dificuldade em abrir um ponto comercial, principalmente em um shopping da zona sul do Rio de Janeiro, onde os aluguéis tendem a ser mais altos do que em outras regiões da cidade.

#### **4.4 ANÁLISE DOS ASPECTOS ECONÔMICOS DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DE PRODUÇÃO DE ARTEFATOS ARTESANAIS**

A análise dos aspectos econômicos dos empreendimentos solidários de produção de artefatos artesanais é o objetivo geral da pesquisa. Para obter melhor resultado, compreensão e aproveitamento das entrevistas realizadas nos empreendimentos, a análise foi estruturada em cinco eixos:

- a) Identificação.
- b) Produção.
- c) Comercialização.
- d) Contabilidade.
- e) Articulação Institucional.

As análises serão introduzidas, com um texto apresentando as suas variáveis, logo depois, os seus resultados, e em seguida um quadro contendo um panorama geral das

informações dos quatro empreendimentos pesquisados. Utilizei os entrevistados como fonte das informações apresentadas a seguir.

#### **4.4.1 IDENTIFICAÇÃO**

Com o objetivo de caracterizar os empreendimentos, esse eixo da pesquisa faz um levantamento das seguintes categorias: definição dos empreendimentos pelos trabalhadores e trabalhadoras; número de participantes; ano de criação; regime jurídico.

Como falamos no item 4.1, uma característica comum aos empreendimentos, é que ambos surgiram de iniciativas de ONGs, e uma das suas divergências é com relação ao formato organizacional.

Sobre a definição dada aos empreendimentos por suas trabalhadoras, de maneira geral as dos empreendimentos de Nova Iguaçu e do Marias Ressurgir, da cidade do Rio de Janeiro, são bem parecidas. Definiram como uma oportunidade de geração de trabalho e renda, porém, no Ressurgir foi também ressaltado o aspecto da terapia. O que mais se distanciou foi o Cerâmica Negra, que considerou como definição a origem do nome do grupo, que é o grande número de angolanos que vivem na região da Maré.

No aspecto organizacional, os quatro empreendimentos possuem diferenças significativas, o que para mim interfere na sua gestão. O grupo Fio Nobre e a cooperativa Trama e Raiz são mais autônomos, pois as artesãs trabalham literalmente “por conta própria” e com mais independência, uma vez que realizam seus respectivos trabalhos em suas próprias sedes e em suas casas. Podemos até dizer que praticam a autogestão, “... se administra democraticamente” (SINGER, 2002. p. 18).

Os empreendimentos solidários da cidade do Rio de Janeiro pesquisados funcionam no formato de oficinas, o que minimiza um pouco a autonomia e se aproxima da heterogestão, “administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo” (SINGER, 2002. p. 16 e 17), porém, alguns trabalhos no Marias do Ressurgir são realizados nas casas das artesãs.

No aspecto jurídico os quatros empreendimentos possuem distinções: o Trama e Raiz é uma cooperativa em processo de legalização parcialmente concluído; o Fio Nobre, um

grupo autônomo (associação de mulheres); o Cerâmica Negra é uma oficina de geração de trabalho e renda onde as artesãs são funcionárias pelo regime CLT, da ONG Ação Comunitária do Brasil; e, no Marias do Ressurgir, as artesãs possuem familiares assistidos pela ONG Ressurgir, e são remuneradas de acordo com a sua produção. O Apêndice II apresenta uma tabela com as formas de organização dos EES da região metropolitana do Rio de Janeiro, que na grande maioria são organizados como Grupo Informal, como é o caso do Fio Nobre.

É importante notar que mesmo com formações distintas os quatros empreendimentos não são tão recentes. O que apresenta o menor período de criação é a cooperativa Trama e Raiz, com apenas quatro anos, mas se destaca no aspecto gestor, que pode ter sido influenciado pelo seu histórico, uma vez que recebeu incentivos de instituições internacionais, que prezam o cooperativismo como uma maneira de obtenção de geração de trabalho e renda para trabalhadores em condições de desemprego. O outro fator importante na formação dessa cooperativa é o grau de independência das instituições que fomentaram suas atividades.

Outro ponto de convergência que deve ser citado é que todos os empreendimentos são formados por mulheres. No Apêndice II é mostrada a participação de mulheres nos empreendimentos econômicos solidários da região metropolitana do Rio de Janeiro, que geralmente são superiores à dos homens.

Ressalto também que, mesmo trabalhando em regime de oficinas de projetos das instituições em que estão localizados os grupos Cerâmica Negra e Marias do Ressurgir, os mesmos são considerados empreendimentos do tipo solidário, uma vez que a organização desses projetos utiliza a lógica solidária, e os mesmos realizam comercialização dos seus produtos e geram oportunidades de trabalho e renda.

## **Quadro 2: Identificação do Empreendimentos Econômicos Solidários**



<b>Categorias</b>	<b>Fio Nobre</b>	<b>Trama e Raiz</b>	<b>Cerâmica Negra</b>	<b>Marias do Ressurgir</b>
<b>Definição</b>	“Esperança de gerar renda e reconhecimento da capacidade que ainda estão descobrindo.”	“Um grupo de mulheres que enxergaram no cooperativismo uma oportunidade de mudarem suas realidades sociais e econômicas.”	“Grupo de artesãs, que foi batizado com esse nome por causa do grande número de angolanos que moram na comunidade da Maré.”	*M1 <sup>46</sup> – “Terapia para esquecer os problemas.” **M2 – “Oportunidade de trabalhar e cuidar dos filhos.”
<b>Regime jurídico</b>	Grupo autônomo (associação de mulheres)	Cooperativa	Funcionárias da Ação Comunitária do Brasil, sob o regime da CLT.	Integrantes da Oficina da ONG Ressurgir
<b>Participantes</b>	Quatro	Oito	Quatro	Treze
<b>Ano da criação</b>	2005	2006	2002	1995

#### 4.4.2 PRODUÇÃO

No eixo da produção a pesquisa explora a forma como é realizado o processo produtivo dos empreendimentos, dividido em dois quadros e um fluxograma de produção. No primeiro, tratamos as categorias: máquinas e equipamentos; valor do investimento em máquinas e equipamentos; matérias-primas; custo unitário da principal matéria-prima; e forma de pagamento das matérias-primas.

De acordo com Freitas (2006),

Os aspectos produtivos do setor artesanal devem ser considerados com cautela. Um novo produto pode apresentar-se como competitivo, mas se as condições de produzi-lo não estiverem bem dimensionadas, o artesão pode ter a frustração como consequência. Produtos bem conceituados e com bom acabamento, muitas vezes têm sua produção comprometida em função de ferramentas e condições de trabalho inadequadas e mão-de-obra desqualificada. (FREITAS, 2006. p. 2.)

Na categoria máquinas e equipamentos, devemos destacar o Marias do Ressurgir e o Trama e Raiz, pois ambos trabalham em um ambiente ergonômico bem estabelecido, suas

<sup>46</sup> \*M1 e M2\*\* são artesãs do Marias do Ressurgir. Entrevista realizada em 18/05/2010.

áreas de produção lembram um espaço fabril, com boas instalações para os seus respectivos trabalhadores. Isso pode estar relacionado ao fato de terem sido financiados por um maior grau de investimento pelas instituições que os fomentaram, e conseqüentemente pelo maior número de artesãs nos empreendimentos. Com o aumento da demanda ampliaram os investimentos em ativos imobilizados. O Apêndice II apresenta uma tabela com os EES da região metropolitana do Rio de Janeiro que receberam apoios, e outra com a origem dos recursos investidos.

Em relação à categoria valor do investimento em máquinas e equipamentos, o que mais se destacou na resposta foi a cooperativa Trama e Raiz, não só pelo valor investido, como também pela total clareza em responder o que foi gasto em máquinas e equipamentos pela instituição que fomentou o empreendimento. O Fio Nobre, pelo seu grau de independência, tem parte dos seus equipamentos pertencentes a cada uma de suas artesãs. Nos casos do Cerâmica Negra e do Marias do Ressurgir não consegui obter as respostas com as artesãs. No primeiro empreendimento obtive a resposta com a entrevista que realizei em 17 de maio de 2010 com Patrícia Lázaro, coordenadora de produtos e responsável pela venda dos produtos na Feira do Rio Antigo, da ONG Ação Comunitária do Brasil. Segundo ela, os equipamentos foram adquiridos com recursos do projeto da oficina de geração de trabalho e renda, e o que necessitou de maior aporte de recursos foi o forno. E no segundo caso obtive a resposta através da entrevista que realizei com Marcello Souza, coordenador das oficinas de geração de renda da ONG Associação Ressurgir Escola de Família, no dia 20 de maio de 2010. Segundo ele os equipamentos foram adquiridos com recursos das doações recebidas pela ONG Ressurgir Escola de Família.

O Apêndice II apresenta uma tabela com os investimentos dos EES da região metropolitana do Rio de Janeiro. Em média os valores não diferem muito dos empreendimentos pesquisados, os quais serão mostrados no quadro 3.

Sobre a matéria-prima utilizada, destacamos dois empreendimentos: o Trama e Raiz e o Fio Nobre, pois utilizam como suas principais matérias-primas a fibra das bananeiras que são descartadas após a retirada do fruto, para a produção da trama de alguns dos seus respectivos produtos, o que pode se destacar como um caráter ambiental na utilização da matéria-prima. No Fio Nobre, pela produção não atingir um volume alto no momento atual, as tramas são compradas em pequenas quantidades, sem a necessidade de coletar a

bananeira para depois realizarem o beneficiamento no tear, como acontecia no passado recente. No caso do Trama e Raiz, no início se conseguia bananeira na redondeza, e o beneficiamento era realizado na própria cooperativa. Com a alta da demanda, o local onde era coletado aumentou o preço das respectivas matérias-primas, e para conseguir sair dessa “armadilha” do fornecedor local, a cooperativa, por intermédio de um dos seus clientes, que é proprietário de um bananal no município de Casemiro de Abreu, capacitou moradores da região a beneficiarem a fibra da bananeira, logo, o local se transformou em fornecedor de matéria-prima, mesmo sendo no interior do estado, pois o material é enviado via SEDEX, o que possibilitou uma economia de escala para a cooperativa, porque a trama vem pronta, no formato de tecido, e não passa pelo processo de secagem, que pode demorar semanas e com isso pode levar até à perda de encomendas. Hoje, o grande desafio do Trama e Raiz é continuar a sua produção com a fibra da bananeira, uma de suas características que tem diminuído bastante, por conta da preocupação com a matéria-prima. Segundo sua presidente, seria interessante encontrar uma forma de beneficiamento dessa fibra, pois em alguns casos o mau armazenamento pode provocar fungos, e isso inviabiliza a produção para o mercado doméstico e principalmente para a exportação. No Marias do Ressurgir destacamos também a utilização de materiais reciclados (jornais e filtro de café) como matéria-prima, que geralmente são oriundos de doações, como também acontece no Fio Nobre.

A categoria custo unitário da principal matéria-prima foi elaborada com base no principal produto comercializado pelos empreendimentos, que iremos ver mais adiante no item comercialização. Essa categoria foi respondida com certa dificuldade pelas artesãs do Trama e Raiz e do Fio Nobre. No caso do Marias do Ressurgir e do Cerâmica Negra, a resposta foi obtida com os setores responsáveis, pelo aspecto comercial das ONGs, de que os mesmos fazem parte.

Com exceção do Cerâmica Negra, que produz um artesanato que utiliza como principal matéria-prima a argila, e cujo principal produto comercializado é uma escultura conhecida como “pão-de-açúcar”, todos os grupos pesquisados produzem bolsas, porém, no Marias do Ressurgir o produto mais vendido é uma almofada, com o nome de “almofada lap-top”. O Trama e Raiz, com a “onda” do mercado ambientalmente responsável, focou a sua produção em sacolas de lona, conhecidas como “eco-bags”. E o Fio Nobre apresenta como produto mais comercializado a “bolsa lapa”. Nos três últimos

empreendimentos que destacamos, a principal matéria-prima utilizada são os tecidos do tipo linho e lona, e os seus valores unitários foram tomados como base no valor da produção do produto mais comercializado. É importante destacar que, no caso do Cerâmica Negra, a argila é comprada em tonelada e tem a duração de aproximadamente um ano. Patrícia Lázaro, coordenadora de produtos da ONG Ação Comunitária do Brasil, não especificou com precisão a quantidade produzida com essa tonelada, mas os valores apresentados no quadro 3 foram alcançados através das estimativas de produção do empreendimento.

Em relação à forma de pagamento da matéria-prima, em todos os empreendimentos as respostas são parecidas, pois são compradas de acordo com a respectiva encomenda. Os empreendimentos recebem um valor percentual de entrada dos seus clientes, com isso, utilizam esses recursos para aquisição da matéria-prima, que na maioria dos casos é paga à vista e com desconto. Segue na próxima página o primeiro quadro da produção.

### **Quadro 3: Produção dos Empreendimentos Econômicos Solidários I**

<b>Categorias</b>	<b>Fio Nobre</b>	<b>Trama e Raiz</b>	<b>Cerâmica Negra</b>	<b>Marias do Ressurgir</b>
<b>Máquinas e equipamentos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 2 Máquinas de costura: <ul style="list-style-type: none"> <li>– caseira;</li> <li>– industrial.</li> </ul> </li> <li>• 1 Tear</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Máquinas de costura: <ul style="list-style-type: none"> <li>– 8 industriais;</li> <li>– 1 interloque;</li> <li>– 1 overloque;</li> </ul> </li> <li>• Máquinas de Corte: <ul style="list-style-type: none"> <li>– 2 teares;</li> <li>– 2 mesas.</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Forno</li> <li>• Equipamentos: <ul style="list-style-type: none"> <li>– formas de gesso;</li> <li>– chaves;</li> <li>– escovas;</li> <li>– pincéis.</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Máquinas de costura: <ul style="list-style-type: none"> <li>– 4 industriais;</li> <li>– 3 caseiras;</li> <li>– 2 overloques;</li> </ul> </li> <li>• Máquina de corte</li> </ul>
<b>Valor do investimento em máquinas e equipamentos</b>	R\$ 2.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 8.000,00
<b>Matérias-primas</b>	Trama de bananeira, filtros de café reciclados, lona e linha.	Linho, juta, lona, tecido de algodão, linha, rami (espécie de corda) e alça de lona.	Pedra bruta de argila e tinta	Filtros de café reciclados, tecidos doados, jornais, lona, tintas, linhas de crochê, tecidos de lona, tricoline e popeline
<b>Custo unitário da principal matéria-prima</b>	R\$13,00	R\$ 4,00	R\$ 1,20 <sup>47</sup>	R\$16,25
<b>Forma de pagamento das matérias-primas</b>	À vista, pois recebem cerca de 30%, da entrada da encomenda.	À vista, pois recebem cerca de 30%, de entrada da encomenda.	À vista, por causa do desconto.	Depende da encomenda. Algumas são à vista outras a prazo.

No segundo quadro relacionado ao eixo produção tratamos as seguintes categorias: local; jornada de trabalho; participantes; atividades; produtos; quantidade produzida por mês e estoque.

Segundo Freitas (2006):

O setor artesanal, que apesar de ser um sistema produtivo de baixa complexidade, se comparado com o setor industrial, abrange todo o processo de desenvolvimento de produto, desde a sua conceituação até a sua inserção no

<sup>47</sup> Valor estimado, de acordo com a entrevista realizada com Patrícia Lázaro, coordenadora de produtos da ONG Ação Comunitária do Brasil.

mercado. O desafio está em conciliar as necessidades do consumidor atual em termos de qualidade, custos, acesso etc. com os aspectos que mais caracterizam a produção artesanal, sem que ocorra a perda dos valores culturais e sociais do artesão, e que este não acabe por ter suas condições de vida e de trabalho prejudicadas. (FREITAS, 2006. p. 2.)

Nas categorias local e jornada de trabalho podemos destacar que a produção do Cerâmica Negra e a do Marias do Ressurgir são parecidas pelo fato de se realizarem dentro das oficinas e em jornada, com maior rigidez. O que diferencia um pouco no Ressurgir é que algumas artesãs também produzem em suas casas. No Fio Nobre, a produção é dividida de acordo com a capacidade produtiva de cada artesã em horários estabelecidos pelas mesmas: parte é realizada na sede do grupo, na casa da artesã Eva Cirino, e a outra em suas próprias casas. O que também se aproxima do Marias do Ressurgir e do Cerâmica Negra é o Trama e Raiz, que realiza uma produção diária, em sua sede própria, no bairro da Cerâmica, em Nova Iguaçu, com horário estabelecido pelas cooperativadas.

Sobre o número de participantes na produção dos empreendimentos pesquisados o único que devemos destacar é o Trama e Raiz, que apresenta um membro fora do processo de produção, que é a sua presidente, porém, a mesma compensa com um grande trabalho na comercialização e administração da cooperativa (e às vezes até participa do processo produtivo, dependendo do volume de encomendas).

A categoria atividades é demonstrada no fluxograma de produção, após o segundo quadro de produção. O Trama e Raiz utiliza diversas técnicas artesanais, tais como: bordado na fibra da bananeira, crochê, *patchwork*<sup>48</sup> e costura, realizada por diversas artesãs, até chegar à modelagem final do produto. O que leva a deduzir que a cooperativa trabalha com uma produção artesanal em série, onde a divisão do trabalho é bem latente, que também é empregada no Fio Nobre e no Ressurgir. Já o Cerâmica Negra apresenta um trabalho individualizado, onde cada artesã é responsável pela produção de cada produto.

Em relação à categoria produto, segundo Freitas (2006):

A qualidade do produto artesanal está relacionada aos valores sócio-culturais dos quais é portador, mas está relacionada também à sua usabilidade, durabilidade, confiabilidade, segurança, à satisfação do consumidor. A

---

<sup>48</sup> A tradução literal de *patchwork* é “trabalho com retalho”. É uma técnica que une tecidos com uma infinidade de formatos variados. Disponível em: <http://www.artesanatonarede.com.br> – Acesso em: 10/05/2010.

qualidade referente ao sistema produtivo artesanal diz respeito a se alcançar um padrão mínimo desejado, o que não significa ditar especificações rígidas para a produção, até porque o tema aqui tratado é sobre objetos feitos a mão. (FREITAS, 2006, p. 6.)

O Cerâmica Negra trabalha com um artesanato que difere dos demais empreendimentos nas matérias-primas e nos equipamentos, uma vez que sua produção é realizada com técnicas manuais, onde é revelado o talento de cada artesã. Com a produção voltada para utilidades de escritório e decoração com característica muito peculiar, fator que levou o empreendimento a ganhar o prêmio “TOP 100 de Artesanato”,<sup>49</sup> no ano de 2006, oferecido pelo SEBRAE, o que podemos considerar como único maquinário utilizado é um forno rudimentar (à lenha) para o aquecimento dos produtos, sendo que cada produto pode demorar até três semanas para ficar pronto e ser comercializado, dependendo da sua dimensão. Ressalto também que o espaço utilizado para a oficina de produção foi elogiado pelas artesãs, devido a uma reforma feita no início do ano de 2010. Os outros três empreendimentos produzem bolsas e utilidades domésticas, porém, de formatos distintos. O Fio Nobre apresenta atualmente, quatro modelos que são produzidos de acordo com a demanda. Não há possibilidades de mensurar a quantidade do mês, uma vez que a comercialização ocorre de maneira sazonal. O Trama e Raiz apresenta uma média de produção de 200 bolsas “*eco-bags*” por semana, e em alguns meses esse número chega a mil peças. A produção do empreendimento não é pautada somente nesse produto, a cooperativa também produz utilidades para o lar, tais como: almofadas, jogos americanos, porta-copos etc. Embora essa produção esteja em segundo plano no momento pela cooperativa, porque segundo as artesãs o custo é muito alto, há também outras bolsas e outros produtos com técnicas mais aprimoradas consideradas “exclusivas” por utilizar a trama da bananeira, e que em alguns casos foram até copiados por outros empreendimentos, segundo a sua presidente. Já no Ressurgir, a produção, além de ser pautada pela demanda, também tem um “mix” de produtos de diferentes aspectos que são produzidos de maneira bem diferente, uma vez que o grupo de artesãs divide a produção de acordo com as técnicas que mais aprimoraram (mostrado no fluxograma de produção),

---

<sup>49</sup> Premiação que é considerada pelo SEBRAE como uma ação inédita no Brasil, que tem como objetivo identificar e selecionar as 100 unidades produtivas mais competitivas do País, avaliando seus processos de trabalho com foco em mercado, de acordo com 10 critérios de avaliação, são eles: inovação e diferenciação mercadológica dos produtos; adequação econômica e funcional nas unidades de produção; adequação ao meio ambiente; capacidade produtiva; adequação cultural; adequação logística; qualidade percebida nos produtos/valor agregado; práticas comerciais justas; e responsabilidade social. Disponível em: [www.sebrae.com.br](http://www.sebrae.com.br) – Acesso em: 22/01/2010.

onde parte do processo utiliza as técnicas de crochê, pintura em tecido e pintura em madeira. O que chama a atenção nos produtos do Marias do Ressurgir é o *design* que apresenta como cenários a cidade do Rio de Janeiro.

Sobre as quantidades produzidas durante um determinado período, destaco que as informações relacionadas a essa categoria no Marias do Ressurgir foram extraídas da entrevista que realizei com Marcello Souza, coordenador das oficinas de geração de renda da ONG Ressurgir, no dia 20 de maio de 2010, porque as artesãs não disponibilizavam de tais conhecimentos do empreendimento. Já as artesãs do Cerâmica, que também funciona no formato de oficina, como o Marias do Ressurgir, conseguiram responder com clareza as mesmas perguntas.

Na categoria controle de estoque, o Trama e Raiz e o Fio Nobre são os dois empreendimentos em que as artesãs realizam tal atividade. Os outros dois são realizados por setores específicos das instituições de que os empreendimentos fazem parte, porém as artesãs do Cerâmica Negra fazem um controle interno das suas produções.

#### **Quadro 4: Produção dos Empreendimentos Econômicos Solidários II**



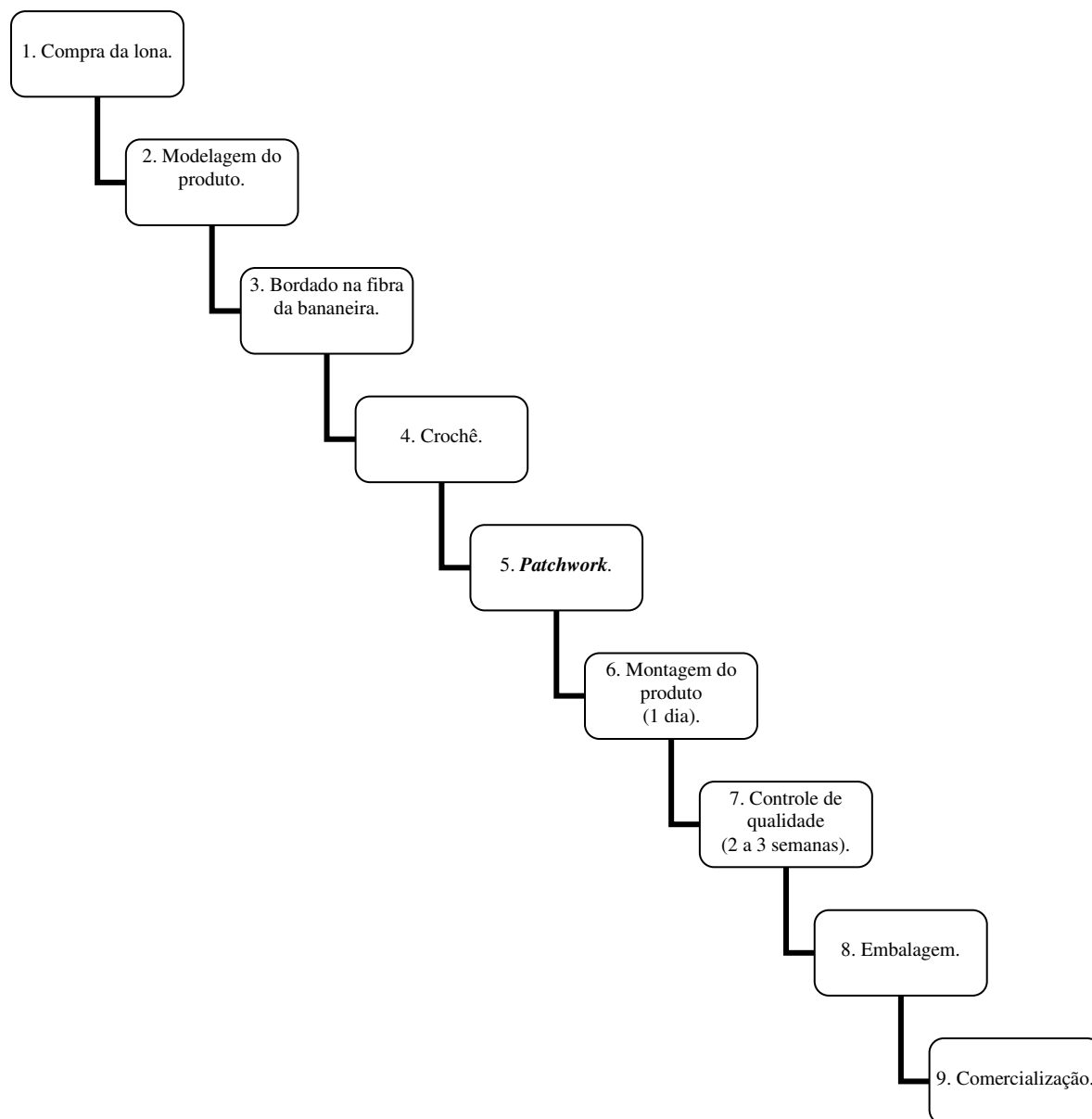
<b>Categorias</b>	<b>Fio Nobre</b>	<b>Trama e Raiz</b>	<b>Cerâmica Negra</b>	<b>Marias do Ressurgir</b>
<b>Local</b>	Casa da artesã Eva Cirino e nas casas de cada artesã, em Miguel Couto, Nova Iguaçu.	Sede própria na Cerâmica, em Nova Iguaçu	Sede da Ação Comunitária do Brasil na Comunidade da Maré, na cidade do Rio de Janeiro	Sede do Ressurgir, no Rio Comprido, na cidade do Rio de Janeiro.
<b>Jornada de trabalho</b>	Flexível, de acordo com a capacidade de produção de cada membro e de acordo com a demanda.	Segunda a sexta, das 8h às 17h (aos sábados, no período de alta demanda).	Segunda a sexta, das 8h às 17h.	Segunda a quinta, das 9h às 17h.
<b>Participantes</b>	Quatro	Oito	Quatro	Treze
<b>Atividades</b> <sup>50</sup>	.....	.....	.....	.....
<b>Produtos</b>	Bolsas, carteira, bracelete e pulseira	Mix de produtos: - bolsas (diversos modelos) – a mais vendida é a <i>eco-bag</i> ; - utilidades para o lar, tais como: almofadas e jogos americanos.	Utilidades para escritório e decoração.	Mix de produtos: - bolsas; - almofadas; - porta-vinhos; - pano de prato; - nécessaire.
<b>Quantidade produzida por mês</b>	De acordo com a demanda.	Em média 1.000 bolsas.	Em média 100 peças.	De acordo com a demanda.
<b>Controle de estoque</b>	Não há estoque, pois trabalham sob encomenda.	Sim.	Sim. Controle de saída pelas artesãs. “ <i>Estoque, pelo Setor de Produto da Ação Comunitária do Brasil.</i> ”	Sim.

No fluxograma de produção apresentamos as atividades do processo produtivo de todos os empreendimentos pesquisados. No Fio Nobre, a produção de uma bolsa. No Trama e Raiz, produção da “*eco-bag*”, e um exemplo de produto que utiliza a trama da bananeira.

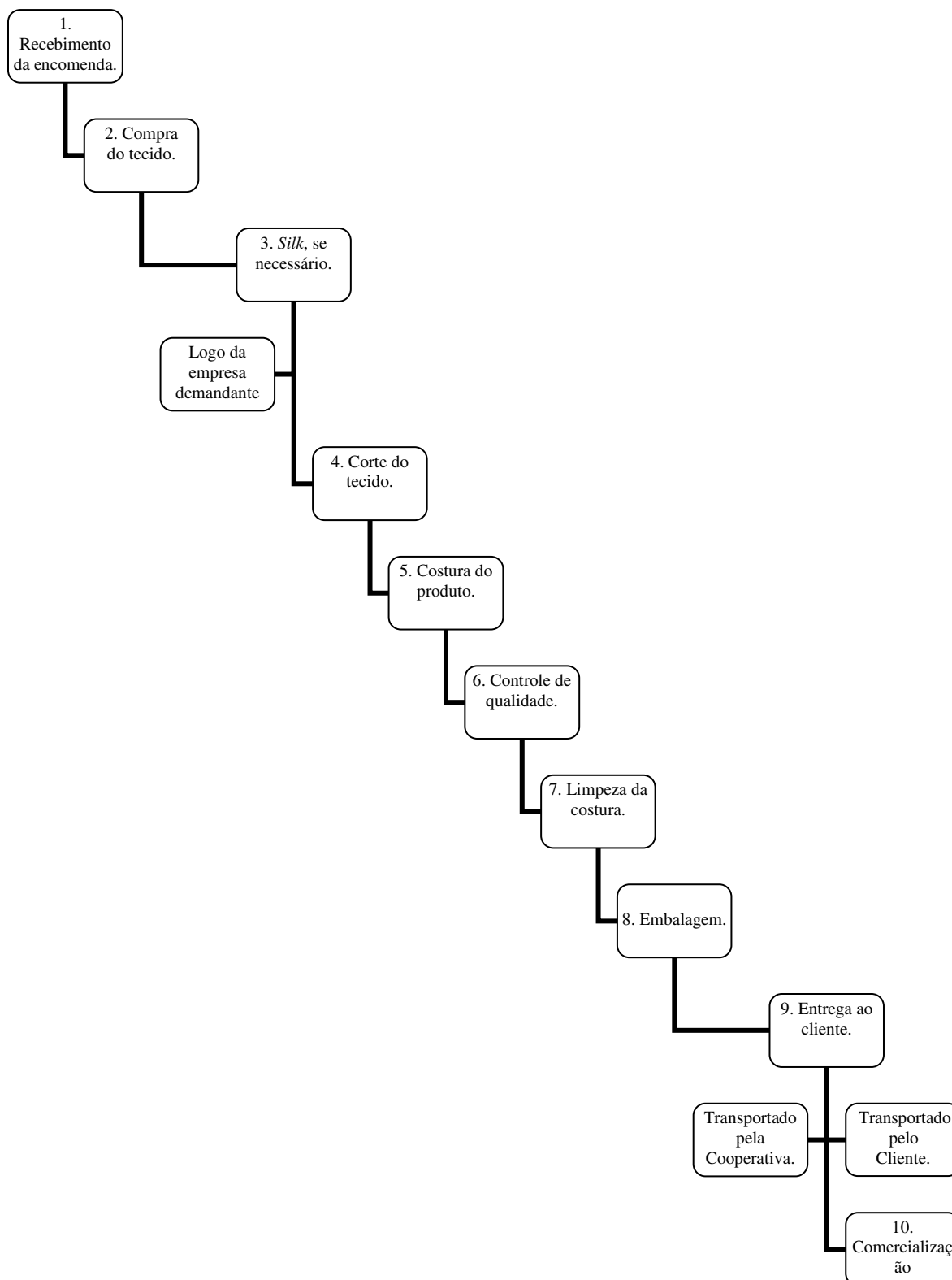
<sup>50</sup> Descritas no fluxograma de produção. Todas as atividades foram definidas pelas artesãs.

No Cerâmica Negra, a produção de escultura. Por último, o Marias do Ressurgir, com as quatro técnicas artesanais utilizadas pelo empreendimento.

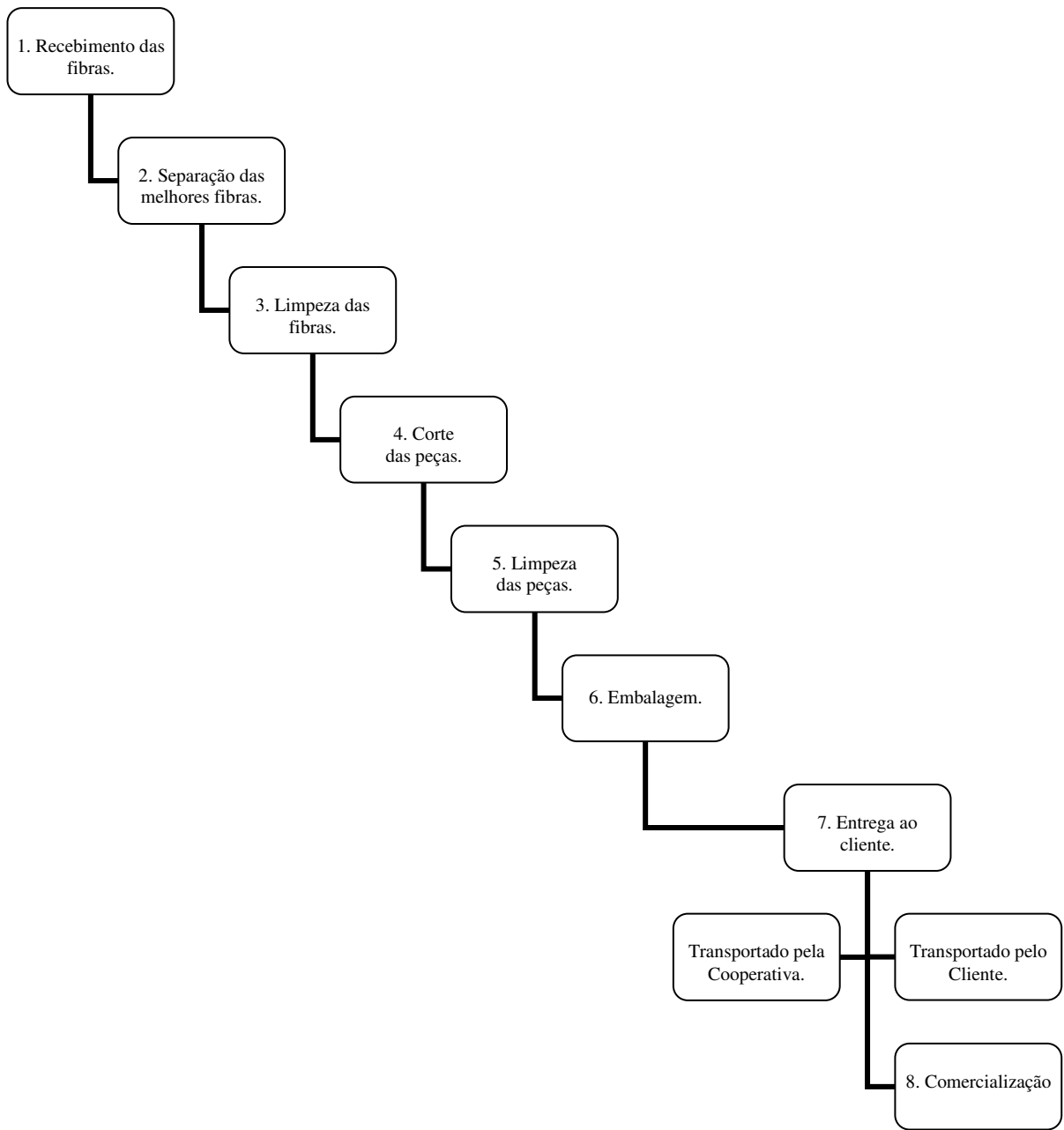
**Quadro 5: Fluxograma de Produção Fio Nobre (produção de bolsa)**



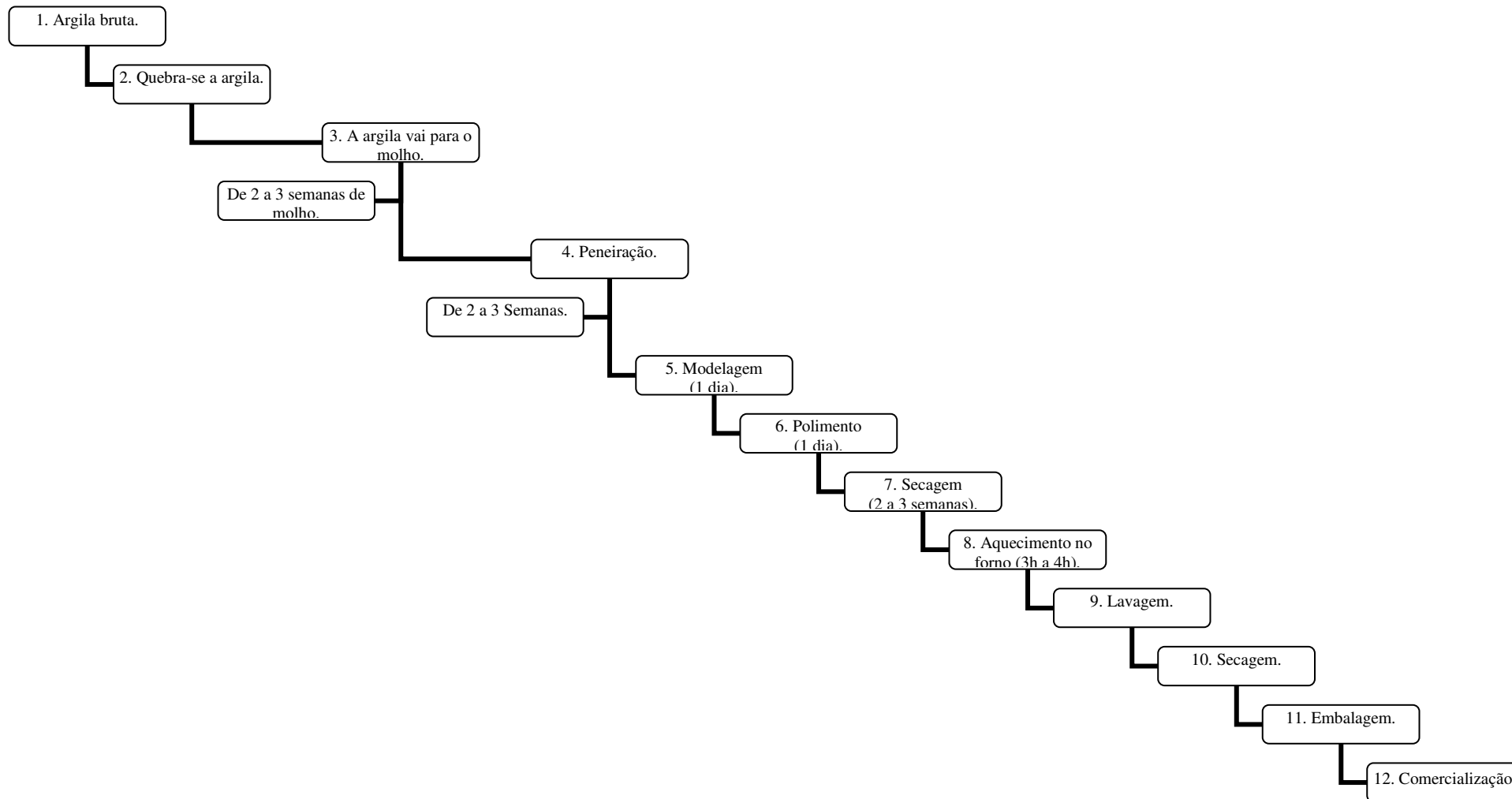
**Quadro 6: Fluxograma de Produção Trama e Raiz (bolsa eco-bag)**



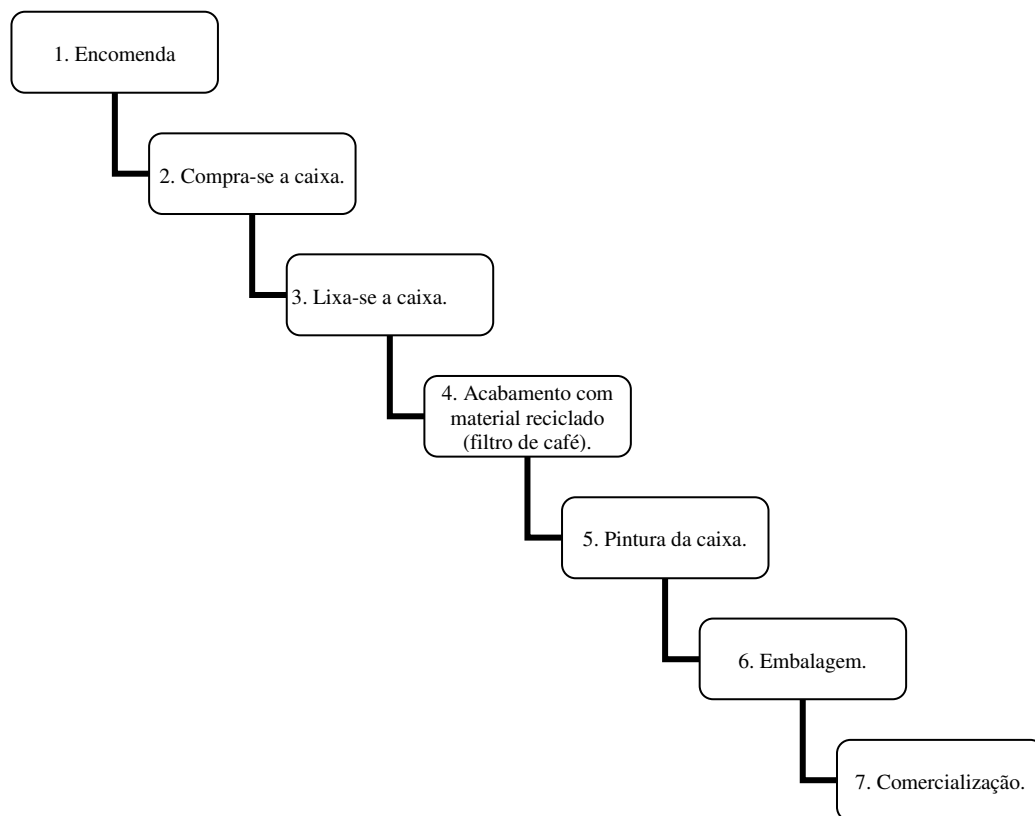
**Quadro 7: Fluxograma de Produção Trama e Raiz (produto com fibra da bananeira)**



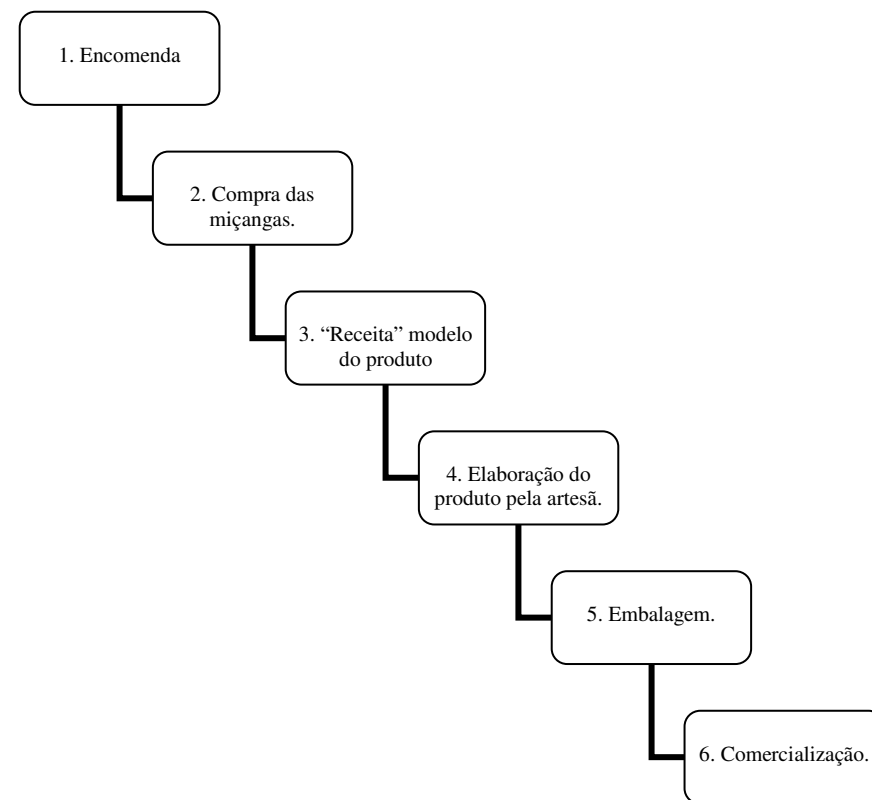
**Quadro 8: Fluxograma de Produção Cerâmica Negra (produção de escultura)**



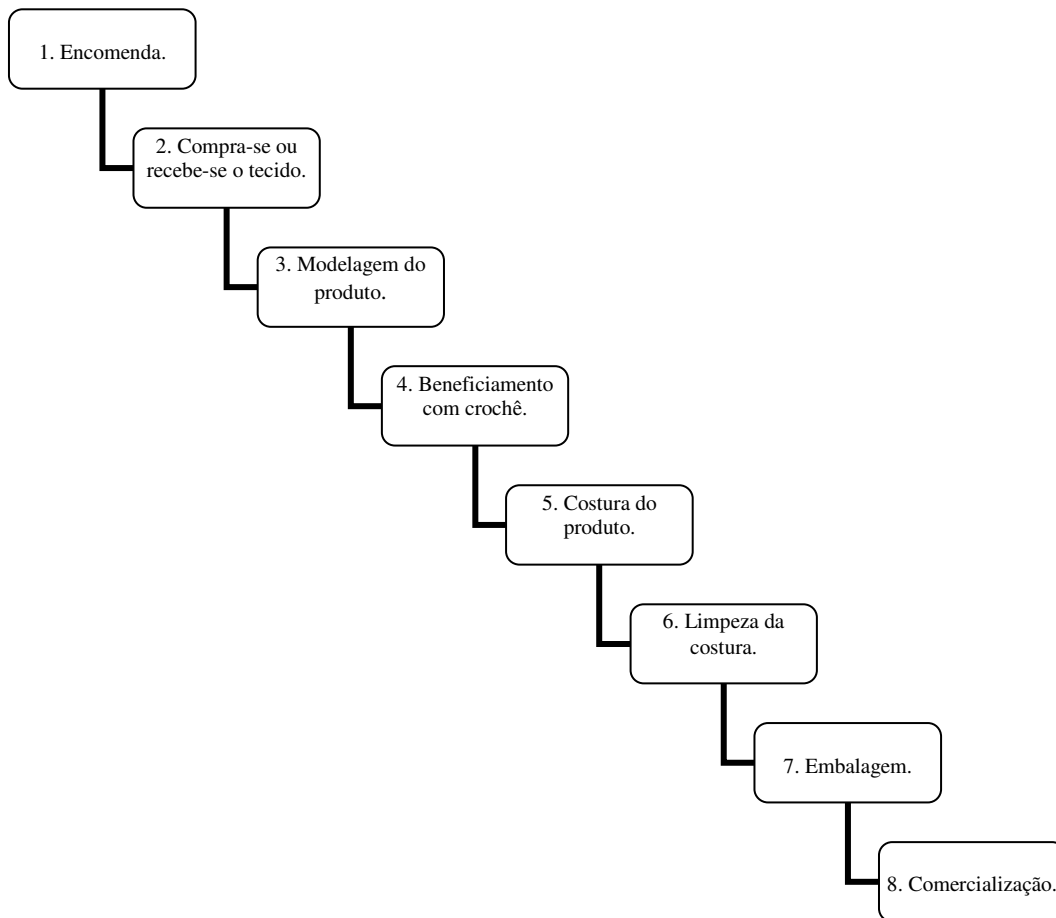
**Quadro 9: Fluxograma de Produção Marias do Ressurgir Pintura em Madeira *decoupage* (produção de um porta-joias)**



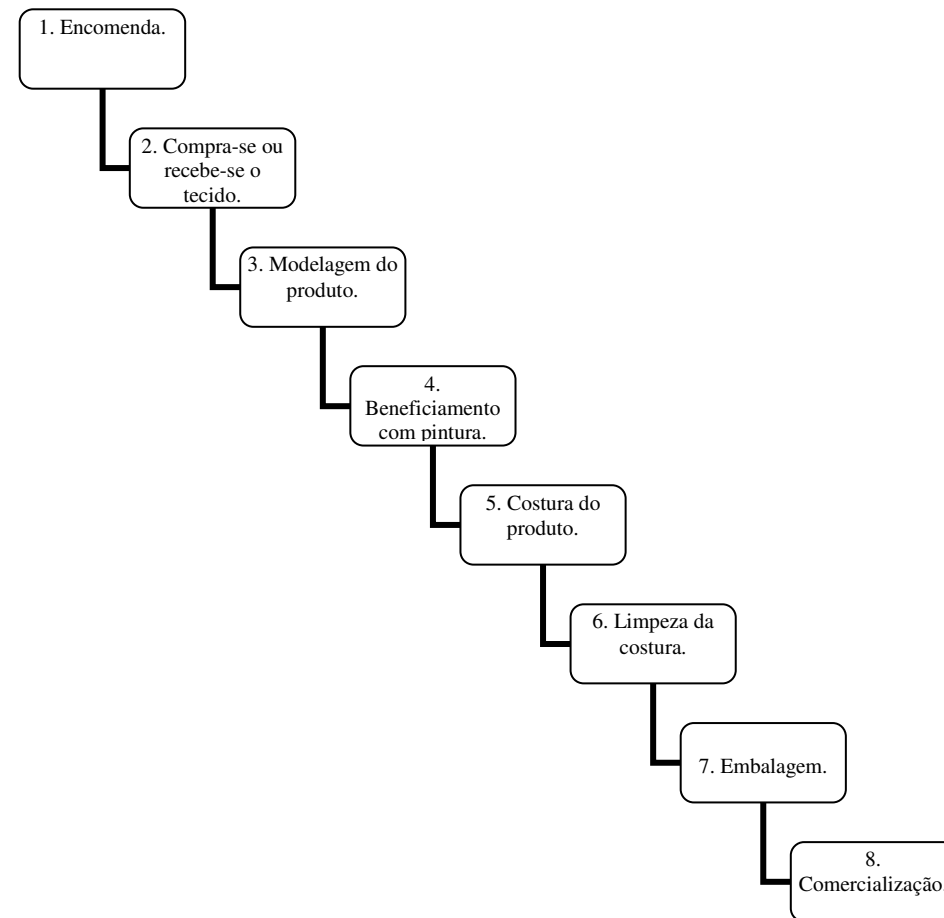
**Quadro 10: Fluxograma de Produção Marias do Ressurgir (produção de bijuteria)**



**Quadro 11: Fluxograma de Produção Marias do Ressurgir (produção de costura com beneficiamento em crochê)**



**Quadro 12: Fluxograma de Produção Marias do Ressurgir (produção de costura com beneficiamento em pintura)**



#### 4.4.3 COMERCIALIZAÇÃO

O eixo comercialização pesquisa aspectos relacionados à atividade comercial dos empreendimentos, de acordo com as seguintes categorias: apresentação dos produtos; local de venda; vendedores; produto mais vendido; preço do produto mais vendido; forma de pagamento.

Em relação à apresentação dos produtos, todos os empreendimentos a fazem por catálogos. E as vendas são realizadas em suas próprias sedes, porém, essa modalidade é considerada baixa por quase todos os pesquisados.

As principais vendas dos empreendimentos de Nova Iguaçu são oriundas de encomendas. No caso do Fio Nobre em grande parte são do Realice. No Trama e Raiz, além do Realice, são realizadas em eventos de que a cooperativa participa, como também para instituições sociais e empresas do Brasil e do Exterior.

Os empreendimentos da cidade do Rio de Janeiro merecem destaque na comercialização. No caso do Cerâmica Negra, até a primeira entrevista realizada com as artesãs no mês de janeiro de 2010, o empreendimento possuía um espaço para comercialização dos seus produtos localizado na Praça Pio X – Centro da cidade do Rio de Janeiro. Já na segunda entrevista realizada em maio de 2010, com Patrícia Lázaro, responsável pela comercialização do empreendimento, a sede central da ACB tinha mudado para um prédio com salas comerciais e sem loja na Cinelândia, também no Centro da Cidade do Rio de Janeiro. De acordo com Patrícia o endereço anterior com loja trazia sustentabilidade para o empreendimento, ou seja, as artesãs conseguiam pagar os seus próprios salários com as vendas dos seus respectivos produtos. Segundo ela, atualmente, as comercializações do Cerâmica são realizadas pela Rede Asta, para instituições do Rio de Janeiro e de outros estados, e na feira Rio Antigo,<sup>51</sup> na rua do Lavradio, no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, onde a própria Patrícia comercializa os produtos.

O Marias do Ressurgir se diferencia dos demais porque, além de realizar vendas por encomendas para o Realice e em eventos de que participa, possui outros dois “canais”: o

---

<sup>51</sup> A Feira Rio Antigo é um evento turístico/cultural tradicional da Rua do Lavradio, e seu trabalho prima pela requalificação sociocultural do Novo Rio Antigo através da Associação Pólo Novo Rio Antigo, e tem a brasilidade como sua principal característica. Ela se firmou no cenário cultural da cidade, encantando os visitantes com um belo passeio ao passado. É realizada todo primeiro sábado do mês. Disponível em: <http://www.feiramania.com.br> – Acesso em: 14/05/2010.



primeiro é o ponto comercial<sup>52</sup> no Shopping da Gávea, na zona sul da Cidade do Rio de Janeiro, onde a população apresenta um alto poder aquisitivo;<sup>53</sup> o segundo é nos bazares realizados duas vezes por ano nos hotéis Sheraton Barra, na Barra da Tijuca, e Othon Palace, em Copacabana, pois a ONG Ressurgir possui parceria com as respectivas redes hoteleiras.

Os preços dos produtos mais vendidos dos empreendimentos são bem divergentes. No Fio Nobre, são considerados caros para a realidade onde o grupo está localizado, mas a comercialização não é realizada na região onde o empreendimento está localizado, mas o seu processo de produção é muito demorado e depende do trabalho de cada artesã, o que encarece o produto. No Trama e Raiz é baixo, porque a “*eco-bag*” é o produto mais comercializado no momento pela cooperativa, caso o produto mais vendido fosse derivado da trama da bananeira, esse preço passaria para aproximadamente, R\$ 30,00, segundo Sandra Cavêdo, presidente da cooperativa. No Cerâmica Negra e no Ressurgir os preços estão condizentes com as suas realidades, uma vez que o primeiro trabalha com uma técnica artesanal muito peculiar, e o segundo com uma produção derivada de diversas técnicas artesanais, como o Fio Nobre, o que encarece um pouco os produtos do grupo.

Sobre a categoria forma de pagamento, com exceção do Trama e Raiz, quase todos os empreendimentos comercializam sob a forma de pagamento à vista, porém, no Cerâmica Negra e no Ressurgir também são aceitos pagamentos pelo cartão de crédito, uma vez que os mesmos possuem pontos comerciais.

Com a análise da organização comercial percebemos que nos dois empreendimentos do Rio de Janeiro as artesãs não possuem responsabilidades nas vendas. Vale ressaltar que a possibilidade de comercialização pelas artesãs pode ser mais viável no Cerâmica, pelo fato de a ACB possuir um ponto comercial na “Feira do Rio Antigo”. Seria interessante as artesãs se revezarem na comercialização, para que pudessem participar desse aspecto no empreendimento. E, no Marias, os eventos e bazares são uma possibilidade de comercialização dos respectivos produtos pelas artesãs. O que representaria um grande avanço seria a inserção de cada artesã pelo menos quinzenalmente no ponto comercial que o Marias disponibiliza no Shopping da Gávea, pois poderia representar uma certa

---

<sup>52</sup> Ponto comercial em contrato particular de comodato até o momento em que o shopping alugar o espaço.

<sup>53</sup> O bairro da Gávea apresenta o maior Índice de Desenvolvimento Humano da cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br> – Acesso em: 14/05/2010.

“participação” das mesmas, e até agregar nas vendas, pois de maneira geral toda composição e produção da mercadoria poderia ser explicada pela beneficiária direta da venda, que é a artesã.

Essa falta de responsabilidade comercial das artesãs nos empreendimentos do Rio de Janeiro caracteriza de certa forma falta de autonomia, típica na microempresa. O que poderá ocasionar no futuro até uma rotatividade de trabalhadores, comprometendo a sustentabilidade dos empreendimentos.

Em minha análise, o Ressurgir possui o melhor aspecto comercial, comparado aos outros três empreendimentos pesquisados. O Apêndice II apresenta uma tabela com as formas de comercialização dos EES da região metropolitana do Rio de Janeiro, que colabora para análise dessa categoria.

### Quadro 13: Comercialização dos Empreendimentos Econômicos Solidários

<b>Categorias</b>	<b>Fio Nobre</b>	<b>Trama e Raiz</b>	<b>Cerâmica Negra</b>	<b>Marias do Ressurgir</b>
<b>Apresentação dos produtos</b>	Catálogo elaborado pelo SEBRAE/RJ e pela Rede Asta	Catálogo elaborado pela cooperativa.	Catálogo elaborado pelo SEBRAE/RJ e fotos	Catálogo, <i>site</i> , <i>e-mail</i> , “boca a boca” e vitrine, na loja
<b>Local de Venda</b>	Na sede do grupo, feiras, eventos e na Rede Asta (no <i>site</i> e com as consultoras).	Na sede da cooperativa, em feiras e na Rede Asta (no <i>site</i> e com as consultoras).	Na “Feira do Lavradio”, em eventos e na sede da Ação Comunitária, no Centro da cidade do RJ.	Na sede da ONG Ressurgir, na loja do Shopping da Gávea e no Othon Palace de Copacabana.
<b>Quem vende</b>	Artesãs e consultoras da Rede Asta	Presidente da Cooperativa	Setor de Produto da Ação Comunitária do Brasil	Vendedoras da loja e voluntários
<b>Produto mais vendido</b>	Bolsa Arcos da Lapa – RJ	Bolsa “Eco-Bag”	Objeto decorativo “Pão-de-Açúcar”	Almofada Lap Top
<b>Preço do produto mais vendido</b>	R\$ 55,00	R\$ 7,00 (v) R\$ 6,00 (a)	R\$ 30,00	R\$ 50,00
<b>Forma de pagamento</b>	À vista	À vista ou com cheque no valor de 30% a 50% de entrada e o restante após a entrega	À vista e com cartão de crédito	À vista e com cartão de crédito

#### **4.4.4 CONTABILIDADE**

A contabilidade é realizada de uma maneira muito distante do sistema contábil tradicional, com metodologia especialmente concebida para captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de uma empresa. É apresentada na pesquisa como uma forma de mensurar os resultados financeiros diante da lógica dos respectivos empreendimentos do tipo solidários. Esse eixo aborda as seguintes categorias: controle financeiro; faturamento mensal; e retirada ou salário mensal do artesão.

Nas categorias faturamento bruto mensal e faturamento líquido mensal o Fio Nobre e o Trama e Raiz apresentaram características bem parecidas. Embora o primeiro não possua controle rígido nos itens: faturamento mensal e retirada ou salário mensal do artesão, pelo fato de trabalharem por sazonalidade e suas atividades serem realizadas de acordo com a demanda. O que pode justificar essa falta de controle é que o empreendimento funciona como geração de renda agregada para as artesãs, pois todas possuem outras remunerações de diferentes trabalhos que garantem sua sobrevivência. No Trama e Raiz tais controles são realizados de maneira muito rudimentar. Segundo sua presidente, em um mês no ano de 2006, o faturamento bruto do grupo chegou a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com uma exportação para a Itália, mas não soube explicar o líquido. Essa forma de controle mal organizado não deveria acontecer na cooperativa, uma vez que recebeu assessorias do ITCP/COPPE/UFRJ e do SEBRAE.

Porém, as artesãs da cooperativa não estavam preparadas para receber tais assessorias, porque, quando trabalhava como técnico da ITCP/COPPE/UFRJ, nos anos de 2006 e 2007, realizei por duas vezes esse tipo de assessoria no formato de oficina para a formação de preço e controle financeiro da cooperativa. Tive um grande prazer em realizar tais atividades e foi muito estimulante explicar para as artesãs como seria apresentado na lógica do mercado o seu respectivo produto e como poderiam preservar a sobrevivência da cooperativa pelo lado financeiro, sendo que a capacitação só foi realizada pelas artesãs que compunham a direção do Trama, e as que estavam na produção não possuíam grau de escolaridade necessário para acompanhar tais atividades. No decorrer das oficinas percebi dificuldades das artesãs em terem de lidar com o aspecto financeiro do empreendimento. Porém, algumas dessas dificuldades foram sanadas, mas com a prática diária muitas dessas

ficaram, porque tais controles ainda não são tão bem realizados pela cooperativa, o que pode ser um fator comprometedor para a sua sustentabilidade.

Em relação à categoria retirada ou salário, no Cerâmica Negra, as artesãs são contratadas pelo regime da CLT e recebem um salário mínimo por suas atividades, independente do grau de comercialização, vale ressaltar que no período de queda nas vendas do empreendimento, como aconteceu a partir da perda do ponto comercial, essa remuneração se mantém constante. Podemos considerar que esse fato pode ser uma vantagem do empreendimento que funciona no formato de oficina, porque apresenta uma remuneração definida, mas o grau de dependência da ONG que o fomentou ainda é amplo. No caso do Ressurgir, as artesãs recebem por aquilo que produzem, suas remunerações são sazonais como as dos empreendimentos de Nova Iguaçu.

De maneira geral, esse eixo da pesquisa não é muito bem explorado pelos empreendimentos, nem mesmo pelos que funcionam no formato oficina e possuem controladores/coordenadores, uma vez que não conseguem explicar com certa clareza o faturamento bruto. Em todos os empreendimentos pesquisados nenhum sabia informar o faturamento líquido. Esse aspecto pode ser modificado pela realização de um controle contábil mais elaborado por parte dos empreendimentos, não que seja o mesmo praticado pelas empresas, mas pelo menos que desse para mensurar o retorno financeiro dos empreendimentos em um determinado período no tempo.

O Apêndice II apresenta três tabelas com dados contábeis dos EES da região metropolitana do Rio de Janeiro, que de certa forma contribuem para a análise desse eixo. A primeira com o faturamento, dividido em quatro categorias, com início em sem faturamento até a categoria de R\$ 5.000,000 a R\$ 10.000,00. A segunda com os participantes que conseguem e não conseguem remuneração. E a terceira e última com a remuneração dos participantes em salários mínimos, com cinco categorias, a partir de 0 salário mínimo até de 2 a 5 salários mínimos.

#### Quadro 14: Contabilidade dos Empreendimentos Econômicos Solidários

<b>Categorias</b>	<b>Fio Nobre</b>	<b>Trama e Raiz</b>	<b>Cerâmica Negra</b>	<b>Marias do Ressurgir</b>
<b>Controle financeiro</b>	Sim	Sim	<i>“Sim. Pelo Setor de Produto da Ação Comunitária do Brasil.”</i>	<i>“Sim. Pelo Setor Financeiro da ONG.”</i>
<b>Faturamento mensal</b>	De R\$ 0,00 a R\$ 700,00	De R\$ 0,00 a R\$ 8.000,00	R\$ 700,00	R\$ 5.000,00
<b>Retirada ou salário mensal do artesão</b>	De R\$ 50,00 a R\$ 150,00	De R\$ 50,00 a R\$ 600,00	R\$ 510,00	R\$ 90,00

#### 4.4.5 ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

A articulação institucional pode ser considerada como uma característica de grande relevância para os empreendimentos, pois parte do sucesso dos mesmos deve-se às articulações mantidas com setores públicos e privados. Nesse eixo pesquisamos as categorias: reuniões do empreendimento; economia solidária; articulações com setores que promovem a economia solidária; articulação com setores políticos governamentais e locais; e articulação com o setor privado.

Segundo Freitas (2006), “a articulação entre estas múltiplas possibilidades de parcerias com agentes da sociedade e do poder público é fundamental para promover o desenvolvimento dos empreendimentos no setor produtivo artesanal” (FREITAS, 2006. p. 6).

Todos os empreendimentos possuem articulações, seja com poder político local ou regional, setores que promovem a economia solidária e até mesmo com o setor privado. Porém, o que é de causar espanto é que nem todos esses empreendimentos realizam reuniões esporádicas, e os seus assuntos na maioria dos casos são discutidos durante o processo de produção. O Trama e Raiz foi o mais estarrecedor, porque é uma cooperativa: essa questão é sempre lembrada, e mesmo assim não conseguiu esclarecer bem esse aspecto no momento da entrevista.

O significado de economia solidária foi bem explicado pelo Trama e Raiz e pelo Fio Nobre, porém, cada um respondeu da sua maneira. O Cerâmica Negra sabe o que significa, mas, segundo as artesãs, não conseguem explicar de maneira filosófica. No caso do Ressurgir, as artesãs não conseguiram responder a pergunta. Apesar de estarem inseridas em um empreendimento com a lógica solidária, as respostas a essa questão foram de maneira mais convincente com as suas realidades. Claro que os empreendimentos que tiveram mais capacitações e oficinas sobre economia solidária tendem a ter um grau mais elevado sobre esse conhecimento, o que não foi o caso do Marias do Ressurgir.

Um fator que faz crescer o movimento da economia solidária no país são as articulações políticas desse movimento. Para Antônio Oscar, pesquisador do Núcleo de Solidariedade – SOLTEC/UFRJ –, o principal fator da economia solidária é o fortalecimento dos fóruns, que é uma das formas de organização do movimento social da economia solidária. O único empreendimento pesquisado que participa desse tipo de atividade é o Cerâmica Negra, por estar inserido em uma instituição onde a economia solidária é pautada no formato de um movimento social através das suas oficinas produtivas. O Fio Nobre participava, porém, com a sazonalidade das suas vendas e com o valor da produção dos seus produtos serem considerados altos pela próprias artesãs, sua participação fica cada vez mais restrita. A cooperativa Trama e Raiz e o Marias do Ressurgir estão mais conectados com a lógica solidária pelo lado mercadológico. O primeiro tem participação muito pequena nesses movimentos. E o segundo nunca participou.

A categoria articulações com setores governamentais e de política local em todos os empreendimentos é bem difundida, embora no Fio Nobre essa modalidade não seja muito bem explorada, o que também não era para acontecer, uma vez que são oriundos de uma instituição católica com grandes laços locais, mas o fato que pode representar esse afastamento é o motivo de o grupo estar localizado em um bairro pobre da cidade de Nova Iguaçu, sem muita presença do poder local e pelo município não apresentar uma política de incentivo à economia solidária.

A articulação com o setor privado é outra categoria bem explorada por todos os empreendimentos, e mais uma vez o Fio Nobre ficou ausente. A cooperativa Trama e Raiz realizou uma exposição no Shopping Grande Rio, no município de São João de Meriti-RJ, no ano de 2006, sem que o shopping cobrasse o aluguel do espaço e ainda conseguiu comercializar bolsas com esse centro comercial para que o mesmo distribuísse aos seus

clientes quando comprovassem um determinado valor gasto no shopping, no ano de 2007. O Ressurgir possui parcerias com o Hotel Sheraton Barra e Othon Palace, na Cidade do Rio de Janeiro, para a comercialização dos seus produtos nos bazares promovidos pela rede de hotéis. E a sua maior parceria foi a concessão de um espaço comercial cedido pelo Shopping da Gávea para a comercialização dos produtos sem a cobrança de aluguel. O Cerâmica Negra, segundo a coordenadora de produto, Patrícia Lázaro, conseguiu importantes parcerias com a Shell e com a rede de varejo Renner.

A característica articulação institucional pode ser considerada a melhor das cinco pesquisadas pelo fato de os empreendimentos apresentarem grandes articulações, e o mais importante, consolidarem as mesmas por um bom tempo.

**Quadro 15: Articulação Institucional dos Empreendimentos Econômicos Solidários**

<b>Categorias</b>	<b>Fio Nobre</b>	<b>Trama e Raiz</b>	<b>Cerâmica Negra</b>	<b>Marias do Ressurgir</b>
<b>Reuniões do empreendimento</b>	Mensais, de acordo com a produção.	Geralmente acontecem de seis em seis meses.	Uma vez por semana.	Conversas diárias. Reuniões só em caso de necessidade.
<b>Economia solidária</b>	<i>“Participaram de capacitação com a temática, mas não conseguem explicar, porém, sabem que estão envolvidas na economia solidária”.</i>	<i>“Oportunidades de os artesãos receberem por aquilo que realmente trabalham, ou seja, o que não acontece quando trabalham para uma empresa de maneira formal, mas ainda existe uma grande briga de interesses”.</i>	<i>“Sabem o que significa, mas não conseguem responder filosoficamente”.</i>	Não sabem responder.
<b>Articulações com setores que promovem a economia solidária</b>	Sim. Participam de reuniões do SEBRAE. Onda Solidária, Instituto REALICE e Brasil Social, e já participaram do Fórum de Economia Solidária de Nova Iguaçu.	<i>“Sim. Embora no momento esteja ausente.”</i>	Sim. Reuniões do Realice e do SEBRAE. Fórum de Economia Solidária da Leopoldina.	Sim. Muito boa com o SEBRAE e a Rede Asta que faz a exposição dos produtos.
<b>Articulações com setores governamentais e de política local</b>	Não.	<i>“Sim, com a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, porém, o apoio é muito pequeno”.</i> SEBRAE (venda de produtos). FURNAS (exposição e vendas).	Com a Associação de moradores, pois apoiam e divulgam. Secretaria de Política para Mulheres da Presidência da República	Prefeitura do Rio e outras Instituições governamentais e sociais.
<b>Articulação com setor privado</b>	Não.	Shopping Grande Rio e Casa Cor (exposição e venda dos produtos). Orlean Revestimento (venda dos produtos).	Anima Top, Shell, Lojas Renner (venda dos produtos)	Hotel Sheraton Barra. Hotel Othon Palace, Shopping da Gávea (parceiros)



## 5 CONCLUSÃO

A economia solidária, um movimento de fomento à reinserção dos trabalhadores em situação de desempregos e daqueles que desejam um novo modelo de relação de trabalho pautado nas relações sociais e humanitárias, diferente dos moldes convencionais do mercado, tem no estado do Rio de Janeiro, principalmente na região metropolitana, grande parte dos empreendimentos de produção de artefatos artesanais; para ser mais preciso esse número corresponde a quase 50% dos empreendimentos do estado, sendo os municípios do Rio de Janeiro e de Nova Iguaçu os mais representativos, uma das razões que levaram à escolha dos empreendimentos dessas cidades para compor o estudo de caso dessa dissertação.

O artesanato apresentado por esses empreendimentos é da produção de objetos, artefatos de uso pessoal, de uso doméstico e de decoração, executados manualmente e com o auxílio de máquinas, por um grupo de pessoas que se organizam em oficinas, associações e cooperativas, para geração de trabalho e renda. E há casos em que a não utilização de certo tipo de máquinas tende até a reduzir um pouco o faturamento desses empreendimentos. E, para suprir essa deficiência técnica, esses empreendimentos tendem a realizar uma terceirização de parte da produção, e como consequência diminuem a sua margem de lucro.

Esse estudo mostrou que os empreendimentos solidários pesquisados são iniciativas da sociedade civil organizada estabelecida por instituições sociais, pois o que percebemos com a pesquisa é que em todas essas organizações o que mais importava era a geração de trabalho e renda para mulheres geralmente oriundas de locais que na maioria dos casos quase não são assistidos pelo poder público. Os empreendimentos são caracterizados por apresentarem mulheres chefes de famílias, com idade entre 35 a 45 anos, com ensino fundamental completo, moradoras de localidades de baixo poder aquisitivo, com média de um salário mínimo.

Com exceção das trabalhadoras do Cerâmica Negra, todas as artesãs possuem outras atividades em diferentes setores da economia, o que reforça a ideia de que os empreendimentos solidários na maioria dos casos funcionam como um meio de obtenção de renda suplementar, não como a principal fonte de renda para os participantes, mesmo porque em todos os empreendimentos pesquisados a sazonalidade

comercial é marcante, porém, no momento da pesquisa, em maio de 2010, o Marias do Ressurgir estava em um período de vendas elevadas, por possuir um ponto comercial em um shopping center, mas não era um local que o empreendimento poderia contar como certo, uma vez que o espaço estava emprestado pelo shopping, até que o mesmo alugasse e, caso isso acontecesse, a sazonalidade no aspecto comercial desse empreendimento também ocorreria.

As oficinas, o grupo e a cooperativa ajudam na composição do movimento da economia solidária, mas será que podemos dizer que os empreendimentos pesquisados nesse formato praticam a economia solidária? Na oficina que originou o Marias do Ressurgir as artesãs são remuneradas pela produção, e também recebem benefícios concedidos pela ONG da qual o empreendimento faz parte, mas será que a Associação Escola de Família Ressurgir sabe o que é economia solidária? Ou apenas pratica uma forma assistencial de geração de trabalho e renda através de um empreendimento social, que ao mesmo tempo pode ser uma outra maneira de arrecadação de fundos para manter suas atividades? Até porque as artesãs desse tipo de empreendimento não possuem o controle das atividades que fazem parte, o que pode diferenciá-los do grupo autônomo e da cooperativa. Em alguns casos as remunerações são até melhores; claro que os aspectos comerciais e das parcerias institucionais representam um fator primordial para que isso aconteça. O que foi constatado na pesquisa é que essas artesãs não estão preparadas para assumir o controle de tais atividades, e não há estímulos das mesmas, como também da instituição de que fazem parte, para realizarem esse procedimento. No caso do Cerâmica Negra, outra forma de oficina, porém localizado em uma instituição que tem participação no movimento da economia solidária, suas artesãs conhecem esse movimento e até mesmo participam das reuniões, mas com base na literatura não podemos dizer que se enquadram no formato de empreendimento econômico solidário, porque suas participações nesses empreendimentos são definidas pelo regime da CLT (e as mesmas recebem um salário mínimo vigente no país), e a economia solidária prega a autonomia por parte dos seus participantes, entretanto, as oficinas produtivas de geração de trabalho e renda são um mecanismo da economia solidária, mas nem todas são no formato utilizado pela ACB. Será que essas artesãs, sem a dependência da instituição de que fazem parte, conseguiriam remunerações maiores ou estariam como os grupos mais independentes trabalhando de acordo com a demanda? É muito relativo dizer como seria hoje o faturamento desse empreendimento sem a intervenção da instituição que o

fomenta, porque as decisões sobre os empreendimentos não são tomadas pelas artesãs, e isso de certa forma dificulta um pouco a análise. Seria interessante uma maior participação das artesãs em todos os processos que tangem ao empreendimento, para a partir daí sabermos se o grau de contribuição por parte das mesmas melhoram a gestão, para que no futuro essa atividade possa ser autogerida. Conclui-se que as oficinas podem limitar as capacidades de geração de renda das artesãs, mas, sendo mantidas por instituições sociais de grande respeitabilidade, criam uma relação de estabilidade ou até mesmo dependência por parte dessas participantes, por saberem de sua pouca capacidade de articulação, projetam na figura dos responsáveis dessas atividades a possibilidade de obterem sucesso nos seus respectivos empreendimentos, como colaboradoras e funcionárias.

O grupo autônomo e a cooperativa apresentam semelhanças no grau de independência das artesãs, tanto que nos dois casos todas possuem outras atividades remuneradas, mesmo porque não dependem dos empreendimentos como a principal fonte de renda, o que não acontecia no passado. Porém, o Trama e Raiz ainda possui dependência financeira de uma das instituições que o fomentou, o que foi esclarecido com a aquisição da nova sede para a cooperativa. É bom ressaltar que todas as parcerias são realizadas pela cooperativa sem a intervenção das instituições que ajudaram na sua fundação; claro que elas são ouvidas, mas a decisão final é sempre da cooperativa. O grupo Fio Nobre apresentou uma articulação institucional muito ruim, o que pode ser uma das causas da baixa produção do empreendimento no atual momento.

Quatro dos cinco eixos pesquisados apresentaram diferenças significativas, porém, as respostas extraídas das entrevistas e da observação não participante mostraram que os artesãos contribuíram muito com a pesquisa. O que não ficou claro foi a sustentabilidade de alguns empreendimentos pesquisados.

Na análise do eixo identificação, o que merece ser destacado é o tempo de existência desses empreendimentos: todos possuem mais de quatro anos, o que proporcionou em algumas entrevistas, como nos casos do Trama e Raiz e do Fio Nobre, momentos de reflexão por parte das artesãs (ambas analisaram o passado e o momento atual do empreendimento, pois a baixa dos dias atuais é comparada aos melhores períodos que tiveram no passado recente). Vale também ressaltar que o formato organizacional em oficinas diferenciou na remuneração das artesãs desses empreendimentos, porque o Cerâmica Negra apresenta uma vantagem significativa na forma de remuneração em

relação ao Ressurgir, pois todas as artesãs recebem um salário mínimo vigente no país R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais) por mês, e no Ressurgir essa remuneração está em torno de R\$ 90,00 (noventa reais) por mês, derivada da produção de cada artesã, que é realizada em média duas vezes por semana em uma jornada de quatro horas de trabalho, não todos os dias, como acontece com o Cerâmica Negra.

No eixo produção, percebemos que o Trama e Raiz e o Ressurgir tiveram um grande aporte de capital, no entanto, isso não pode ser considerado um aspecto de sucesso para os dois, porque o Trama e Raiz não passa por um momento comercial muito bom, porém, o Marias do Ressurgir hoje desfruta dos investimentos feitos no passado para atender as demandas dos seus respectivos “canais” de comercialização. Sobre a quantidade produzida o Fio Nobre apresenta uma demanda muito sazonal, já o Trama e Raiz apresenta uma alta produção, mas não do produto que leva a sua identidade (composição com fibra da bananeira), o que gera pouco valor para a marca da cooperativa, mesmo assim, conseguem remunerar as artesãs. Já o Cerâmica Negra, por desenvolver outro tipo de produto, com técnica artesanal quase na sua totalidade manual, bem diferente dos demais, a quantidade produzida é menor do que os outros empreendimentos citados.

Outro aspecto que podemos destacar no eixo produção foi a organização das atividades pelas artesãs descritas no fluxograma de produção, pois todos os empreendimentos conseguiram esclarecer de uma maneira clara como fazem os seus produtos. E dentre os pesquisados o único que tem praticamente todas as etapas da produção realizadas na sua sede é o Cerâmica Negra, pelo seu tipo de artesanato, cujo “ponto chave” é a criatividade do artesão e a maneira organizacional como está estabelecido.

Para concluir esse eixo vale lembrar que os locais de produção (sedes) dos empreendimentos são bem organizados, no entanto, os localizados no Rio de Janeiro e o Trama e Raiz possuem boas instalações, fato que deve ser relacionado à preocupação com a ergonomia do trabalho.

No eixo comercialização o que mereceu maior destaque foi o Marias do Ressurgir, por causa das parcerias realizadas que proporcionaram espaço comercial em um *shopping center*, bazares em rede de hotéis e venda por catálogos; esse conjunto de ações comerciais, segundo o coordenador das oficinas, proporcionou um aumento do faturamento do grupo. Devemos também citar que o Trama e Raiz e o Fio Nobre, no

passado recente, participavam de algumas versões do *Fashion Business*,<sup>54</sup> obtendo melhores resultados comerciais do que os apresentados atualmente na pesquisa.

A contabilidade merece um destaque negativo por ser o pior eixo pesquisado, mesmo porque interfere na sustentabilidade econômica dos empreendimentos. Nos que funcionam no formato de oficina no Rio de Janeiro, parece que as finanças estão agregadas às suas organizações ou fazem parte do processo gerencial das mesmas, o que é um grande erro, pois são atividades diferentes, mesmo sendo em alguns casos mantidas com recursos dessas organizações, pois de certa forma pode impossibilitar o controle financeiro dos empreendimentos. A melhor maneira seria separar as finanças desses empreendimentos das organizações que os fazem parte para sabermos de fato qual o faturamento obtido pelos mesmos e se essas atividades obtêm ou poderão obter sustentabilidade. No grupo e na cooperativa de Nova Iguaçu, esse aspecto também não é muito bem gerido. Nos dois casos, seria interessante formular uma nova capacitação em “contabilidade e finanças”, com a metodologia participativa. Porque uma capacitação estruturada pelas próprias artesãs em conjuntos com os técnicos que prestam assessorias para esses empreendimentos poderia ter uma maior utilidade nos mesmos e conseqüentemente melhorar a gestão. Porque as técnicas de gestão utilizadas pelas assessorias dadas a esses empreendimentos de acordo com as próprias artesãs, não são bem aproveitadas. Haja vista que muitas das quais só possuem o ensino fundamental. É preciso então formular uma metodologia participativa em gestão administrativa e financeira para os empreendimentos de produção de artefatos artesanais, uma vez que a gestão desses empreendimentos é muito mal organizada.

Por fim, a articulação institucional, que é o melhor eixo apresentado pelos empreendimentos pesquisados, como também proporcionou entender que os empreendimentos sabem e esperam da economia solidária.

De certa forma as parcerias desempenham para os empreendimentos do tipo solidário um alto grau de importância. O que em alguns casos pode ser bem diferente dos empreendimentos comerciais sem o caráter social, porque essas parcerias na maioria dos casos são propulsoras de comercializações para esses empreendimentos. E em grande

---

<sup>54</sup> Consolidada como a maior e mais expressiva bolsa de negócios da indústria da moda da América Latina, reúne várias marcas do setor de confecção. Disponível em: <http://www.fashionbusiness.com.br> – Acesso em: 10/06/2010.

parte a sustentabilidade dos mesmos estão diretamente ligados as suas relações institucionais.

Esse eixo, que é o melhor apresentado pela pesquisa, tem dois destaques. O primeiro e negativo é que o grupo Fio Nobre chamou a atenção por ser o empreendimento que não possui articulação com os setores governamentais e com o setor privado, o que, de acordo com a pesquisa, justifica o mau momento comercial por que o empreendimento passa e a falta de perspectiva futura para a realização das suas atividades de uma forma mais gradual, não esporádica como acontece hoje. O segundo é que, dentre os três empreendimentos que apresentaram boas relações institucionais, o Marias do Ressurgir obteve destaque em relação ao grau das suas articulações, por essas impactarem positivamente nos aspectos econômicos do empreendimento, uma vez que o objetivo da pesquisa é avaliar os aspectos econômicos dos empreendimentos solidários do artesanato. Mas uma pergunta não foi respondida nas entrevistas. Com a boa avaliação econômica desse empreendimento, sendo o que apresenta o melhor aspecto comercial, por que o Marias do Ressurgir apresenta a pior remuneração dos seus artesãos, dentre os empreendimentos pesquisados? Essa resposta não foi justificada com investimentos em imobilizados (máquinas e equipamentos), nem em outro tipo de investimentos. O que reforça a ideia de que em alguns casos esses empreendimentos “abrigados” em ONG possuem duas “vias”: a primeira de geração de trabalho e renda para os seus participantes, e a segunda como forma de captação de recursos para as instituições que fazem parte deles, para a realização das suas atividades assistenciais com os seus beneficiários. Essa mesma consideração também serve para o Cerâmica Negra, porém, atualmente, o empreendimento passa por um momento inverso em que a ACB financia o empreendimento. O que também justifica dependência dessas oficinas das ONGs de que fazem parte.

Através da análise dos cinco eixos pesquisados, a pesquisa traz como propostas dois procedimentos que podem traduzir em melhorias para os empreendimentos econômicos solidários. A primeira é a construção de oficinas e assessorias de gestão contábil e financeira através de metodologias participativas com os empreendimentos, para que essas atividades realmente possam atender os anseios na gestão dessas organizações, e que tenham significância, para não ser uma atividade construída de maneira “vertical”, onde os empreendimentos são atendidos em um formato de consultoria, e o modelo de assistência dado aos mesmos é replicado, e em muitos casos não são respeitadas as

peculiaridades dos EES. Com isso esse tipo de assessoria realmente terá uma significância para essas organizações, e de uma maneira geral poderá trazer melhorias no aspecto organizacional e financeiro para esses empreendimentos. A segunda seria a questão da articulação institucional, que na pesquisa apresentou o melhor resultado dentre os demais eixos pesquisados. É uma das características que deve ser muito bem analisada e trabalhada pelos empreendimentos do tipo solidário, pois, além de representar uma forma de divulgação dessas atividades, interferem significativamente na produção e na comercialização dos EES, e até mesmo em alguns casos mantém a sustentabilidade dos mesmos. E a principal proposta para esse eixo é o fortalecimento do movimento político da economia solidária com a participação desses empreendimentos nos fóruns regionais, estadual e até mesmo nacional da temática, pois além de fortalecer o empreendimento, poderá até promover políticas públicas para a economia solidária e beneficiar diretamente e indiretamente todos os membros envolvidos na temática.

Tendo essas conclusões podemos dizer que a relevância econômica dos empreendimentos solidários do artesanato que funcionam no formato de oficinas para os seus participantes é menor do que a relevância das instituições sociais onde esses empreendimentos estão localizados. Sabemos que os empreendimentos artesanais são um meio de geração de trabalho e renda para esses artesãos, mas o grau de dependência, a falta de autonomia e a questão da sustentabilidade colocam essas atividades como “mais um projeto” da instituição social de que fazem parte, não como uma atividade de empreendimento para esses artesãos, objetivando no futuro atingirem a autogestão, mesmo porque no contexto das ONGs essas atividades estão em formato de projetos, mas no contexto comercial do “mercado” essas atividades são consideradas empreendimentos. Na realidade, de acordo com a literatura, esses empreendimentos no formato oficina podem ser considerados espaço de capacitação, reunião social e até mesmo locais de geração de trabalho e renda, porém, um pouco distante do objetivo a que a economia solidária se propõe.

Nos EES de Nova Iguaçu a relevância econômica dos mesmos para os seus artesãos é muito mais significativa do que as instituições que o fomentaram. No Fio Nobre, as artesãs pouco falam dessas instituições, mesmo porque esse empreendimento é o que apresenta o menor grau de articulações institucionais no momento, e a remuneração é muito sazonal. Esse grupo possui uma relevância econômica na vida dessas

participantes, pois através dele conseguem nos dias atuais uma renda agregada que pode ser considerada pequena, mas no passado recente algumas tiveram no grupo sua única fonte de renda, e muitas ainda pensam alcançar isso no futuro. Claro que precisam melhorar em diversos aspectos, principalmente na gestão contábil e nas articulações institucionais, porém, o que os difere dos empreendimentos do Rio de Janeiro que funcionam no formato de oficina é o seu grau de autonomia, onde todas as participantes tomam as decisões desse empreendimento, e esse caráter revela a relevância econômica na vida dessas artesãs, pois as mesmas não são colaboradoras ou funcionárias desses empreendimentos, elas são o empreendimento.

No caso da cooperativa podemos destacá-la como o melhor empreendimento que responde à pergunta da pesquisa, que é: qual é a relevância econômica dos empreendimentos solidários do artesanato para os seus participantes na perspectiva da economia solidária? Porque tanto no passado como no presente, mesmo com a relação de dependência dessa cooperativa da ONG que a fomentou, principalmente ocasionada por questões gerenciais no momento da formação, sua relevância econômica para os seus participantes é conquistada e aperfeiçoada no dia a dia, mesmo com os erros que foram analisados na gestão contábil e financeira. Os fatores que marcam esse empreendimento como o que apresentou a melhor resposta à pergunta da pesquisa é o seu tipo de organização no formato de cooperativa, o que traz um melhor controle democrático das atividades, remunerações e investimentos. Mesmo em alguns casos onde a maior parte das artesãs possui outras atividades para o seu sustento, pelo momento em que a cooperativa passa, mas o Trama e Raiz tem uma relevância muito grande na vida dessas artesãs. Claro que isso também ocorre nos outros empreendimentos pesquisados, mas a diferença do Trama e Raiz é a sua independência e o seu formato organizacional, pois além de serem fundadoras poderão ser propulsoras da sustentabilidade desse empreendimento, em detrimento dos demais pesquisados, criando assim uma maior significância na vida dos seus participantes, que consequentemente poderão e atingir a gestão democrática.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Marcelo de Paiva (organizador). *A ordem do progresso*, Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha e VARANDA, Ana Paula de Moura (organizadores). *Tecnologia social, autogestão e economia solidária*. Rio de Janeiro : FASE | Ippur | Lastro | UFRJ, 2009.
- BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha e VARANDA, Ana Paula de Moura (organizadores). *Tecnologia social, economia solidária e políticas públicas*. – 1. ed. - Rio de Janeiro : FASE : IPPUR, UFRJ, 2009.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 10. ed. – São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CATANHEDE, C. *Administração e gerência: do artesanato a automação*. Rio de Janeiro: FGV, 1983.
- CASTANHEDO, C. *Administração e gerência: do artesanato a automação*. São Paulo: Atlas, 1990.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982, p. 187-197.
- CORAGGIO, J. L. *La economía social como vía para otro desarrollo local*. Documento de lanzamiento del debate sobre “Distintas propuestas de economía social” em Urbared, Red de Políticas Sociales, 2002. Disponível em: [www.urbared.ungs.edu.ar](http://www.urbared.ungs.edu.ar). Acesso em 15/07/2010.
- CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa. Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2. ed., Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DÉTIENNE, Marcel e VERNANT, Jean Pierre. *Métis – As astúcias da inteligência*. Odysseus, 2008.
- ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- FARID, EID - *Economia solidária e políticas públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo*. VIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, São Paulo, 2003.

- FRANÇA, Filho Genauto Carvalho, LAVILLE, Jean-Louis, MEDEIROS, Alzira e MAGNEN, Jean-Phillipe. (organizadores). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. – Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.
- FEIJÓ, Carmen (organizador). *Para entender a conjuntura econômica*, São Paulo: Manole, 2008.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio Século XXI: O minidicionário da língua portuguesa*. 4. ed. Ver. Ampliada – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. *História do plano real*, 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2003.
- FREITAS, Ana Luiza Cerqueira. *A engenharia de produção no setor artesanal*. XXVI ENEGEP. Fortaleza, CE. Brasil. 2006.
- FURTADO, Milton Braga. *Síntese da economia brasileira*, 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.
- GODOY, A. S. “Estudos de caso qualitativo”. In GODOI, C. K., MELLO, R. B. de SILVA. A. B. da (eds.). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais. Paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo: Saraiva. 2005.
- GONÇALO, Guimarães. *Ossos do ofício: cooperativas populares em cena aberta*. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE/UFRJ 2002.
- GUÉRIN, F. *Compreender o trabalho para transforma-lo: a prática da ergonomia* F. Guérin...[et al.]; tradução Giliane M. J. Ingratta, Marcos Maffei. - São Paulo: Blucher: Fundação Vanzolini, 2001.
- HESPANHA, Pedro (org.). *Dicionário internacional da outra economia*. São Paulo: Almedina, 2009.
- JANNUZZI, Paulo Martino. *Indicadores sociais no Brasil*, 3. ed. São Paulo: Alínea, 2004.
- KRAYCHETE, Gabriel e AGUIAR, Kátia (organizadores). *Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégia de formação*. 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2007.
- LIANZA, Sidney e ARDDOR, Felipe. (Org.). *Tecnologia e desenvolvimento social e solidário*. 1. ed. PORTO ALEGRE: Editora da UFRGS, 2005, v. 1.

- LISBOA, A. M. – *Economia solidária hoje: significado e perspectivas* - 2004  
<http://www.cse.ufsc.br/~gecon/>. Acesso em: 10/07/2010.
- MANCE, Euclides André. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Ed.Vozes, 1999.
- MANCE, Euclides André (org.). *Como organizar redes solidárias*. – Rio de Janeiro: DP&A, Fase, IFil, 2003.
- MANZINI, Ezio. *Design para a inovação social e sustentabilidade: comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais*. Rio de Janeiro: E-papers, 2008. (Cadernos do Grupo de Altos Estudos; v. 1).
- MARTINS, Gilberto de Andrade. *Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- MEDEIROS, Alzira e MAGNEN, Jean Philippe (organizadores). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- MELO, Francisco de Paulo de Neto. *Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.
- NOVA ENCICLOPÉDIA BARSA (volume 1) São Paulo: *Encyclopædia Britannica do Brasil Publicações Ltda*, 1998. p. 92 e 93.
- OLIVEIRA, Rafael da Silva Oliveira (organizador). *Baixada Fluminense: novos estudos e desafios*. Rio de Janeiro: Paradigma, 2004.
- PAULIANI, Leda Maria. *A nova contabilidade social*. São Paulo: Saraiva, 2001.
- PINTO, J. R. L., 2004, *Economia Solidária: um elogio à associação em tempos de crise*. Tese de D.Sc., Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- POCHMANN, Márcio. *Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites*. IPEA, 2004. Disponível em < [http://desafios2.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt\\_24g.pdf](http://desafios2.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_24g.pdf) > Acesso em: 06/07/2010.
- PROENÇA, Graça. *Descobrimo a história da arte*. 1. ed. – São Paulo: Ática . 2008. p 190.
- RAZETO, L. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. *Revista Proposta*, n.º 75, dez/fev. de 97-98.

- ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto. *A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismo para avaliação dos resultados* / Marua Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo Arnoldi. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- ROSSETTI, José Pachcoal. *Introdução à economia*. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- SANDRIONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Best Seller, 2002.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização do pensamento único a consciência universal*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SENNETT, Richard. *O artífice*. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- SICSÚ, João (organizador). *Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?)*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SICSÚ, João & VIDOTTO, Carlos (organizadores). *Economia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- SINGER, P. I. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo, Editora Contexto, 1999. 3ª ed.
- SINGER, P. I. *Introdução à economia solidária*. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SLACK, Nigel. *Administração da produção*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- STRAUSS, A.; CORBIN, J. *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- TAUILE, José Ricardo. *Trabalho, autogestão e desenvolvimento: escritos escolhidos 1981 – 2005*. [org] Marcelo Paixão e Rodrigo Castelo. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.
- THIOLLENT, Michel. 1997. *Pesquisa-ação nas organizações*. São Paulo: Ed. Atlas.
- THOMPSON, Andrade Almeida e SERRA, Rodrigo Valente organizadores, *Cidades médias brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA. 2001.
- TÔRRES, Gênesis. *Baixada Fluminense: A construção de uma história – sociedade, economia e política*. Organizador – São João de Meriti, RJ: IPAHB, ed. 2004.
- UNISINOS – Grupo Ecosol – [www.ecosol.org.br](http://www.ecosol.org.br) Acesso em 16/10/2009.

VERGARA, *Sylvia Constant*. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ZAOUAL, Hassan. *Globalização e diversidade cultural*. São Paulo: Cortez 2003.

ZAOUAL, Hassan. *Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

## **APÊNDICE I**

### **Roteiro semi-estruturado de entrevistas**

#### **1. Histórico do Empreendimento**

- 1.1 O que é o empreendimento?
- 1.2 Há quanto tempo existe?
- 1.3 Quantidade de pessoas envolvidas?
- 1.4 Qual é o regime jurídico do grupo?
- 1.5 O que o grupo entende por economia solidária?

#### **2. Produto**

- 2.1 O que produz?
- 2.2 Qual a quantidade produzida por semana ou por mês?
- 2.3 Quais são as atividades realizadas coletivamente e quais individualmente?

#### **3 Investimentos?**

- 3.1 Onde produz? (aluguel, casa, galpão ou etc.)
- 3.2. Quais são os equipamentos e máquinas necessários?
- 3.3 Qual o custo aproximado desse investimento?
- 3.4 Como é feito o processo de depreciação (trocas) para as dessas máquinas?

#### **4. Processo de Produção**

- 4.1 Como é realizado o processo de produção?
- 4.2 Quantas pessoas estão envolvidas diretamente?
- 4.3 Quantas estão envolvidas indiretamente?
- 4.4 Quais são as principais matérias-primas?
- 4.5 Quanto custam em média?
- 4.6 Como pagam? À vista ou à prazo?

## **5. Comercialização**

- 5.1 Quais são os principais pontos de venda?
- 5.2 Quais são os produtos mais vendidos?
- 5.3 Quem vende os produtos?
- 5.4 Como é a forma de apresentação do produto?
- 5.5 Faturamento mensal?
- 5.6 Faturamento anual?

## **6. Organização Administrativa**

- 6.1 Como é a organização do grupo?
- 6.2 Há um controle financeiro?
- 6.3 Há um controle de estoque?
- 6.4 Há articulação política com instituições que compõe a Economia Solidária.  
Como?
- 6.5 Há articulação política com o poder local? Como?

**APÊNDICE II: DADOS DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO SEGUNDO O ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA DE 2007 DA SENAES/MTE.**

**FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E APOIO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO**

**Tabela 10: Formas de Organização dos Empreendimentos Econômicos Solidários (região metropolitana do Rio de Janeiro)**

Municípios da Região Metropolitana do RJ	Associação	Cooperativas	Grupo Informal	Outras formas de Organização	Total
Rio de Janeiro	15	19	162	2	198
Nova Iguaçu	10	7	136	1	154
Duque de Caxias	6	5	77	0	88
São Gonçalo	4	6	16	0	26
Mesquita	0	2	20	0	22
Guapimirim	3	0	2	0	5
Japeri	3	0	2	0	5
Nilópolis	3	0	2	1	6
Mangaratiba	3	0	2	0	5
Seropédica	3	0	4	0	7
São João de Meriti	3	0	17	2	22
Maricá	2	1	3	0	6
Tanguá	2	1	8	0	11
Itaguaí	2	0	6	0	8
Niterói	2	3	10	0	15
Itaboraí	1	0	10	0	11
Queimados	1	0	4	0	5
Magé	1	2	6	0	9
Paracambi	1	0	3	0	4
Belford Roxo	1	1	14	0	16
Total	66	47	504	6	623

Fonte: MTE/SENAES - Atlas da Economia Solidária /2007.



**Tabela 11: Acesso à Apoio (Assessoria e Assistência Técnica) dos Empreendimentos Econômicos Solidários (região metropolitana do Rio de Janeiro)**

Municípios da Região Metropolitana do RJ	Empreendimento Econômico Solidário com Acesso
Rio de Janeiro	133
Nova Iguaçu	76
Duque de Caxias	44
São João de Meriti	13
Mesquita	15
São Gonçalo	18
Magé	4
Guapimirim	2
Itaboraí	7
Niterói	14
Tanguá	10
Maricá	3
Japeri	5
Queimados	5
Itaguaí	8
Nilópolis	4
Seropédica	6
Belford Roxo	10
Mangaratiba	4
Paracambi	4
Total	385

Fonte: MTE/SENAES - Atlas da Economia Solidária /2007

**Tabela 12: Formas dos Apoios recebidos pelos Empreendimentos Econômicos  
Solidários (região metropolitana do Rio de Janeiro)**

Municípios da Região Metropolitana do RJ	ONG	Órgão Governamental	Universidade	Sistemas	Movimento Sindical	Outros	Total
Rio de Janeiro	69	33	19	16	1	0	138
Nova Iguaçu	33	11	12	23	0	1	80
Duque de Caxias	21	9	4	9	1	0	44
São João de Meriti	7	4	20	3	0	0	34
Mesquita	8	3	4	7	1	0	23
São Gonçalo	12	6	1	1	0	1	21
Magé	0	0	0	1	0	2	3
Guapimirim	0	2	0	2	0	0	4
Itaboraí	4	2	0	1	0	0	7
Niterói	6	6	6	2	0	0	20
Tanguá	7	2	0	1	0	0	10
Maricá	0	2	0	1	0	0	3
Japeri	1	3	1	1	0	0	6
Queimados	2	1	0	2	0	0	5
Itaguaí	2	7	1	0	0	0	10
Nilópolis	1	1	1	3	0	0	6
Seropédica	2	4	3	2	0	1	12
Belford Roxo	7	0	3	2	1	0	13
Mangaratiba	1	2	0	1	0	0	4
Paracambi	3	2	1	1	0	0	7
<b>Total</b>	<b>186</b>	<b>100</b>	<b>76</b>	<b>79</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>450</b>

Fonte: MTE/SENAES - Atlas da Economia Solidária /2007

**INVESTIMENTOS DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS  
DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO**

**Tabela 13: Origem dos Recursos dos Investimentos dos Empreendimentos  
Econômicos Solidários (região metropolitana do Rio de Janeiro)**

Municípios da Região Metropolitana do RJ	Associados	Empréstimos	Doações	Total
Rio de Janeiro	91	28	71	190
Nova Iguaçu	127	4	16	147
Duque de Caxias	67	2	15	84
São João de Meriti	16	0	4	20
Mesquita	13	1	3	17
São Gonçalo	15	4	7	26
Magé	5	0	3	8
Guapimirim	4	0	1	5
Itaboraí	5	0	5	10
Niterói	10	0	6	16
Tanguá	2	0	0	2
Maricá	2	0	3	5
Japeri	4	1	0	5
Queimados	3	0	2	5
Itaguaí	2	0	5	7
Nilópolis	6	1	0	7
Seropédica	2	1	2	5
Belford Roxo	13	1	2	16
Mangaratiba	5	0	0	5
Paracambi	2	2	0	4
<b>Total</b>	<b>394</b>	<b>45</b>	<b>145</b>	<b>584</b>

Fonte: MTE/SENAES - Atlas da Economia Solidária /2007

**Tabela 14: Classificação dos Valores dos Investimentos dos Empreendimentos  
Econômicos Solidários (região metropolitana do Rio de Janeiro)**

Municípios da Região Metropolitana do RJ	R\$ 0,00	R\$ 1,00 a R\$ 1.000,00	R\$ 1.001,00 a R\$ 10.000,00	R\$ 10.001,00 a R\$ 100.000,00	Total
Rio de Janeiro	8	37	41	13	99
Nova Iguaçu	4	38	29	2	73
Duque de Caxias	3	11	7	4	25
São João de Meriti	0	6	6	1	13
Mesquita	0	8	2	0	10
São Gonçalo	2	1	5	1	9
Magé	0	2	0	0	2
Guapimirim	0	0	1	1	2
Itaboraí	0	0	0	0	0
Niterói	2	3	1	2	8
Tanguá	0	0	1	0	1
Maricá	0	0	0	0	0
Japeri	0	0	1	1	2
Queimados	0	2	0	0	2
Itaguaí	0	2	1	0	3
Nilópolis	0	1	1	1	3
Seropédica	0	2	2	0	4
Belford Roxo	0	8	0	0	8
Mangaratiba	0	0	0	0	0
Paracambi	0	0	1	0	1
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>121</b>	<b>99</b>	<b>26</b>	<b>265</b>

Fonte: MTE/SENAES - Atlas da Economia Solidária /2007

**FORMAS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS  
ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE  
JANEIRO**

**Tabela 15: Formas de Comercialização dos Empreendimentos Econômicos  
Solidários (região metropolitana do Rio de Janeiro)**

Municípios da Região Metropolitana do RJ	Venda direta ao Consumidor	Entrega a revendedores	Venda a órgão governamental	Trocas com outros empreendimentos solidários	Vendas a outros empreendimentos solidários	Total
Rio de Janeiro	175	13	0	0	2	190
Nova Iguaçu	133	10	0	1	3	147
Duque de Caxias	83	4	0	0	0	87
São João de Meriti	19	0	0	0	0	19
Mesquita	16	5	0	0	0	21
São Gonçalo	13	9	1	0	0	23
Magé	9	0	0	0	0	9
Guapimirim	5	0	0	0	0	5
Itaboraí	8	3	0	0	0	11
Niterói	12	3	1	0	0	16
Tanguá	8	3	0	0	0	11
Maricá	6	0	0	0	0	6
Japeri	5	0	0	0	0	5
Queimados	4	1	0	0	0	5
Itaguaí	7	0	0	0	0	7
Nilópolis	7	0	0	0	0	7
Seropédica	4	3	0	0	0	7
Belford Roxo	14	0	0	0	0	14
Mangaratiba	5	0	0	0	0	5
Paracambi	4	0	0	0	0	4
<b>Total</b>	<b>537</b>	<b>54</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>599</b>

Fonte: MTE/SENAES - Atlas da Economia Solidária /2007

**CLASSIFICAÇÃO DO FATURAMENTO MENSAL DAS ATIVIDADES DOS  
EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA REGIÃO  
METROPOLITANA DO RJ**

**Tabela 16: Classificação do Faturamento Mensal das Atividades dos  
Empreendimentos Econômicos Solidários (região metropolitana do Rio de Janeiro)**

Municípios da Região Metropolitana do RJ	Sem faturamento	Até R\$ 1.000,00	De R\$ 1.000,00 a R\$ 5.000,00	De R\$ 5.000,00 a R\$ 10.000,00	Total
Rio de Janeiro	64	31	45	17	157
Nova Iguaçu	49	20	46	10	125
Duque de Caxias	31	14	18	14	77
São João de Meriti	9	4	7	2	22
Mesquita	6	3	5	4	18
São Gonçalo	5	4	13	3	25
Magé	4	1	1	1	7
Guapimirim	4	0	0	1	5
Itaboraí	4	0	0	0	4
Niterói	3	3	7	0	13
Maricá	3	0	0	0	3
Japeri	3	0	1	0	4
Queimados	3	2	0	0	5
Itaguaí	2	0	1	4	7
Nilópolis	2	0	2	1	5
Seropédica	2	2	2	0	6
Belford Roxo	1	4	6	1	12
Mangaratiba	1	0	3	1	5
Paracambi	1	1	1	0	3
Tanguá	3	1	3	1	8
<b>Total</b>	<b>200</b>	<b>90</b>	<b>161</b>	<b>60</b>	<b>511</b>

Fonte: MTE/SENAES - Atlas da Economia Solidária /2007

## REMUNERAÇÃO DOS ASSOCIADOS DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RJ

**Tabela 17: Associados que conseguem e não conseguem remuneração nos  
Empreendimentos Econômicos Solidários (região metropolitana do Rio de Janeiro)**

Municípios da Região Metropolitana do RJ	Associados que conseguem remuneração	Associados que não conseguem remuneração	Total
Rio de Janeiro	126	62	188
Nova Iguaçu	136	14	150
Duque de Caxias	80	17	97
São João de Meriti	18	0	18
Mesquita	18	3	21
São Gonçalo	15	13	28
Magé	7	2	9
Guapimirim	4	0	4
Itaboraí	6	2	8
Niterói	10	6	16
Maricá	2	4	6
Japeri	3	2	5
Queimados	4	0	4
Itaguaí	4	4	8
Nilópolis	6	1	7
Seropédica	6	1	7
Belford Roxo	14	2	16
Mangaratiba	0	5	5
Paracambi	4	0	4
Tanguá	8	8	16
<b>Total</b>	<b>471</b>	<b>146</b>	<b>617</b>

Fonte: MTE/SENAES - Atlas da Economia Solidária /2007

**Tabela 18: Classe de remuneração de salário mínimo dos Empreendimentos  
Econômicos Solidários (região metropolitana do Rio de Janeiro)**

Município RJ	0 salário mínimos	½ salário mínimos	½ a 1 salário mínimos	1 a 2 salário mínimos	2 a 5 salário mínimos	Total
Rio de Janeiro	87	75	19	13	7	201
Nova Iguaçu	23	78	33	15	5	154
Duque de Caxias	12	51	17	5	3	88
São João de Meriti	4	9	5	2	2	22
Mesquita	6	7	3	6	0	22
São Gonçalo	17	3	4	2	0	26
Magé	2	6	1	0	0	9
Guapimirim	0	2	2	1	0	5
Itaboraí	6	3	1	0	1	11
Niterói	7	5	1	2	1	16
Maricá	4	0	2	0	0	6
Japeri	2	0	2	1	0	5
Queimados	1	4	0	0	0	5
Itaguaí	4	2	2	0	0	8
Nilópolis	2	2	3	0	0	7
Seropédica	1	3	1	2	0	7
Belford Roxo	2	9	4	1	0	16
Mangaratiba	5	0	0	0	0	5
Paracambi	0	2	2	0	0	4
Tanguá	8	1	1	1	0	11
Total	193	262	103	51	19	628

Fonte: MTE/SENAES - Atlas da Economia Solidária /2007



## ANEXO I: DADOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Município	Área territorial (km <sup>2</sup> ) <sup>[3]</sup>	População (2008) <sup>[1][2]</sup>	PIB (2005) <sup>[5]</sup>	IDH-M (2000) <sup>[4][10]</sup>	Instalação
Belford Roxo	80	503.102	2.989.323.000,00	0,742 médio	01.01.1993
Duque de Caxias	465	872.762	18.309.545.000,00	0,753 médio	01.07.1974 (LC N.020)
Guapimirim	361	49.748	300.325.000,00	0,739 médio	01.01.1993
Itaboraí	424	225.309	1.246.066.000,00	0,737 médio	01.07.1974 (LC N.020)
Itaguaí	272	103.515	2.508.975.000,00	0,768 médio	01.07.1974 (LC N.020)
Japeri	83	100.055	397.233.000,00	0,724 médio	01.01.1993
Magé	386	270.940	1.240.884.000,00	0,746 médio	01.07.1974 (LC N.020)
<i>Mangaratiba</i>	352	31.848	302.022.000,00	0,790 médio	01.07.1974 (LC N.020)
Maricá	362	119.231	667.074.000,00	0,786 médio	01.07.1974 (LC N.020)
Mesquita <sup>[1]</sup>	35	190.056	993.326.000,00		01.01.2001
Nilópolis	19	159.005	1.004.996.000,00	0,788 médio	01.07.1974 (LC N.020)
Niterói	129	479.384	6.884.677.000,00	0,886 elevado	01.07.1974 (LC N.020)
Nova Iguaçu	524	865.089	5.764.270.000,00	0,762 médio	01.07.1974 (LC N.020)
Paracambi	179	44.629	280.434.000,00	0,771 médio	01.07.1974 (LC N.020)
Queimados	77	137.870	933.772.000,00	0,732 médio	01.01.1993
Rio de Janeiro	1.182	6.182.710	118.979.752.000,00	0,842 elevado	01.07.1974 (LC N.020)
São Gonçalo	249	991.382	6.379.169.000,00	0,782 médio	01.07.1974 (LC N.020)
São João de Meriti	35	468.309	2.791.700.000,00	0,774 médio	01.07.1974 (LC N.020)
Seropédica	284	77.618	420.486.000,00	0,759 médio	01.01.1997
Tanguá	147	30.139	169.044.000,00	0,722 médio	01.01.1997
<b>Total</b>	<b>5.645</b>	<b>11.902.701</b>	<b>172.563.073.000,00</b>	<b>0,816</b> elevado	

<sup>[1]</sup> O município de Mesquita não teve IDH-M estimado pois foi criado ao final de 1999, ocasião à qual se emancipou de Nova Iguaçu.

Fonte: IBGE/2010

## ANEXO II

### FOTOS GRUPO FIO NOBRE



Fonte: SEBRAE/RJ – Catálogo Coleção DOM – 2009 (Reprodução).



Fonte: SEBRAE/RJ – Catálogo Coleção DOM – 2009 (Reprodução).

## FOTOS COOPERATIVA TRAMA E RAIZ



Fonte: Cooperativa Trama e Raiz.



Fonte: Cooperativa Trama e Raiz.

## FOTOS CERÂMICA NEGRA



Fonte: Ação Comunitária do Brasil



Fonte: Ação Comunitária do Brasil

## FOTOS MARIAS DO RESSURGIR



Fonte: Ressurgir Escola de Família



Fonte: Ressurgir Escola de Família